



prgP

Programas
de Reordenamento
e Gestão da Paisagem

PROGRAMA DE REORDENAMENTO E GESTÃO DA PAISAGEM DO ALTO DOURO E BAIXO SABOR

4ª Fase: Sumário executivo. Discussão pública

novembro 2022



**REPÚBLICA
PORTUGUESA**

AMBIENTE E
AÇÃO CLIMÁTICA



**FUNDO
AMBIENTAL**



**Quaternaire
Portugal**

EQUIPA TÉCNICA

Direção Geral do Território

Coordenação Institucional

Fernanda do Carmo | Ana Seixas

Gestão do contrato

Cristina Garrett

Acompanhamento

Marta Alvarenga | Marta Rodrigues | Nuno David

Equipa Técnica

Coordenação Geral

Ana Barroco – Quatenaire Portugal

Painel de peritos

Alexandre Cancela d'Abreu | Elisa Pérez Babo | Graça Saraiva

Equipas sectoriais PRGP

Economia e Desenvolvimento Rural: Francisco Avillez | Pedro Serrano | Nélia Aires | Gonçalo Vale | Ana Filipe | – AGRO.GES

Ecológica do Fogo: José Luís Zêzere | Ricardo Garcia | Eusébio Reis – Instituto de Geografia e Ordenamento do Território

Serviços de Ecossistemas: Helena Freitas | José Paulo Sousa | Joana Alves | Tiago Natal-da-Luz | Paula Castro | Fátima Alves – Universidade de Coimbra

Ordenamento do Território: Madalena Coutinho | Rute Afonso | Susana Magalhães | Daniel Miranda | Isabel Loupa Ramos – Quatenaire Portugal

Modelação Económica e Financeira Sistemas de Apoio ao Investimento: António Figueiredo – Quatenaire Portugal

Equipa Avaliação Ambiental Estratégica

Coordenação: Carla Melo - Simbiente

Sérgio Costa | Ana Valente | Filipe Martins | Susana Fernandes | Sérgio Almeida | Cláudia Estrela - Simbiente

Sistemas transversais (Responsáveis)

Sistema de informação geográfica: Susana Magalhães – Quatenaire Portugal

Participação / Capacitação / Comunicação: Isabel Loupa Ramos

Programa de Implementação, Avaliação e Monitorização de resultados: Artur Costa – Quatenaire Portugal

Sistema Jurídico: João Miranda

Página propositadamente deixada em branco

ÍNDICE DO VOLUME

1. ENQUADRAMENTO	1
2. DESENHO DA PAISAGEM	7
2.1. Resiliência e adaptação às alterações climáticas	8
2.1.1 Modelação da probabilidade de arder	9
2.1.2 Simulação da probabilidade de arder tendo em conta a paisagem atual	10
2.1.2.1 Temas de entrada	10
2.1.2.2 Parâmetros de modelação	10
2.1.2.3 Estruturação das simulações	11
2.1.3 Simulação da probabilidade de arder tendo em conta a nova paisagem com Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível e um conjunto de faixas de gestão complementares	11
2.1.4 Simulação da probabilidade de arder tendo em conta a nova paisagem com gestão menos eficaz e remoção integral dos combustíveis em faixas de gestão de combustível	13
2.1.5 Comparação dos resultados: o efeito da nova paisagem com faixas de gestão de combustível sobre a probabilidade de arder	13
2.2. Serviços de ecossistemas e biodiversidade	16
2.2.1 Potencial de provisão de serviços dos ecossistemas na situação atual e futura	17
2.2.2 Evolução da provisão de provisão de serviços dos ecossistemas e biodiversidade	20
2.3. Economia rural	21
2.3.1 Setor agrícola	21
2.3.2 Setor florestal	24
2.4. Identidade e qualidade da paisagem	26
3. MATRIZ DE TRANSIÇÃO E VALORIZAÇÃO	27
4. DIRETRIZES DE PLANEAMENTO E GESTÃO	39
5. ENQUADRAMENTO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL	41
6. ÁREAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS. PLANO DE AÇÃO	47
7. PROGRAMA DE EXECUÇÃO E GOVERNANÇA	63
8. PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS	69

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1_Área de intervenção do PRGP_ADBS	1
Figura 1.2_Unidades de gestão da paisagem	3
Figura 1.3_Sistemas estruturantes	5
Figura 2.1_Proposta de nova paisagem	8
Figura 2.2_ Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível (RPFGC), desenhada ao nível nacional pelo ICNF e faixas de gestão de combustível complementares proposta	12
Figura 2.3_Faixas de gestão de combustível com remoção integral dos combustíveis	13
Figura 2.4_ Probabilidade de arder calculada com base na paisagem atual (A) e Probabilidade de arder calculada com base na nova paisagem com gestão eficaz (B) e sem gestão eficaz, mas com remoção integral dos combustíveis em faixas de gestão de combustível (C)	14

Figura 2.5_Taxa de variação entre os resultados obtidos nos cenários em análise (A – Nova paisagem com gestão eficaz vs paisagem atual; B – Nova paisagem sem gestão eficaz mas com remoção integral dos combustíveis em faixas de gestão de combustível vs paisagem atual)	15
Figura 2.6_Percentis dos valores de probabilidade de arder calculados para a paisagem atual e para a nova paisagem com faixas de gestão de combustível	16
Figura 2.7_Mapeamento da condição dos ecossistemas baseado nos indicadores selecionados para a área do PRGP_ADBS na situação atual e futura	17
Figura 2.8_Mapeamento do potencial médio de provisão de todas as classes de serviços de ecossistemas na área do PRGP_ADBS na situação atual e futura	18
Figura 3.1_ Proposta de delimitação das novas AIGP	27
Figura 3.2_Matriz de transição e valorização da nova paisagem	29
Figura 7.1_ Distribuição do investimento por tipologia de ação	63
Figura 7.2_ Distribuição do investimento ao longo dos 10 anos	65
Figura 7.3_Modelo de governança e governação	68
Figura 8.1_ Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS)	69

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 2.1_Modelos de combustíveis utilizados na caracterização da nova paisagem com e sem gestão eficaz	12
Tabela 2.2_ Medidas descritivas relativas à probabilidade de arder na paisagem atual e na nova paisagem com e sem gestão eficaz	15
Tabela 2.3_ Análise do potencial de provisão de serviços dos ecossistemas e do contributo de cada ecossistema na provisão no global da área do PRGP_ADBS na situação atual e futura	19
Tabela 3.1_Matriz de transição e valorização: áreas totais intervencionadas por uso do solo existente (ha)	29
Tabela 3.2_Ações do PRGP_ADBS: áreas intervencionadas por sistema e por UGP (ha)	30
Tabela 4.1_Diretrizes de planeamento e gestão	39
Tabela 5.1_Enquadramento nos instrumentos de gestão territorial em vigor	42
Tabela 5.2 – Compatibilização entre as disposições regulamentares dos PDM e as diretrizes do PRGP_ADBS	42
Tabela 7.1_Distribuição do investimento a curto e médio/ longo prazo	64

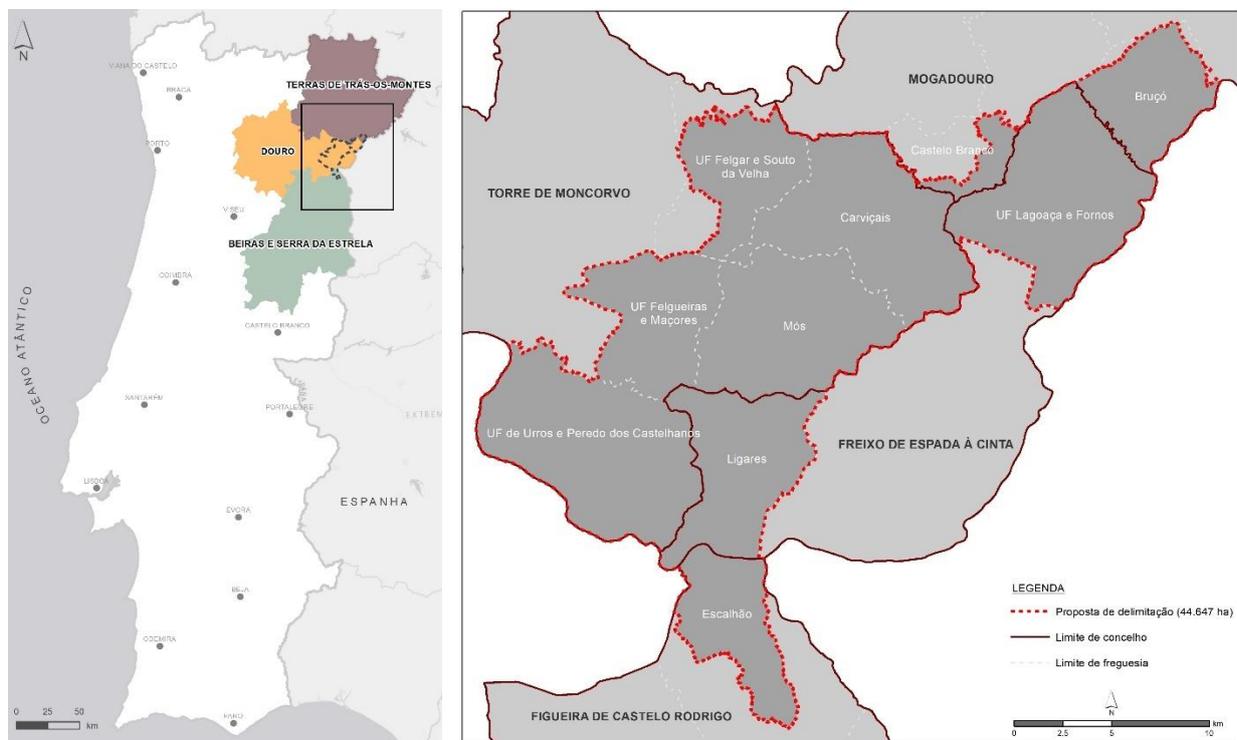
1. ENQUADRAMENTO

A elaboração do Programa de Reordenamento de Gestão da Paisagem do Alto Douro Baixo Sabor (PRGP_ADBS) foi determinada pelo Despacho n.º 2507-A/2021, publicado no Diário da República, 2º série, n.º 44 de 4 de março. Este programa surge na sequência do reconhecimento e da urgência em intervir nos territórios vulneráveis, tal como é estrategicamente identificado no Programa Nacional de Política do Ordenamento do Território, e operacionalizado através da publicação do Programa de Transformação da Paisagem e do regime de reconversão da paisagem, publicados através da Resolução de Conselho de ministros n.º 49/2020, de 24 de junho, e o Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho.

O PRGP_ADBS incide sobre territórios vulneráveis considerados prioritários e que se possam constituir como referenciais para a *“transformação da paisagem nos territórios vulneráveis e estabelecer as diretrizes e medidas adequadas para a promoção de novas economias, promovendo a reconversão de espécies e culturas, a multifuncionalidade territorial, o restauro de ecossistemas e o incrementos dos seus serviços, bem como identificar áreas de intervenção prioritárias para o desenvolvimento de operações integradas de gestão da paisagem e esquematizar o quadro de apoios e incentivos ao investimento, manutenção e remuneração dos serviços de ecossistema”* nos termos do despacho¹. que determina a sua elaboração.

O âmbito territorial definido para o PRGP_ADBS, depois de ajustado face a um conjunto de critérios biofísicos na fase anterior, corresponde a 44.647 ha e abrange dez freguesias dos municípios de Figueira de Castelo Rodrigo (Escalhão – parcialmente), Freixo de Espada à Cinta (Ligares e União das freguesias de Lagoaça e Forno), Mogadouro (Castelo Branco e Bruçó) e Torre de Moncorvo (Carviçais, União das freguesias de Urros e Peredo dos Castelhanos, União das freguesias de Felgueiras e Maçores, Mós e União das freguesias de Felgar e Souto da Velha).

Figura 1.1_Área de intervenção do PRGP_ADBS



Quanto à sua natureza jurídica, os PRGP são programas setoriais no quadro do sistema de gestão territorial, vinculando quer as entidades públicas, quer os particulares relativamente às normas sobre a

¹ Despacho n.º 2507-A/2021 de 26 de junho

ocupação e utilização dos espaços florestais, nos termos do artigo 3º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual.

Neste quadro de referência, os PRGP têm como missão “promover o desenho da paisagem como referencial de uma nova economia dos territórios rurais, que promova uma floresta multifuncional, biodiversa e resiliente, mais rentável com maior capacidade de sequestro de carbono e capaz de produzir melhores serviços a partir dos ecossistemas” (alínea a) do n.º 6 da RCM n.º 49/2020, de 24 de junho).

Cabe ainda aos PRGP incluir medidas para as AIGP, que correspondem à definição de um modelo operativo de gestão agrupada, operacionalizado através de Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP), dirigido a contextos microterritoriais.

Face às especificadas da área de intervenção e aos objetivos do PRGP_ADBS, a **Visão** defendida para a área de intervenção pode ser formulada da seguinte maneira:

- ***Uma paisagem de mosaicos culturais, adaptada, ordenada, multifuncional e biodiversa***
- ***Uma paisagem viva, evolutiva e segura onde a simbiose entre a humanização e o natural são um ativo social, organizativo e económico de referência***
- ***Uma paisagem atrativa, competitiva e resiliente, de transição e de contrastes, das planuras serenas e de horizontes amplos aos dramáticos vales encaixados***



Esta **Visão** é convergente e inscreve-se nas estratégias e nas orientações programáticas e jurídicas definidas e, ainda, de forma genérica com os restantes quadros de referência estratégica para a região. A consecução da Visão assenta num conjunto de princípios estratégicos², a saber:

- **Sustentabilidade e solidariedade intergeracional**, garantindo que as operações a realizar assentam num modelo financeiramente sustentado e equilibrado, e contribuem para valorizar as áreas rurais intervencionadas através de soluções sustentáveis do ponto de vista sociocultural e ambiental garantindo a transmissão às gerações futuras de espaços florestais corretamente ordenados e conservados;
- **Integração e cooperação**, preferindo a intervenção em áreas cuja delimitação permita uma resposta adequada e articulada às componentes morfológicas, económica, social, cultural e ambiental, promovendo a convergência, a articulação, a compatibilização e a complementaridade entre as várias ações de iniciativa pública, entre si, e entre estas e as ações de iniciativa privada;
- **Justa ponderação e equidade**, promovendo uma adequada ponderação de todos os interesses relevantes e, face das operações a realizar, designadamente os interesses dos proprietários e demais titulares de direitos reais sobre prédios rústicos objeto dessas intervenções num quadro de justa repartição dos encargos e benefícios decorrentes da execução das operações a realizar;

A estes princípios estratégicos, a legislação refere outros de natureza **operacional e de gestão** que serão observados igualmente na elaboração do próprio programa, tais como: subsidiariedade, participação e responsabilização.

A VISÃO formulada consagra a evolução da paisagem balizada por valores como a identidade, a sustentabilidade, o ordenamento, a prevenção e a segurança, aos quais se deve subordinar o aproveitamento competitivo dos recursos e das oportunidades, tanto naturais como culturais, numa perspetiva de qualidade de vida da população.

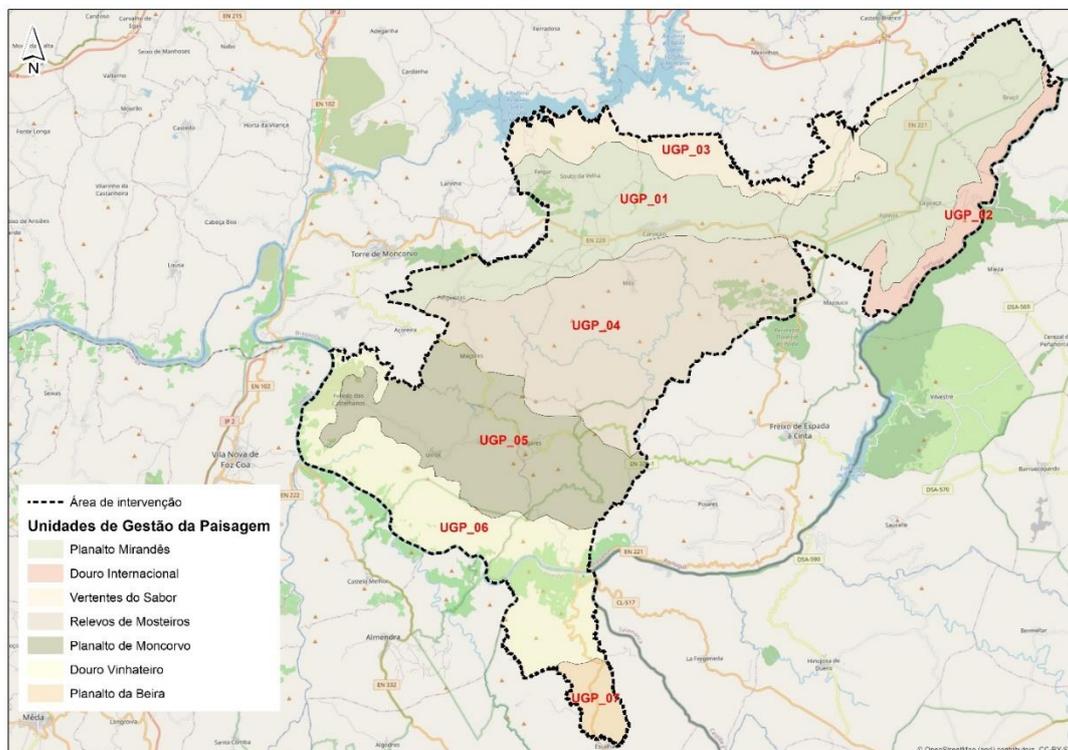
² Artigo 3.º Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho

Esta Visão incorpora os objetivos estratégicos estabelecido para o PRGP_ADBS³, que são os seguintes:

- **Promover as atividades agrícolas, agropastoris e as pastagens naturais**, valorizando a agricultura sustentável, de produção biológica e de conservação e incentivando a produção e consumo de pequena agricultura de proximidade, contribuindo para a constituição de espaços de descontinuidade que reduzam a progressão de incêndios e contribuam para promover o uso produtivo e regenerativo do capital natural;
- **Promover o ordenamento e a multifuncionalidade da floresta**, instalando povoamentos ordenados, biodiversos e resilientes, conjugados com mosaicos agrícolas, silvopastoris e de áreas abertas, capazes de sustentar a exploração e gestão das atividades económicas associadas, de prestar serviços ambientais diversos e de reduzir significativamente o risco de incêndios e a severidade da área ardida, assegurando a acumulação duradoura do carbono;
- **Promover a valorização do capital natural e cultural**, garantindo o incremento da biodiversidade, a proteção e regeneração dos recursos solo e água e a remuneração dos serviços dos ecossistemas insuficientemente valorizados pelo mercado e fomentando a criação de valor a partir dos recursos e valores disponíveis para atividades agrícolas, silvícolas, silvopastoris, cinegéticas e turísticas;
- **Promover uma nova economia para territórios rurais**, que valorize os ativos territoriais locais e providencie maiores rendimentos e qualidade de vida às populações, respeitando a aptidão dos solos, incrementando a resiliência e valorizando o território através da gestão da paisagem.

A área de intervenção é caracterizada por sete Unidade de Gestão da Paisagem (UGP) que se destacam por características geomorfológicas distintas a que correspondem, também, sistema de ocupação e formas de povoamento diferentes, conforme se descreve seguidamente.

Figura 1.2_ Unidades de gestão da paisagem



³ Número 5 do Despacho n.º 2507-A/2021, de 4 de março, que determina a elaboração do PRGP_ADBS

Com uma nítida representatividade o **Planalto Mirandês (UGP_01)** abrange 31% da área de intervenção do PRGP_ADBS. De relevo aplanado e horizonte ondulado infinito de grande visibilidade a UGP é marcada pelo equilíbrio do seu mosaico cultural entre os espaços de agricultura, floresta e matos, sendo a mais povoada do PRGP_ADBS onde os núcleos edificados surgem concentrados a pontuar a paisagem. Para além de integrar áreas do PN do Douro Internacional, da Rede Natura 2000 e da Reserva da Biosfera da Meseta Ibérica, a UGP_1 integra igualmente áreas submetidas a regime florestal e abrange, ainda, uma pequena área da AIGP Serra do Picotino. Trata-se de uma UGP de contraste com as UGP que a rodeiam.

O **Douro Internacional (UGP_02)**, uma das unidades mais pequenas do PRGP_ADBS identifica-se, claramente, pelo vigor das suas vertentes e encaixe do vale do rio Douro. Com uma ocupação dominada pelos matos, sem povoamento, é totalmente abrangida por regimes de proteção dos valores naturais que se sobrepõem em 100% (Área Protegida, Rede Natura 2000 e Reserva da Biosfera da UNESCO), evidenciando a sua exceção em termos de flora e fauna.

Do outro lado da UGP_01, as **Vertentes do Sabor (UGP_03)** abrangendo apenas 8% da área de intervenção do PRGP_ADBS caracterizam-se por apresentar um relevo mais acentuado, de encostas viradas para os “Lagos do Sabor”, e uma ocupação dominada pela floresta e sem a presença de povoamento. Esta UPG inclui, à semelhança da UGP_1 áreas das ZIF da Serra de Picotino e de Felgar, Souto da Velha, Carviçais e Meirinhos, bem com da AIGP Serra do Picotino.

A unidade **Relevos dos Mosteiros (UGP_04)**, a segunda maior do PRGP_ADBS abrangendo cerca de 24% da sua área, individualiza-se pelo carácter único da sua morfologia, numa sucessão de montes e vales nitidamente marcada pela sua rede hidrográfica. Aqui os matos dominam fortemente o tipo de ocupação que ocorre, seguindo-se-lhe a floresta e a agricultura na envolvente dos poucos núcleos urbanos existentes.

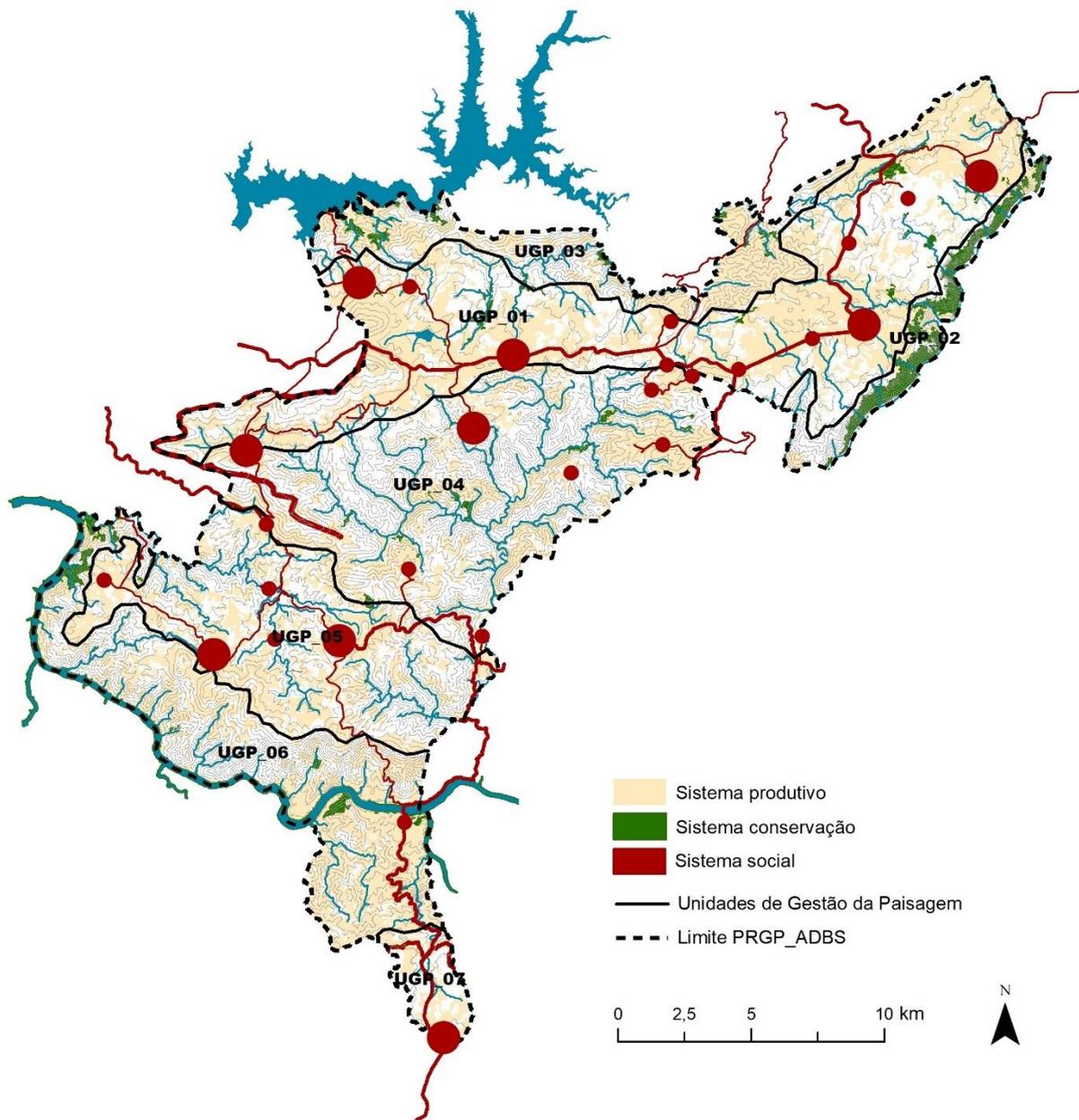
O **Planalto de Moncorvo (UGP_05)** é, juntamente com a UGP_01, uma unidade de transição morfológica que se reflete no tipo de ocupação e imagem paisagística. Aqui são as áreas de matos e de agricultura que dominam, imprimindo um ritmo harmonioso entre os espaços de mosaicos culturais, com diferentes formas organizadas e diversidade cromática, e os mantos de densa vegetação rasteira monocromática. Trata-se da segunda UPG mais povoada, igualmente com um povoamento concentrado em pequenos núcleos.

Com uma dimensão semelhante à UGP anterior, ambas representando 16% da área do PRGP_ADBS, a unidade **Douro Vinhateiro (UGP_06)** volta a apresentar um relevo mais acentuado, de encostas viradas para a albufeira do Pocinho. Dominada pela ocupação agrícola, em plena Região Demarcada do Douro, esta UGP diferencia-se pela presença de alguns socacos com muros de pedra, associados à cultura da vinha e respetiva modelação das vertentes pelo homem. O seu único aglomerado populacional é Barca D’Alva.

Por último, o **Planalto da Beira (UGP_07)** contrasta pela sua planura. Trata-se da unidade mais pequena do PRGP_ADBS, abrangendo apenas 2% da sua área, de transição para a paisagem granítica da Beira. Com o grande domínio dos matos é uma unidade pobre em termos paisagísticos. Contudo, à semelhança da UGP_02 esta unidade de gestão da paisagem é totalmente abrangida por regimes de proteção dos valores naturais que se sobrepõem em 100% (Área Protegida, Rede Natura 2000 e Reserva da Biosfera da UNESCO).

Esta diversidade e diferenciação das UGP é traduzida nos sistemas estruturantes que caracterizam cada uma destas unidades de paisagem, conforme se ilustra na figura seguinte.

Figura 1.3_Sistemas estruturantes



Página propositadamente deixada em branco

2. DESENHO DA PAISAGEM

A proposta da nova paisagem é descrita pelo conjunto de dimensões estruturantes que a suportam, tendo em consideração a Visão e os objetivos estratégicos definidos.

A matriz territorial desta nova paisagem é estruturada através dos respetivos sistemas estruturantes – sistema produtivo (Sp), sistema de conservação (Sc) e sistema social (Ss) - associados a cada UGP que traduzem as opções de base territorial da proposta e identificaram, ainda, as medidas e áreas prioritárias, quer sejam faixas de gestão de combustível, quer sejam Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) ou outras, como restauro de galerias ripícolas.

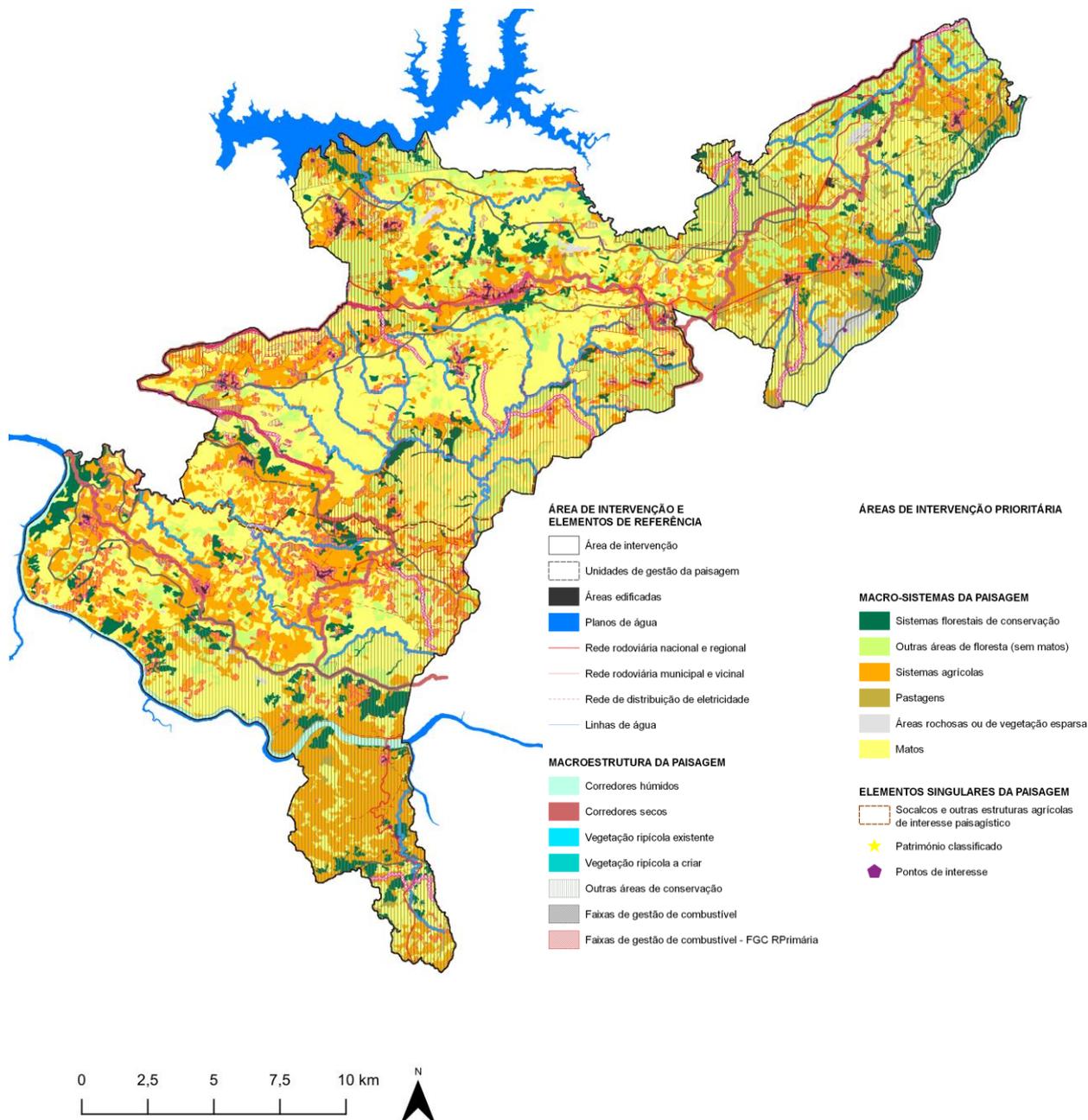
A proposta da nova paisagem envolve uma forte aposta na valorização e requalificação do território. A proposta assenta na valorização económica e social dos diferentes sistemas, particularmente nas áreas com potencial em termos de conservação, que permitirá aumentar a resiliência às adaptações climáticas e a minimização de riscos, mas, também, na aposta e experimentação de novos modelos económicos rurais tirando partido do binómio “produção/conservação” como componentes fundamentais geradoras de rendimentos capazes de atrair novos investimentos e garantir a qualidade de vida da população.

Na nova paisagem a probabilidade de arder é substancialmente reduzida. A proposta de novas faixas de gestão de combustível permite referir que a redução na probabilidade de arder verifica-se em 95% da área de intervenção do PRGP_ADBS, sendo superior a 50% na envolvente das faixas de gestão propostas.

Do mesmo modo, a aposta na criação de galerias ripícolas, na conversão de áreas de matos em sistemas produtivos, no investimento em florestas multifuncionais e biodiversas, no aumento da área ocupada por agricultura em Modo de Produção Biológica, entre outras, permite potenciar a resiliência ao fogo mas também contribui de forma decisiva para a melhoria da condição dos ecossistemas, com efeito direto no potencial de provisão de serviços de ecossistemas e na condição geral da paisagem e sustentabilidade do território.

Esta nova paisagem requer, ainda, o envolvimento ativo da população, que é chamada a implementar novas práticas culturais e de gestão, como requer o compromisso e a co-responsabilização das instituições e das organizações na procura de soluções adaptadas que respondam aos objetivos da transformação que se propõe, incorporando a cada momento novos saberes, novas oportunidades e vontades, quer seja através da disponibilização de conjuntos de instrumentos operacionais, quer seja em ações de divulgação e sensibilização.

Figura 2.1_Proposta de nova paisagem



Descrevem-se seguidamente as medidas e opções associadas a cada uma das dimensões estratégicas da nova paisagem proposta, identificando-se quer as medidas de base territorial, quer as normativas, quer as de execução.

2.1. Resiliência e adaptação às alterações climáticas

No quadro da cenarização privilegiou-se ao nível dos riscos as opções estratégicas associadas à modelação dos incêndios rurais, sem prejuízo de outras variáveis serem também determinantes nas opções do desenho da paisagem futura. As alterações climáticas repercutir-se-ão, não só, na

perigosidade dos incêndios como, também, na transformação da agricultura e da vegetação e da flora e dos serviços de ecossistema que este território presta.

As ações/medidas associadas à minimização de riscos visam:

- Reduzir o risco de incêndios e a severidade da área ardida, assegurando a acumulação duradoura do carbono através da reconversão de áreas de matos e da instalação de um mosaico florestal mais diversificado;
- Aumentar a retenção da água e do solo, introduzir novas espécies e adaptar as práticas culturais às alterações climáticas.

Ao nível das opções, pela relevância, elege-se a resiliência aos incêndios rurais a dimensão estruturante da proposta que condicionará a estratégia de transformação da paisagem. As questões associadas à água e ao solo também estratégicas para a evolução da paisagem serão também desenvolvidas nas outras dimensões estruturantes.

2.1.1 Modelação da probabilidade de arder

As simulações de incêndio foram efetuadas em três etapas, recorrendo ao software *Flammap 6*. Numa primeira etapa, pretendeu-se aferir como é que a propensão para arder se distribui espacialmente através da paisagem atual. Numa segunda etapa, foi considerado o desenho da nova paisagem, combinado com a introdução da Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível, desenhada pelo ICNF, acrescida de um conjunto de faixas de gestão complementares, nomeadamente na serra de Bruçó e a poente de Carviçais. Adicionalmente, seguindo a sugestão do ICNF, a proposta de nova paisagem considera que o território agrícola e florestal é gerido de modo eficaz. Em particular, as áreas agrícolas com culturas permanentes de vinha, olival e amendoal serão geridas de modo absolutamente eficaz, pelo que lhes é atribuído o código 98 (não combustível) para efeitos de modelação. Por último, numa terceira etapa, foi considerado um cenário em que a gestão eficaz das áreas agrícolas e florestais deixa de ser garantida, ao mesmo tempo que se remove integralmente o combustível numa parte das faixas da Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível e faixas de gestão complementares, para garantir a redução da probabilidade de arder e do risco de incêndio. As simulações de incêndio realizadas consistiram, para cada uma das três paisagens consideradas, na propagação de um grande número de ignições aleatórias (290000), em condições de relativa secura dos combustíveis, e em condições de vento semelhantes às que caracterizam os incêndios de maiores dimensões, assumidos para a área de intervenção do programa como os 20% de incêndios que originam aproximadamente 80% da área ardida entre 1975 e 2019. O resultado foi, em cada caso, um mapa de probabilidade de arder que evidencia onde, e em que medida, o fogo tende a recorrer quando toda a paisagem é feita arder numerosas vezes. É importante notar que, no contexto das simulações realizadas, o termo “paisagem” é usado como referindo-se à natureza e à configuração espacial dos combustíveis, já que foi este o único fator que variou entre simulações. A altitude, o declive, a orientação e as condições meteorológicas mantiveram-se estáticas.

Face às inúmeras aplicações possibilitadas pelo software utilizado e aos variáveis graus de complexidade e calibração que lhes estão implícitos, é importante salientar que não se pretendeu com as simulações realizadas reproduzir as características históricas do regime de fogo na área de intervenção do PRGP_ADBS. Não se pretendeu reproduzir as dimensões dos incêndios registados, a sua duração, a distribuição espacial das áreas ardidas, ou a localização das ignições conhecidas. A questão de partida que orientou as simulações realizadas foi a seguinte:

“Se a paisagem atual e a nova paisagem, associada a distintas intensidades de gestão nas áreas florestais e agrícolas e nas faixas de gestão de combustível arderem abundantemente em condições meteorológicas semelhantes, em que medida variará a propensão para arder?”

Implícita nesta questão está a assunção de que as diferenças relativas entre propensão para arder se manterão, entre paisagens e dentro de uma mesma paisagem, independentemente das condições meteorológicas que se verificarem.

Os objetivos das simulações realizadas poderiam em grande medida ser atingidos recorrendo a uma metodologia de cálculo da perigosidade estrutural de incêndio, como aquela adotada recentemente pelo ICNF (Oliveira et al., 2020). Porém, ao basear-se simplesmente nas relações entre área ardida registada no passado e as diferentes classes de uso do solo, tal metodologia não permitiria levar em conta as variações no grau de fragmentação das manchas de combustível entre paisagens e o seu efeito na propagação das chamas. Optou-se, assim, por uma abordagem baseada em simulações, em que a propagação é uma componente-chave.

2.1.2 Simulação da probabilidade de arder tendo em conta a paisagem atual

2.1.2.1 Temas de entrada

Topografia: a altitude foi extraída do modelo digital de elevação disponibilizado pela Agência Espacial Europeia⁴, com uma resolução de 25 m. Este tema foi usado para o cálculo dos declives (em percentagem) e da exposição (em graus). Todos os temas foram depois reformatados para um pixel de 100 m, igualando-os à resolução espacial do tema usado para representar os modelos de combustível;

Modelos de combustível: utilizou-se o modelo de combustível nacional, tal como está associado às classes FARSITE na Carta de Ocupação do Solo 2015, disponibilizada pelo ICNF⁵. Usando a mesma correspondência entre classes de combustível e de ocupação do solo, atualizou-se o mapa de combustíveis a partir da Carta de Ocupação do Solo 2018 (Direção-Geral do Território), produzindo um tema *raster* para utilização nas simulações. Uma vez que as COS têm uma área cartografada mínima de 1ha, optou-se por um pixel de 100 m de lado, considerando-se redundante a utilização de um pixel menor.

Percentagem de cobertura de copas (canopy cover): o mapa com a percentagem de cobertura de copas (*canopy cover*) para as diferentes classes florestais foi obtido com base no mapa de foto-pontos usados no Inventário Florestal Nacional de 2015⁶, distanciados de 500 m, no qual cada ponto correspondente a um tipo de floresta tem associada uma classe de percentagens de cobertura (por exemplo, [20,30]. Os pontos integrados na área de intervenção do PRGPADBS foram extraídos para um novo tema cartográfico, sendo descartados os foto-pontos sem grau de coberto (cortes técnicos, sementeiras ou povoamentos em regeneração).

Usando como valor de referência para cada um dos foto-pontos restantes o valor intermédio da sua classe de cobertura, calculou-se a média de percentagem de cobertura de copas para os foto-pontos de cada espécie florestal. Assumiu-se 0% para as classes de ocupação do solo sem valores de cobertura de copas (por exemplo, pomar, olival).

O valor obtido para cada classe florestal foi depois associado como atributo às classes da Carta de Ocupação do Solo 2018, gerando-se subsequentemente um tema matricial de percentagem de cobertura de copas para entrada nas simulações.

2.1.2.2 Parâmetros de modelação

Velocidade e direção do vento

As velocidades e direções do vento utilizadas para as simulações foram baseadas nos incêndios com áreas ardidas iguais ou superiores a 126 hectares. Este valor foi adotado por ser o limiar que define os 20% de incêndios de maiores dimensões responsáveis por cerca de 80% da área ardida, considerando as áreas ardidas anuais entre 1975-2019 na área de intervenção do PRGP_ADBS.

⁴ <https://www.eea.europa.eu/data-and-maps/data/copernicus-land-monitoring-service-eu-dem>

⁵ <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/dpci/cartografia-dpci>

⁶ <https://siq.icnf.pt/portal/home/item.html?id=dc60bcef20b844b88c8a0638d0fe943b>

A fim de obter datas para o maior número possível de incêndios, recorreu-se à base de dados alfanumérica com as áreas ardidas anuais registadas a partir de 1980, disponibilizadas pelo ICNF⁷. Esta foi cruzada com os temas vetoriais com as áreas ardidas anuais para o mesmo período⁸, tendo sido possível datar 74 dias com incêndios =>126 ha. Obtiveram-se para estes dias dados de direção e velocidade do vento extraídos de campos diários do Centro Europeu para a Previsão Meteorológica de Médio Prazo (ECMRWF) e providenciados pela Faculdade de Ciências (Da Câmara et al., 2014; Amraoui et al., 2015). As direções foram classificadas em oito classes (correspondentes aos pontos cardeais e colaterais) e as velocidades foram classificadas em cinco classes usando intervalos iguais. Obteve-se assim, para cada dia, uma combinação de direção (expressa pelo azimute médio da classe, por exemplo 0° para uma orientação N) e velocidade (expressa pelo limite superior da classe de velocidade de forma a garantir que os valores máximos registados foram representados nas simulações).

Por fim, calculou-se a percentagem dos 74 dias de referência representada por cada combinação de velocidade e direção do vento.

Outros parâmetros

A humidade inicial dos combustíveis foi definida usando os valores de Oliveira et al. (2016). Adotou-se para o processamento das simulações a mesma resolução dos temas de entrada (100 m). Assumiu-se o conteúdo de humidade foliar (*foliar moisture content*) como 100%, sendo este valor indicado pelo próprio software como adequado para condições de secura⁹. Assumiu-se 10% para a probabilidade de novas ignições por via aérea (*spot probability*), seguindo Oliveira et al., (2016). No que se refere à localização das ignições, optou-se por um número elevado de ignições aleatórias (290000), de acordo com o propósito de fazer arder a totalidade da área de intervenção repetidas vezes. Seguindo o mesmo propósito, simulou-se a propagação de cada ignição por um período de 24 horas.

2.1.2.3 Estruturação das simulações

Produziu-se um mapa de probabilidade de arder usando 10000 ignições aleatórias para cada uma das 29 condições distintas de velocidade e direção do vento (veja-se tabela anterior). Os 29 mapas, correspondentes a um total de 290000 ignições simuladas, foram combinados num mapa final através de soma ponderada, sendo o fator de ponderação definido como a fração dos dias de incêndios =>126 ha representada por cada condição velocidade/vento. Assim, a título de exemplo, a condição “13.17 km/h/0 graus” adquiriu um peso de 0.03, sendo essa a fração dos 74 dias que lhe corresponde (tabela anterior). Esta abordagem permitiu que cada condição velocidade/vento influenciasse o mapa final de forma proporcional à frequência com que ocorre na área de intervenção do PRGP_ADBS.

2.1.3 Simulação da probabilidade de arder tendo em conta a nova paisagem com Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível e um conjunto de faixas de gestão complementares

A proposta de nova paisagem foi traduzida numa atualização correspondente da Carta de Ocupação do Solo 2018 (Direção-Geral do Território), acompanhada pelos necessários ajustes no modelo de combustíveis e na percentagem de cobertura de copas (*canopy cover*), mantendo inalterado o tema de entrada da topografia. A tabela seguinte sistematiza, na terceira coluna, os códigos dos modelos de combustíveis, considerando que a nova paisagem é acompanhada por modelos eficazes de gestão, que contrariam a eclosão e a propagação dos incêndios rurais.

Adicionalmente, a nova paisagem integra a Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível desenhada pelo ICNF, que extravasa a área de intervenção do PRGP_ADBS e abrange cerca de 1 100 hectares, e que foi considerada nesta fase da modelação. Para além disso, foi desenhada uma rede

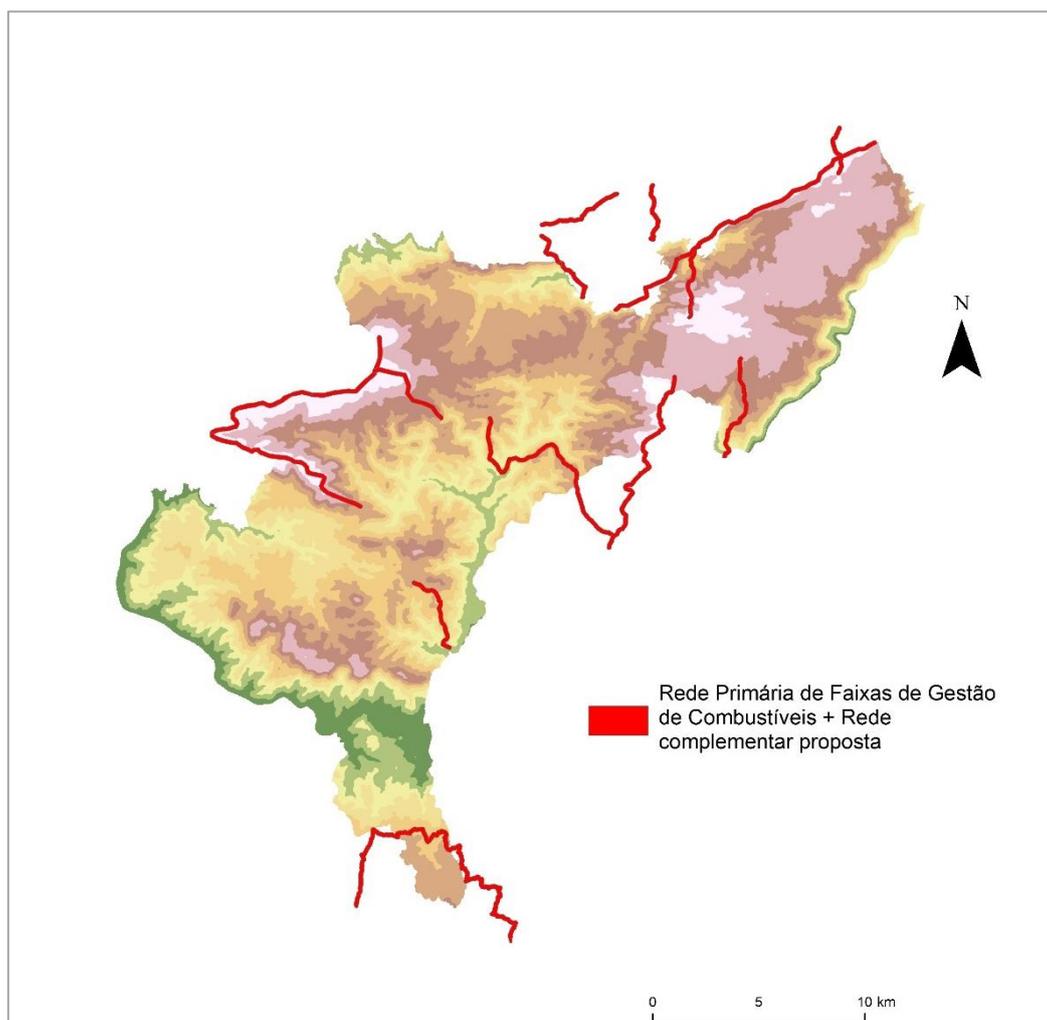
⁹ http://flammaphelp.s3-website-us-west-2.amazonaws.com/Runs/Inputs_Tab.htm

complementar de faixas de gestão de combustível, no principal fecho da Serra de Bruçó e na área a poente de Carviçais, que totalizam 263 hectares. A extensão total das duas redes é de cerca de 54 km. De acordo com a lei, as faixas da Rede Primária de gestão de combustível devem ter uma largura mínima de 125 metros. A figura seguinte mostra agregação dos dois conjuntos de faixas.

Tabela 2.1_Modelos de combustíveis utilizados na caracterização da nova paisagem com e sem gestão eficaz

Ocupação do solo	Complexo Combustível	Paisagem com gestão eficaz	Paisagem sem gestão eficaz
Faixas de Gestão de Combustível	Herbáceas baixas	232	98
Pinhal adulto gerido	Folhada de pinhais de agulha média a longa	213	227
Eucaliptal com gestão	Folhada de eucalipto	211	223
Povoamento de folhosas e linhas de água	Folhada compacta de folhosas com folha caduca	212	221
Povoamento de folhosas e linhas de água, em situação de maior humidade ou associação de prados	Folhada com sub-bosque herbáceo	226	221
Áreas agrícolas com culturas permanentes geridas: vinha, olival, amendoal	Sem vegetação devido às práticas culturais (mobilização do solo)	98	232

Figura 2.2_ Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível (RPFGC), desenhada ao nível nacional pelo ICNF e faixas de gestão de combustível complementares proposta

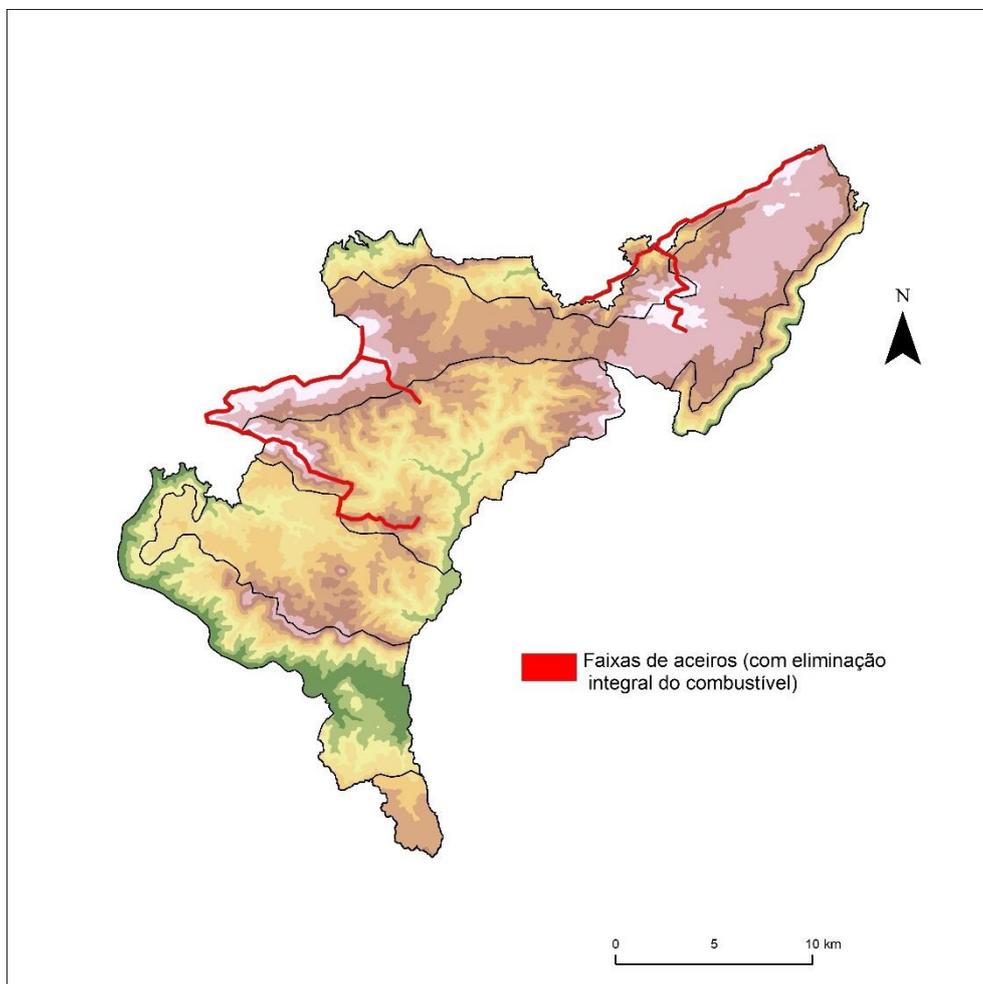


2.1.4 Simulação da probabilidade de arder tendo em conta a nova paisagem com gestão menos eficaz e remoção integral dos combustíveis em faixas de gestão de combustível

Admitindo um cenário em que a gestão da nova paisagem é menos eficaz e torna o território mais vulnerável aos incêndios rurais, pode tornar-se necessário apostar no reforço da importância das faixas de gestão dos combustíveis, enquanto ferramenta fundamental para travar a propagação dos incêndios. Deste modo, no terceiro exercício de simulação da propagação do fogo, consideraram-se os modelos de combustíveis menos favoráveis, sistematizados na última coluna da tabela anterior. Paralelamente as faixas de gestão de combustível passam a adquirir o valor 98 (não combustível), passando a desempenhar o papel de funcionar como aceiros.

À exceção do mapa de combustíveis e da percentagem de cobertura de copas, alterados para refletir o desenho da nova paisagem e a presença das faixas, todos os restantes temas de entrada e parâmetros das simulações foram aqueles já descritos no subcapítulo 2.1.2.

Figura 2.3_Faixas de gestão de combustível com remoção integral dos combustíveis



2.1.5 Comparação dos resultados: o efeito da nova paisagem com faixas de gestão de combustível sobre a probabilidade de arder

A Figura 2.4 mostra, respetivamente, os mapas de probabilidade de arder para a paisagem atual (A) e para a nova paisagem, com gestão eficaz (B) e sem gestão eficaz, mas com remoção integral do combustível num conjunto estratégico de faixas de gestão (C). Todos os mapas são apresentados com a mesma classificação a fim de permitir comparações. A Figura 2.5 representa a taxa de variação entre os

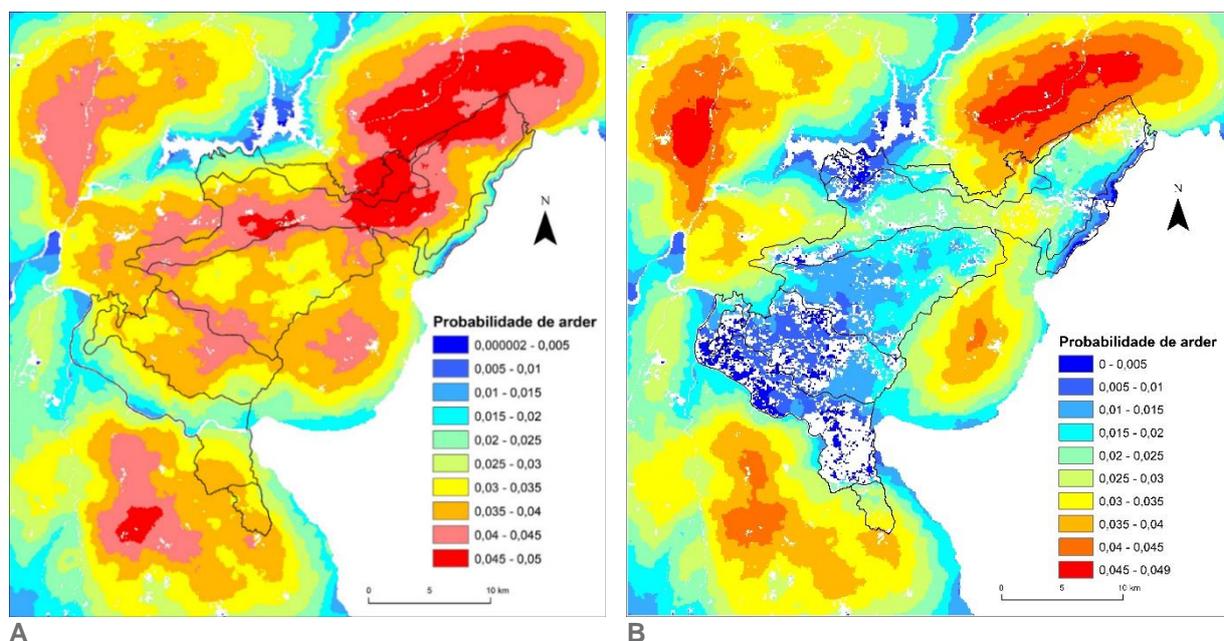
resultados obtidos em cada um dos cenários em análise, com a nova paisagem (com e sem gestão), por comparação com a paisagem atual. De forma a complementar a leitura dos mapas, são mostradas na Tabela 2.2 as medidas descritivas relativas aos três mapas de probabilidade e na figura seguinte os valores dos percentis 10 a 90 das distribuições de probabilidade de arder para a paisagem atual e para a nova paisagem, com e sem gestão eficaz. Refira-se que os valores expressos nesta tabela reportam, exclusivamente, a área de intervenção do PRGP_ADBS com faixas de gestão de combustível.

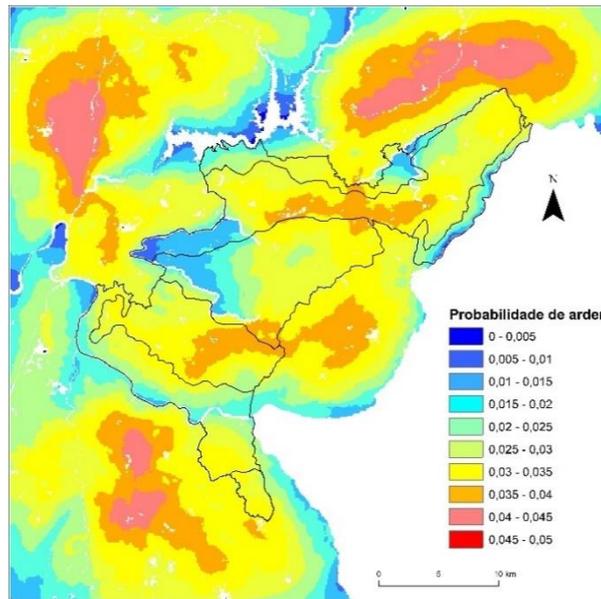
A análise da Tabela 2.2 e das figuras seguintes mostra claramente que a nova paisagem com gestão eficaz, nomeadamente nas áreas agrícolas, apresenta valores mais reduzidos de probabilidade de arder, independentemente da medida descritiva adotada.

Espacialmente, verifica-se que, com a nova paisagem com gestão eficaz, deixa de haver quaisquer áreas na área de intervenção do PRGP_ADBS nas 2 classes de probabilidade mais elevadas. A redução na probabilidade de arder verifica-se em 95% da área de intervenção do PRGP_ADBS, sendo superior a 50% em mais de metade da área de estudo. Registe-se que as áreas agrícolas com vinha, olival e amendoal aparecem representadas a branco, em resultado da sua probabilidade de arder estar reduzida a zero no modelo que admite a existência de uma gestão eficaz. Este resultado, que constitui uma inevitabilidade decorrente do modelo de combustíveis, poderá ser demasiado otimista, na presença de incêndios rurais de maior dimensão.

No modelo de nova paisagem sem gestão eficaz, a probabilidade de arder incrementa e deve ser mitigada pela transformação de algumas faixas de gestão de combustível em aceiros, com remoção integral dos combustíveis. Ao constituírem uma barreira à propagação do fogo, estes aceiros vêm reduzir a continuidade das áreas de probabilidade relativamente elevada que dominariam a região central da área de intervenção na sua ausência, com especial incidência na UGP_01 correspondente ao Planalto Mirandês.

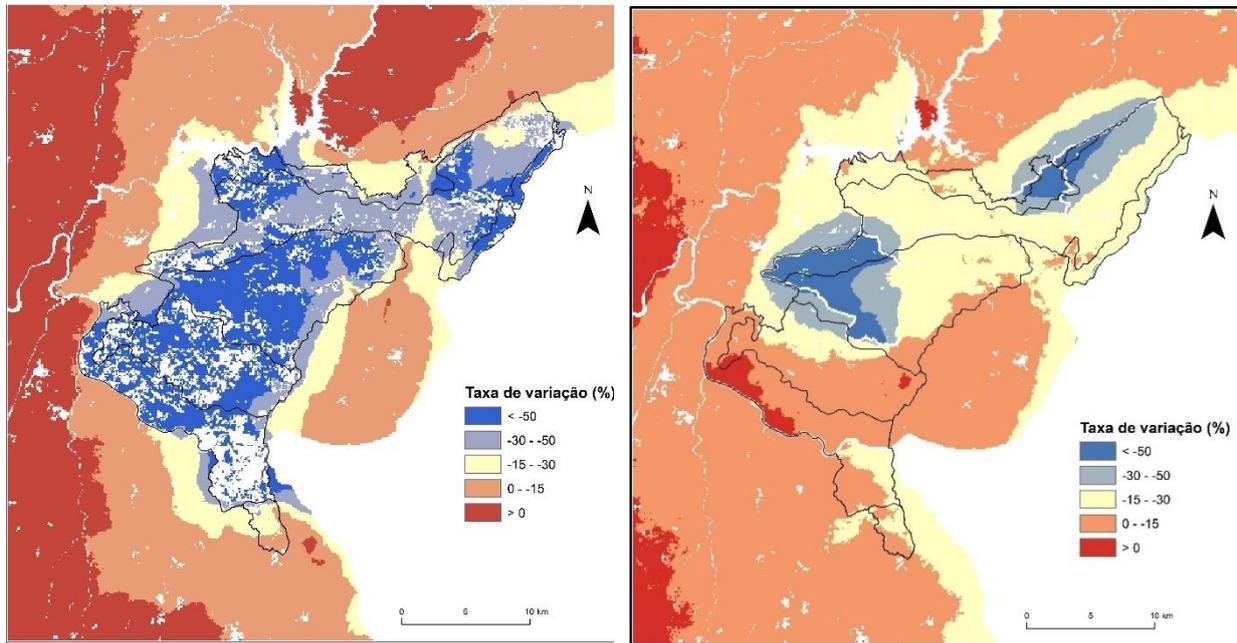
Figura 2.4_ Probabilidade de arder calculada com base na paisagem atual (A) e Probabilidade de arder calculada com base na nova paisagem com gestão eficaz (B) e sem gestão eficaz, mas com remoção integral dos combustíveis em faixas de gestão de combustível (C)





C

Figura 2.5_Taxa de variação entre os resultados obtidos nos cenários em análise (A – Nova paisagem com gestão eficaz vs paisagem atual; B – Nova paisagem sem gestão eficaz mas com remoção integral dos combustíveis em faixas de gestão de combustível vs paisagem atual)



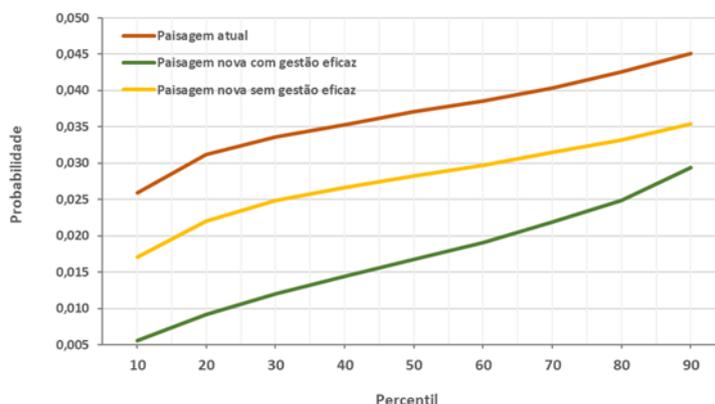
A

B

Tabela 2.2_ Medidas descritivas relativas à probabilidade de arder na paisagem atual e na nova paisagem com e sem gestão eficaz

Paisagem	Max	Min	Med	DP
Paisagem Atual	0.0493	0.0067	0.0362	0.0071
Nova Paisagem com gestão eficaz	0.0443	0.0000	0.0170	0.0088
Nova Paisagem sem gestão eficaz	0.0391	0.0041	0.0272	0.0066

Figura 2.6_Percentis dos valores de probabilidade de arder calculados para a paisagem atual e para a nova paisagem com faixas de gestão de combustível



A proposta que se desenvolve, nomeadamente a novo desenho de paisagem, que aposta na valorização de um conjunto de área que contribuirão para o restauro de corredores de conectividade mais biodiversos e resilientes e, por outro lado, ao nível do sistema produtivo na evolução dos sistemas de produção existentes incluindo a sua expansão à custa da reconversão de áreas de matos em pastagens e numa floresta multifuncional, instalados em povoamentos ordenados em mosaicos e biodiversos apresenta um grau de probabilidade de arder substancialmente inferior face à paisagem atual.

Neste contexto, são ações prioritárias, que integram o Plano de Ação do PRGP (veja-se capítulo 7) a execução das faixas de gestão combustível propostas, incluindo as faixas de gestão de combustível em torno das áreas urbanas.

2.2. Serviços de ecossistemas e biodiversidade

Os Serviços dos Ecossistemas (SE) são os benefícios que a natureza oferece ao Homem e que suportam, direta ou indiretamente, o seu bem-estar, saúde, e os meios de subsistência e sobrevivência necessários. A humanidade está fortemente dependente de um funcionamento eficaz dos ecossistemas, da biodiversidade e dos contributos que a natureza disponibiliza ao Homem, que são a base para um fluxo constante de SE para a sociedade, permitindo a sustentabilidade das comunidades humanas. O papel que os serviços dos ecossistemas desempenham no panorama da sustentabilidade das comunidades e resiliência dos territórios é hoje indiscutível, e só uma correta avaliação dos ecossistemas e dos serviços associados possibilita a identificação de estratégias, especialmente as baseadas na natureza, capazes de promover a valorização dos territórios e das comunidades, assim como assegurar a biodiversidade da qual todos dependemos.

Seguindo o modelo conceptual do MAES (*Mapping and Assessment Ecosystem Services*), a avaliação do potencial de provisão de serviços dos ecossistemas seguiu uma abordagem matricial, baseada na análise de indicadores específicos e validada por peritos, combinada com a condição atual dos ecossistemas.

Considerando a importância dos serviços dos ecossistemas para as comunidades, e a necessidade de uma comunicação eficiente com as mesmas, optou-se por agrupar os serviços-chave dos ecossistemas seguindo a abordagem teórica do IPBES. Em resultado, os serviços-chave dos ecossistemas foram agrupados em 16 classes de contributos da natureza para a humanidade (NCP), e analisados em termos de potencial médio de provisão.

A constante necessidade de mais produtos e serviços tem colocado em causa a condição dos ecossistemas e a sua resiliência, sendo por isso essencial incorporar nesta metodologia uma componente de avaliação da condição dos ecossistemas presentes na área de intervenção do PRGP_ADBS, baseada em indicadores robustos e ajustados à realidade territorial. Esta metodologia de avaliação da condição

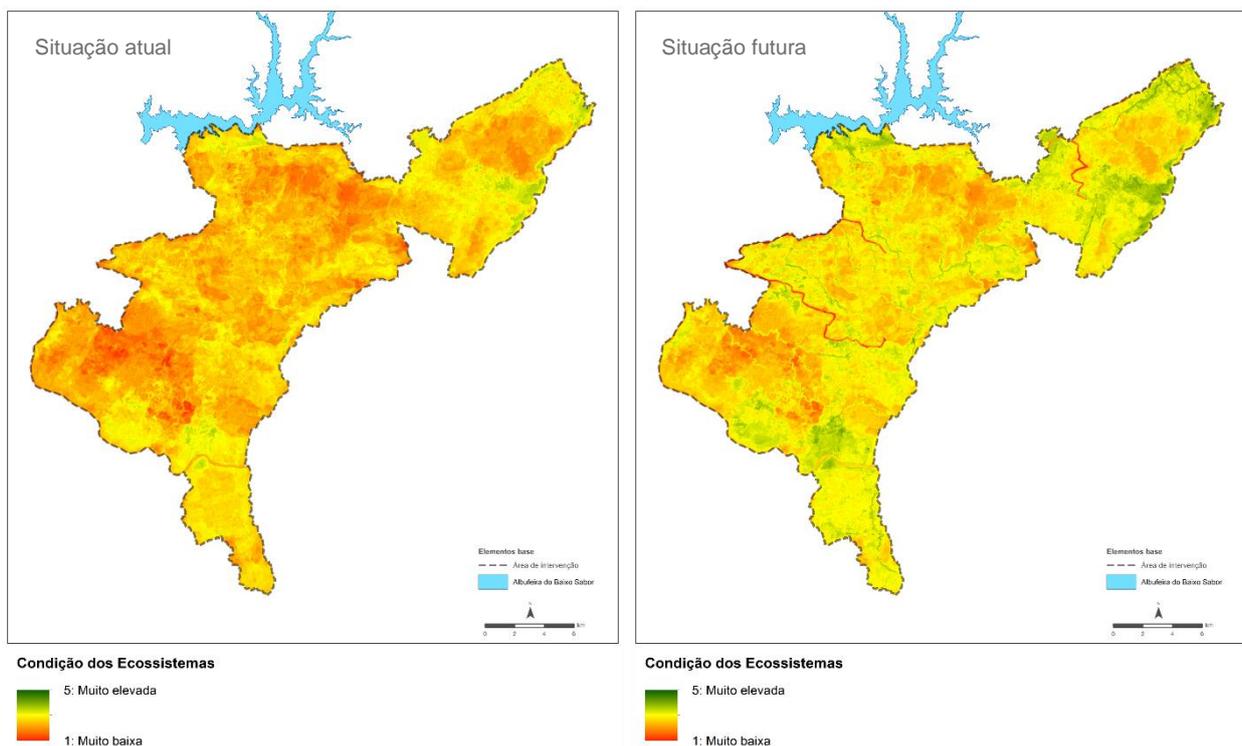
entrou em conta com seis indicadores relevantes e transversais aos vários tipos de ecossistemas existentes na área de estudo.

A condição dos ecossistemas futura foi calculada considerando o impacto das ações selecionadas e correspondente paisagem futura a longo prazo (50 anos), e considerando o impacto das ações e medidas na qualidade da vegetação, na conectividade dos ecossistemas, no carbono orgânico e retenção de água no solo, e na recorrência de incêndios.

2.2.1 Potencial de provisão de serviços dos ecossistemas na situação atual e futura

Globalmente, a condição dos ecossistemas é predominantemente moderada a baixa, tal como se pode observar na figura seguinte, apresentando uma média global de $2,4 \pm 0,4$. Os baixos valores de condição resultam da baixa a moderada qualidade da vegetação, resultante da baixa capacidade de retenção de água e do baixo teor de carbono orgânico no solo. A recorrência de incêndios é também um fator condicionador da condição dos ecossistemas na área de intervenção, que juntamente com a atual ocupação do solo, se traduzem numa moderada a baixa conectividade da paisagem.

Figura 2.7_Mapeamento da condição dos ecossistemas baseado nos indicadores selecionados para a área do PRGP_ADBS na situação atual e futura

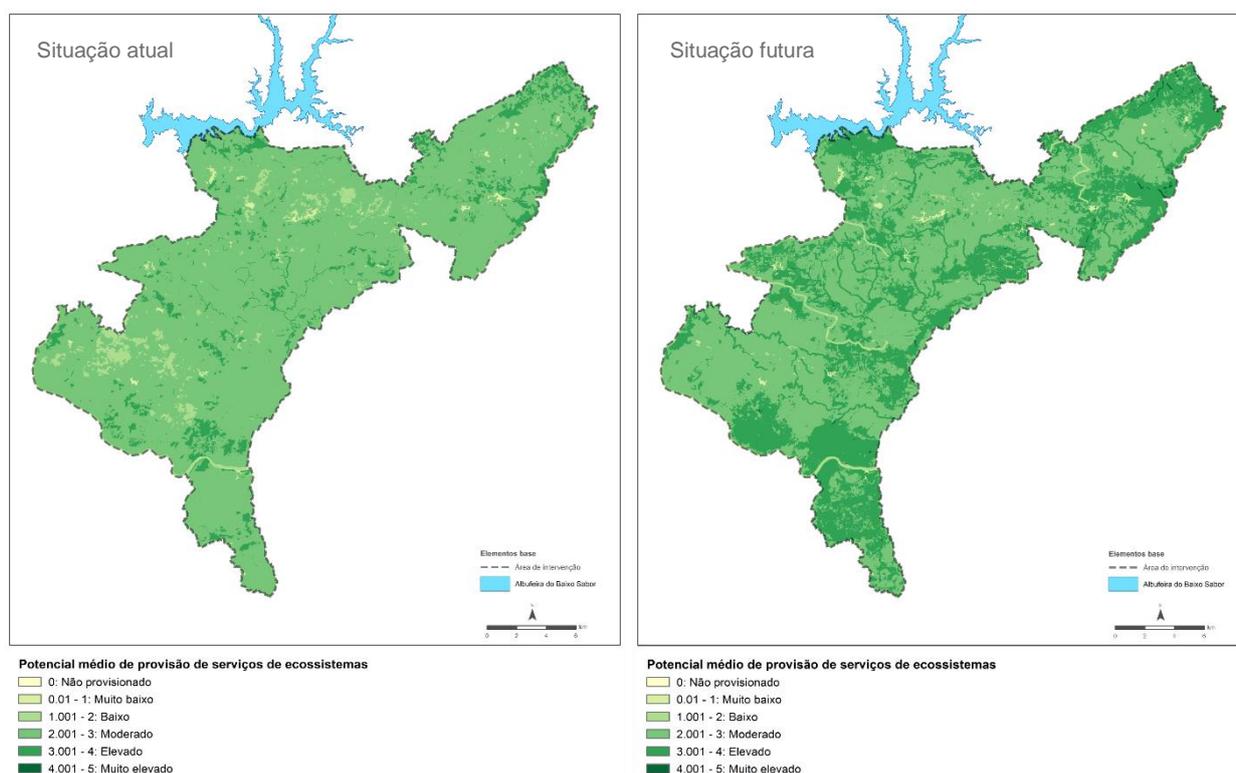


A atual condição dos ecossistemas tem um grande impacto no potencial real de provisão de serviços dos ecossistemas, resultando numa provisão real inferior à potencialmente prevista para cada ecossistema presente na área de intervenção. Assim, e em termos globais, o potencial de provisão de serviços dos ecossistemas é moderado, apresentando algumas áreas de elevado potencial e outras de baixo potencial. Atualmente (considerando a elevada área que ocupam na área de intervenção) os ecossistemas que mais contribuem para provisão geral de serviços os pomares e olivais, as florestas de pinheiro-bravo e as áreas de matos. Considerando o valor por unidade de área, os ecossistemas com maior potencial de provisão são as florestas de outras folhosas (galerias ripícolas) e as várias florestas de *Quercus* sp..

No que se refere à condição da situação futura estimada, o resultado evidencia um aumento generalizado da condição dos ecossistemas em toda a área de intervenção, apresentando um valor médio estimado de $2,8 \pm 0,4$, facto que resulta maioritariamente da diminuição da recorrência de incêndios, em especial incêndios de grandes dimensões (como apresentado na secção anterior), levando a um aumento

generalizado da qualidade da vegetação existente. As ações propostas, permitem ainda a criação de corredores ecológicos através das galerias ripícolas, facto que contribui para uma maior conectividade entre os ecossistemas. Assim, as ações e medidas propostas para a nova paisagem, contribuem de forma significativa para um aumento da condição das áreas agrícolas com culturas permanentes, assim como a diminuição da recorrência de incêndios irá permitir a evolução ecológica das áreas de matos, permitindo um aumento da condição destes ecossistemas.

Figura 2.8_Mapeamento do potencial médio de provisão de todas as classes de serviços de ecossistemas na área do PRGP_ADBS na situação atual e futura



A análise quantitativa da provisão potencial de serviços dos ecossistemas revelou que, apesar da discrepância existente entre a dimensão das áreas de cada classe de ocupação do solo, este potencial está intrinsecamente associado à condição dos ecossistemas. Nesta avaliação foram considerados 6 indicadores que refletem a qualidade dos solos e da vegetação, níveis de proteção de habitats e biodiversidade, e a recorrência de incêndios, que se verificou afetarem fortemente o potencial de provisão avaliado de forma qualitativa através da avaliação matricial.

De destacar a classe “Florestas de outras folhosas”, que apresentam o valor médio de provisão potencial mais alto (considerando o conjunto de todos os serviços de ecossistemas), mesmo apresentando uma área bastante pequena. Pelo contrário, os “Matos e Charnechas” que apresentam a maior área em termos de ocupação deste território, apresentaram um valor moderado abaixo em termos de potencial de provisão geral, em grande medida devido aos baixos valores da condição destes ecossistemas.

Dados os altos valores potenciais atribuídos pela avaliação matricial, as várias classes florestais destacam-se igualmente pela negativa, uma vez que os seus valores de provisão foram também largamente afetados pela condição dos ecossistemas. Assim, é de ressaltar que tais ecossistemas devem ser prioritários quanto à sua conservação e restauro, nomeadamente as galerias ripícolas, representadas essencialmente pela classe “Florestas de outras folhosas”, tal como as áreas de vegetação nativa como as Florestas de Sobreiros, Azinheiras e outros carvalhos. Tais ecossistemas têm um potencial de provisão de serviços de ecossistemas de extrema importância, abrangendo todos os grupos considerados, evidenciando assim a necessidade de medidas de conservação prementes.

Estes resultados estão em linha com a análise participativa inicial realizada com atores locais, que salientaram a necessidade de conservação e manutenção das áreas florestais existentes na área de

intervenção do PRGP_ADBS. Os serviços dos ecossistemas que obtiveram resultados mais expressivos nesta análise vão ao encontro dos serviços com maior potencial identificados através da análise quantitativa efetuada, sendo que o destaque em termos de ecossistemas são os ecossistemas agrícolas e florestais, que apresentam contributos globais consideráveis para a provisão dos serviços dos ecossistemas desta área, mesmo considerando as suas áreas mais reduzidas (a negrito na tabela seguinte).

No que refere à nova paisagem, as estimativas calculadas indicam que as ações propostas terão um impacto benéfico na provisão de serviços dos ecossistemas, permitindo um aumento generalizado do potencial de provisão médio de SE em todos os ecossistemas, mas com especial ênfase nos ecossistemas alvo de ações concretas associadas à conservação do solo, água e biodiversidade (Figura 2.7). No futuro prevê-se que a área de intervenção venha a apresentar um potencial de provisão de serviços dos ecossistemas moderado a elevado, permitindo assim um aumento da resiliência e sustentabilidade destes territórios (Figura 2.8 e Tabela 2.3).

Tabela 2.3_ Análise do potencial de provisão de serviços dos ecossistemas e do contributo de cada ecossistema na provisão no global da área do PRGP_ADBS na situação atual e futura

Classes MAES (nível 4)	Situação atual		Situação futuro	
	Potencial médio de provisão de SE	Contributo dos ecossistemas na provisão global de SE (%)	Potencial médio de provisão de SE	Contributo dos ecossistemas na provisão global de SE (%)
Tecido edificado contínuo	0,3	0,1	0,4	0,1
Tecido edificado descontínuo	0,6	0,0	0,6	0,0
Unidades industriais, comerciais, públicas e militares	0,3	0,0	0,3	0,0
Rede viária e espaços associados	0,3	0,0	0,3	0,0
Áreas de extração de inertes	0,3	0,0	0,3	0,0
Áreas em construção	0,3	0,0	0,3	0,0
Equipamentos desportivos e de lazer	0,5	0,0	0,5	0,0
Parques urbanos	2,1	0,0	2,2	0,0
Culturas temporárias de sequeiro e regadio	2,1	3,2	2,2	3,6
Vinhas	2,4	1,8	2,9	2,0
Pomares	2,3	10,4	2,9	12,8
Olivais	2,5	10,4	3,0	10,6
Culturas temp. e/ou pastagens associadas a culturas permanentes	2,3	0,1	2,4	0,1
Mosaicos culturais e parcelares complexos	2,6	1,4	2,8	1,3
Agricultura com espaços naturais e seminaturais	2,7	0,3	2,9	0,2
SAF de sobreiro	2,6	0,0	2,8	0,0
SAF de outros carvalhos	2,8	0,0	2,9	0,0
Florestas de sobreiro	3,0	2,3	3,4	2,2
Florestas de azinheira	3,0	1,8	3,2	1,7
Florestas de outros carvalhos	3,2	1,7	3,4	1,6
Florestas de castanheiro	3,1	1,0	3,4	0,9
Florestas de eucalipto	2,4	1,6	2,6	1,5
Florestas de outras folhosas e Florestas ripícolas	3,4	2,5	3,6	6,6
Florestas mistas de folhosas	-	-	3,6	0,1
Florestas de pinheiro-bravo	2,8	13,4	3,0	12,1
Florestas de pinheiro manso	3,0	0,2	3,1	0,2
Florestas de outras resinosas	2,5	0,9	2,7	0,9
Florestas mistas de resinosas com folhosas	-	-	3,5	1,1
Faixas de gestão de combustível (Aceiros)	-	-	1,2	0,5
Pastagens permanentes	2,4	0,3	2,7	1,0

Classes MAES (nível 4)	Situação atual		Situação futuro	
	Potencial médio de provisão de SE	Contributo dos ecossistemas na provisão global de SE (%)	Potencial médio de provisão de SE	Contributo dos ecossistemas na provisão global de SE (%)
Pastagens semi-naturais	2,5	1,0	2,7	0,9
Matos e Charnecas	2,6	44,2	2,8	37,0
Vegetação esparsa	2,2	0,6	2,4	0,6
Rocha nua, afloramentos e falésias	1,7	0,0	1,9	0,0
Albufeiras de barragens	1,7	0,6	1,8	0,6
Charcas	2,1	0,0	2,3	0,0
Reservatórios artificiais	0,9	0,0	1,0	0,0

Para os grupos de serviços de ecossistemas analisados para o futuro, as classes Florestas de outras folhosas e Florestas ripícolas apresentam um alto potencial médio global de provisão de serviços dos ecossistemas em todas as unidades de gestão da paisagem existentes na área do PRGP_ADBS, tal como verificado para a situação atual. Destacam-se as novas classes de Florestas mistas de folhosas e Mistas de resinosas com folhosas, que obtiveram os valores médios mais altos de provisão potencial global considerando todos os grupos de serviços. Já a introdução das Faixas de Gestão de Combustível (aceiros), apesar da sua importância para o grupo de serviços “Regulação de eventos extremos”, particularmente no controlo de incêndios florestais, possui um potencial de provisão muito baixa nos outros grupos de serviços de ecossistemas, mas que dada a sua função se tornam benéficos para a generalidade da paisagem. No geral, verificou-se um aumento de potencial de provisão de serviços na situação futura, principalmente devido ao aumento geral da condição dos ecossistemas, concretamente quanto ao valor do índice de qualidade da vegetação NDVI e conseqüentemente da conectividade, além da diminuição da recorrência de incêndios prevista para a área do PRGP-ADBS.

2.2.2 Evolução da provisão de provisão de serviços dos ecossistemas e biodiversidade

Face à condição atual dos ecossistemas da área de intervenção do PRGP_ADBS, considerou-se essencial que as ações e medidas propostas visassem os seguintes objetivos:

- A preservação da biodiversidade e conseqüentemente dos serviços dos ecossistemas, nomeadamente nos ecossistemas agrícolas e florestais de produção;
- A promoção de práticas agrícolas e florestais de adaptação às alterações climáticas, nomeadamente no que diz respeito à retenção de água e conservação do solo;
- A preservação das galerias ripícolas e das áreas naturais de alto valor de conservação, dado o seu papel crucial na preservação da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas de forma global;
- A promoção da conectividade dos ecossistemas como estratégia para a manutenção do fluxo de espécies e funcionamento dos ecossistemas, garantindo a manutenção dos corredores ecológicos presentes e impedindo a fragmentação dos habitats;
- A identificação e registo das práticas tradicionais associadas à conservação do solo e da água, que permitam analisar o histórico de produtividade e perceber o real impacto das várias medidas propostas, promovendo os serviços de ecossistemas relacionados;
- A promoção de atividades recreativas e observação da natureza, e os serviços relacionados com a aprendizagem e inspiração, que beneficiarão das ações anteriormente mencionadas, através de sinaléticas e certificação específicas;
- A promoção de medidas específicas para os ecossistemas urbanos que se traduzam num contributo significativo destas áreas para a estratégia de adaptação climática, para a preservação da biodiversidade e a provisão de serviços dos ecossistemas.

Ainda nesta análise foram consultados vários documentos orientadores relacionados com a conservação de habitats e espécies (i.e. Plano Sectorial da Rede Natura 2000, Plano de Acção para a Conservação do Lobo-ibérico em Portugal e Plano de Acção para a Conservação das Aves Necrófagas), tendo-se garantido que as medidas propostas não conflituam com os planos em questão, sendo em muitos casos coincidentes, nomeadamente no que se refere às medidas de salvaguarda e valorização dos valores naturais, da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas. Salienta-se ainda que algumas das medidas propostas no PRGP_ADBS, como a manutenção e restauro das galerias ripícolas, a conservação do solo e da água e a remuneração de serviços dos ecossistemas vão para além das elencadas nos planos sectoriais e planos de acção com intervenção do território. e se implementadas terão impactos positivos concretos na biodiversidade, conservação da natureza e valorização do património natural.

No que respeita mais especificamente ao Plano de Acção para a Conservação do Lobo-ibérico em Portugal, e considerando o papel que esta espécie tem no equilíbrio dos ecossistemas e na preservação do património natural, as medidas propostas dão também resposta a algumas das orientações esplanadas no documento, nomeadamente as relacionadas com a promoção da conectividade dos habitats, que poderá ser conseguida através do restauro das galerias ripícolas e consequente aumento da biodiversidade global. As ações propostas tiveram ainda em consideração o Plano de Acção para a Conservação das Aves Necrófagas, tentando que as mesmas fossem também ao encontro das necessidades identificadas para a preservação destas espécies com um papel importante nas cadeias tróficas e ecossistemas naturais.

Salienta-se ainda que as medidas propostas de forma global terão um impacto significativo no que respeita à perigosidade de incêndio, contribuindo por isso para a preservação da biodiversidade e conservação dos valores naturais e patrimoniais em toda a área de intervenção do PRGP_ADBS.

A aplicação destas ações elencadas acima, e descritas no capítulo seguinte, deverá ter um impacto positivo significativo na condição geral da paisagem, levando a um aumento considerável do potencial de provisão de serviços dos ecossistemas, assim como um aumento da sua qualidade, contribuindo fortemente para o aumento da resiliência do território. Tendo em conta os cenários climáticos, estas recomendações devem informar uma estratégia regional ou sub-regional de adaptação climática. Ainda neste ponto, importa salientar o papel crucial que as áreas urbanas deverão assumir nas estratégias regionais ou sub-regionais de adaptação climática, devendo estas incluir medidas promotoras da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas para as áreas urbanas, como sendo o aumento das áreas verdes biodiversas e dos corredores ecológicos, no sentido de promoverem uma verdadeira conectividade entre estes ecossistemas e os sistemas naturais envolventes, contribuindo assim verdadeiramente para a resiliência e sustentabilidade destes territórios de forma global.

Considerando as medidas propostas para o futuro, os resultados estimados preveem uma melhoria gradual da condição dos ecossistemas, levando ao aumento do potencial de provisão de serviços dos ecossistemas de forma global e progressiva.

2.3. Economia rural

2.3.1 Setor agrícola

O setor agrícola nas Unidades de Paisagem definidas no PRGP ADBS caracteriza-se por um conjunto de indicadores sócio-estruturais, agronómicos e económicos que se descrevem de seguida:

- A Superfície agrícola média das explorações (SAU/Expl) das UGP Planalto de Moncorvo (9,9 ha), Douro Vinhateiro (14,3 ha) e Planalto da Beira (15,7 ha), é superior à média da região do ADBS (8,7 ha);
- A Superfície agrícola utilizada por unidade de trabalho agrícola (SAU/UTA) das diferentes UGP, sendo superior às respetivas SAU/Expl, apresentam valores semelhantes em relação à média regional (11,9 ha), com um valor máximo para a UGP Planalto da Beira (11,2 ha) e um mínimo para a UGP Relevos de Mosteiros (9,7 ha);

- O peso dos produtores com mais de 65 anos no conjunto das explorações do ADBS é de quase 60%, correspondendo os níveis de envelhecimento mais elevados às explorações das UGP com áreas agrícolas médias de menor dimensão, ou seja, as UGP do Planalto Mirandês (62,3%), Douro Internacional (64,8%), Vertentes do Sabor (61,1%) e Relevos de Mosteiros (60,2%).
- A superfície agrícola regada representa, em média, apenas, 8,9% da respetiva SAU, com um valor máximo na UGP Planalto de Moncorvo (15%) e um mínimo na UGP Douro Internacional (2,8%);
- As áreas ocupadas por culturas permanentes têm uma posição dominante em todas as UGP, com um valor máximo na UGP Planalto de Moncorvo (94%) e um mínimo na UGP Douro Internacional (50,9%);
- Cerca de 2/3 da superfície forrageira total corresponde a áreas ocupadas por prados e pastagens permanentes, indicador este que tem o seu valor máximo na UGP Planalto da Beira (87,6%) e o mínimo na UGP Planalto de Moncorvo (42,2%);
- A área das explorações agrícolas ocupada por matos e florestas sem culturas no sob coberto atingiu, em média, os 36,8% da respetiva superfície total, com um máximo de 45% no Planalto de Moncorvo e um mínimo de 18,7% no Planalto da Beira;
- O encabeçamento médio regional é de 0,9 CN por hectare de superfície forrageira total (SFT), com um valor máximo para a UGP Planalto de Moncorvo (1,9 CN) e um mínimo para a UGP Planalto da Beira (0,5 CN);
- A percentagem de bovinos no efetivo animal total do ADBS é, em média, de apenas 15,7%, com um mínimo para a UGP do Planalto de Moncorvo (0%) e um máximo para a UGP Planalto da Beira (42,4%);
- A área em Modo de Produção Biológico (MPB) no ADBS é, em média, de 16,3% da respetiva superfície potencialmente elegível, com valores mais elevados para as UGP do Planalto do Moncorvo (28,5%), Douro Vinhateiro (27,1%) e Planalto Mirandês (24,3%);
- A área em Produção Integrada (PRODI) é, em média, no ADBS, de 13,7% da respetiva SPE, com um valor máximo para a UGP Planalto de Moncorvo (20,6%) e um mínimo para a UGP Douro Internacional (7,6%);
- A área ocupada por culturas permanentes tradicionais que beneficiam das respetivas Medidas Agro-Ambientais (MAA) é máxima na UGP Planalto da Beira (21,9%) e mínima na UGP Planalto Mirandês (2,7%), para uma média regional de 8,3%.
- O valor médio do Valor da produção padrão (VPP) por hectare de superfície potencialmente elegível (SPE) era, em 2020, de 579 euros, tendo atingido o seu valor mais elevado para a UGP Planalto de Moncorvo (628€) e o mais baixo para a UGP Planalto da Beira (562€);
- O valor médio do Valor da produção padrão (VPP) por exploração agrícola era, em 2020, de 5021€, com um valor máximo para a UGP Douro Vinhateiro (7236€) e mínimo para a UGP Relevos de Mosteiros (3630€);
- O valor médio regional do total dos Pagamentos diretos aos produtores do 1º e 2º Pilar (PDP) por hectare da SPE era, em 2020, de 430€, indicador que atingiu os 502€/ha no caso da UGP Planalto de Moncorvo e 363€/ha na UGP Douro Internacional;
- O valor do total dos PDP do 1º e 2º Pilar por exploração agrícola foi, em média, em 2020, de 3728€, com um máximo de 5835€ no caso da UGP Douro Vinhateiro e um mínimo de 2581€ no Douro Internacional;
- A receita bruta da exploração para o conjunto do ADBS foi, em média, de 8749€, tendo atingido cerca de 13 mil euros no caso da UGP Douro Vinhateiro e, apenas, cerca de 6,4 mil euros para as explorações agrícolas da UGP Relevos de Mosteiros.

No que diz respeito à composição das políticas em vigor do 1º e do 2º Pilar da PAC, na área do PRGP ADBS podem-se retirar as seguintes principais conclusões:

- As verbas afetas às medidas do 2º Pilar são, para o conjunto das UGP do ADBS, maioritárias (55,1%) em relação às verbas dos apoios afetos ao 1º Pilar, com especial relevo para o Planalto da Beira (61,2%), Douro Vinhateiro (59,8%) e Planalto de Moncorvo (57,3%);
- A quase totalidade de apoios do 1º Pilar para as diferentes UGP dizem respeito aos PDP desligados da produção;
- A maioria das verbas do 2º Pilar estão afetas no ADBS às Medidas de apoio às Zonas Desfavorecidas (MZD) (59,8%), com especial relevo para as UGP do Planalto Mirandês (78,7%), do Douro Internacional (83,8%), Vertentes do Sabor (73,3%) e Relevos de Mosteiros (74,2%);

- As verbas afetas às MAA são maioritárias nas UGP do Planalto de Moncorvo (51,6%), Douro Vinhateiro (55,6%) e Planalto da Beira (55,9%), em consequência da importância nelas assumidas pelas áreas em MPB, PRODI e ocupados por culturas permanentes internacionais;
- O peso assumido pelos PDP na Receita bruta da exploração agrícola (RBE) atingiu, em 2020, uma percentagem de 42,6% para o conjunto do ADBS, com uma Estimativa de suporte aos produtores (ESP) máximo de 44,5% para a UGP do Planalto de Moncorvo e um ESP mínimo de 37,1% para a UGP do Douro internacional.

De entre os principais fatores determinantes da evolução futura da agricultura na área de influência do PRGP_ADBS o Plano Estratégico da PAC (PEPAC) é aquele que se considera ser o fator mais importante nas explorações agrícolas. Neste contexto, a proposta de evolução da agricultura na área do PRGP ADBS assenta nos seguintes pressupostos:

- A área ocupada pela agricultura em Modo de Produção Biológico (MPB) irá aumentar em cada freguesia de acordo com a sua atual área;
- A manutenção da área total em PRODI por conversão de área em agricultura convencional;
- Uma redução de 40% da área ocupada por matos com o consequente aumento da área de Prados e Pastagens Permanentes destinadas à alimentação de pequenos ruminantes com encabeçamento de 0,6 CN/ha;
- Um aumento de 20% da área ocupada por culturas permanentes modernas por conversão de áreas destas culturas atualmente em modo produção tradicional.

No que diz respeito à ocupação cultural, efetivo animal e modo de produção, a proposta de evolução da agricultura na área do PRGP ADBS prevê o seguinte:

- A área de culturas temporárias e culturas permanentes se manterá. Realça-se o facto de apesar da superfície de culturas permanentes se manter, prevê-se que ocorra modernização de 20% da sua área através do regadio, com aumentos de produtividades.
- Prevê-se um aumento da área de pastagens em detrimento de matos e florestas. Considera-se que as áreas de pastagens que foram abandonadas entre 2009 e 2019 se encontram atualmente como matos e serão recuperadas neste período.
- Em consequência do aumento da área de pastagens ocorrerá um aumento do efetivo de pequenos ruminantes.
- O modo de produção biológico beneficiará de um aumento da sua área, através da conversão de área em PRODI, que por sua vez, se manterá nos vários cenários, por conversão de área em agricultura convencional.

O impacto que as alterações anteriormente referidas terão nos diferentes tipos de apoios e indicadores económicos, são os seguintes:

- Um crescimento dos apoios ambientais na região do ADBS de +76%, que passarão de 1,3 milhões de euros para 2,3 milhões de euros, consequência do aumento do Modo Produção Biológico e principalmente do aumento significativo das pastagens permanentes.
- Um crescimento dos apoios ligados, que verificará um crescimento de 120 mil euros para 711 mil euros (+500%), por via do pagamento ao efetivo de pequenos ruminantes, que aumentará muito significativamente, recuperando para níveis próximos do ano de 2009.
- Relativamente aos impactos nos PDP, em termos globais na região, verificar-se-á um impacto positivo de 111 €/ha. De acordo com os pressupostos assumidos, prevê-se que as UGP observem comportamentos semelhantes, com, em todas elas, uma melhoria da sua situação em termos de PDP.
- Relativamente à Receita Bruta de Exploração (RBE), no conjunto da região do ADBS, prevê-se um impacto positivo, com uma melhoria, em média, de 2 269 €/Expl, fruto do aumento dos pagamentos diretos aos produtores, mas também do aumento das produtividades de zonas hoje em dia improdutivas (áreas de matos), e do aumento de produtividades de algumas áreas de culturas permanentes, fruto do regadio.
- Na proposta desenvolvida todas as UGP preveem um impacto positivo entre os 20% e os 30% na RBE. Realça-se para as UGP_06 do Douro Vinhateiro e Planalto da Beira como sendo as regiões que maior crescimento por exploração terá, nomeadamente, mais 2961 €/expl e 2890 €/expl, respetivamente, quando comparado com o ano 2020.

- Quanto ao peso das ajudas diretas ao produtor na receita bruta de exploração, realça-se a manutenção em termos médios da região, bem como a menor dependência de apoios por parte de três UGP (Planalto de Moncorvo, Douro Vinhateiro e Planalto da Beira) e a maior dependência das restantes regiões.

2.3.2 Setor florestal

A área total de floresta no PRGP ADBS totaliza cerca de 10 138 hectares, sendo que a UGP onde esta floresta se encontra mais representada é na UGP “Planalto Mirandês”, onde ocorrem 3 434 hectares de floresta (cerca de 34% do total). No sentido inverso, a UGP onde se observa a menor representatividade de floresta no total do PRGP_ADBS é a UGP “Planalto da Beira” (apenas 109 hectares). Os povoamentos de pinheiro bravo são os mais representativos na área global do PRGP ADBS, ocupando cerca de 5473 hectares (53,9% dos espaços florestais). Alguns indicadores sobre os espaços florestais das UGP delimitadas são:

- 46% do total da área de pinheiro bravo do PRGP localiza-se na UGP Planalto Mirandês e 34% na UGP Relevos de Mosteiros;
- 54% do total da área de eucalipto do PRGP concentra-se na UGP Vertentes do Sabor;
- 84% do total da área de azinheira do PRGP ocorre na UGP Douro Vinhateiro;
- 54% do total da área de castanheiro do PRGP verifica-se na UGP Planalto Mirandês;
- 30% do total da área de sobreiro do PRGP localiza-se na UGP Planalto Mirandês e 27% na UGP Relevos de Mosteiros.
- Na UGP “Douro Internacional” a ocupação florestal dominante corresponde às Florestas de Outras Folhosas (56% da área de floresta total da UGP, mas correspondendo apenas a 211 hectares);
- Na UGP “Douro Vinhateiro” a ocupação florestal dominante corresponde a florestas de azinheira (48% da área de floresta total da UGP, 596 hectares);
- Na UGP “Planalto da Beira” predominam as florestas de sobreiro (63% da área de floresta total da UGP, correspondendo a apenas 69 hectares)
- Na UGP “Planalto de Moncorvo” são dominantes as florestas de outras resinosas (24%, 187 hectares), mas as florestas de pinheiro bravo (20%, 160 hectares) e florestas de eucalipto (20%, 159 hectares) têm também elevada representatividade;
- Na UGP “Planalto Mirandês” predominam com destaque as florestas de pinheiro bravo (73%, correspondendo a 2508 hectares)
- Na UGP “Relevos de Mosteiros” são igualmente dominantes as florestas de pinheiro bravo (70%, 1852 hectares)
- Na UGP “Vertentes do Sabor” são igualmente predominantes as florestas de pinheiro bravo (57% do total de floresta desta UGP, cerca de 879 hectares).

Em termos de evolução da ocupação do solo desde 1995 até 2018, verifica-se que a área de Florestas registou um aumento significativo de 1995 a 2010 (um acréscimo de cerca de 2 045 hectares, cerca de 25%), sendo que a partir de 2010 o valor estabilizou em cerca de 10 mil hectares de floresta. Contudo, desde 2010 até 2018 a superfície ocupada por floresta na área total do PRGP tem vindo a decrescer. Analisando a evolução da área de floresta em cada UGP delimitada, observam-se os seguintes resultados:

- Em todas as UGP observou-se um acréscimo de área de floresta entre 1995 e 2010, com exceção da UGP “Douro Internacional” onde a área de floresta se mantém constante desde 1995 até 2018 (378 hectares);
- Entre 1995 e 2010 a UGP com maior taxa de crescimento anual da área de floresta foi o Planalto de Moncorvo (+9%/ano), seguida do Planalto Mirandês (+1,5%/ano), correspondendo a um acréscimo de área de 642 hectares e 683 hectares, respetivamente;
- No período entre 2010 e 2015 todas as UGP registaram um decréscimo na área de floresta, com exceção da UGP de “Relevos de Mosteiros” onde se registou um acréscimo de área de cerca de 23 hectares;
- Neste período de 2010 a 2015 a taxa de decréscimo anual de área variou entre -0,1%/ano na UGP Vertentes do Sabor e -1,6%/ano na UGP Planalto de Moncorvo;

- No período de 2015 a 2018 todas as UGP registaram um decréscimo de área de floresta, tendo a UGP Planalto Mirandês registado a maior perda de área de floresta (80 hectares) neste período;
- As taxas de decréscimo anual no período 2015-2018 variaram entre -0,2%/ano na UGP Vertentes do Sabor e -0,8%/ano na UGP Planalto Mirandês;
- No período de 2010 a 2018 a UGP que registou maior perda de área de floresta foi o “Planalto Mirandês” (cerca de 120 hectares), um decréscimo de -0,43%/ano;
- No período de 2010 a 2018 a UGP que registou maior taxa de decréscimo anual foi a UGP “Planalto de Moncorvo” (-1,25%/ano), tendo registado uma perda de 85 hectares de floresta neste período.

Os principais fatores determinantes da evolução futura da floresta (e do setor produtivo, de uma maneira global) na área de influência do PRGP_ADBS são os seguintes

- Alterações climáticas, quer pelo efeito do aumento de temperatura como pela diminuição da quantidade e distribuição da precipitação ao longo do ano, que irá certamente influenciar a produtividade e também a aptidão das espécies florestais às diferentes condições edafoclimáticas geradas;
- Evolução demográfica - uma evolução demográfica positiva no território será indispensável para a garantia de um nível de atividade do setor produtivo mais significativo e com implicações nas dinâmicas de ocupação e uso do território;
- Futuras opções produtivas e tecnológicas disponíveis, nomeadamente, no que respeita à utilização de proveniências mais adaptadas, mais produtivas, ou à utilização de práticas de implementação de povoamentos ou de exploração florestal mais eficientes e sustentáveis;
- Plano Estratégico da PAC (PEPAC) - mais do que a disponibilidade de verbas para apoios ao investimento, o grande impacto poderá provir dos mecanismos que serão criados quer para o acesso por parte dos produtores florestais quer para a aprovação das candidaturas de apoio ao investimento.

Em termos de cenários de desenvolvimento futuro, é nas áreas de matos, que ocupam mais de 44% do território do PRGP, que deverão ser concentrados os esforços para a redução do elevado do risco de incêndio que caracteriza este território e também para o aumento da produtividade e rendimento associados ao setor produtivo, onde se inclui o setor florestal. Assim, na proposta de plano assumiu-se que poderiam vir a ser implementadas as seguintes orientações:

- Aposta em medidas de gestão ativa dos povoamentos florestais existentes com vista ao aumento dos níveis de produtividade, através do fomento do associativismo florestal e do agrupamento dos produtores em Zonas de Intervenção Florestal, potenciadoras de uma gestão conjunta dos territórios com ganhos de escala e de rentabilidade;
- Divulgação e fomento à adesão a sistemas de certificação da gestão florestal sustentável, enquanto mecanismo de reconhecimento de práticas de gestão sustentáveis e para a diferenciação e valorização dos produtos florestais;
- Fomento do desenvolvimento de povoamentos florestais de composição mista nas áreas de floresta atualmente existentes, promovendo o desenvolvimento de regeneração natural de folhosas autóctones existentes no subcoberto de povoamentos com composição pura (sobretudo povoamentos de pinheiro bravo);
- Implementação de medidas de identificação, monitorização e controlo do desenvolvimento de pragas, doenças e de espécies invasoras nos espaços florestais existentes;
- Fomento de outras práticas de gestão nas áreas florestais para obtenção de outros produtos além da produção lenhosa, como a prática de resinagem em pinhais existentes, ou a apicultura e a silvopastorícia;
- Instalação de povoamentos florestais de composição mista em áreas de matos que resultem do abandono ou degradação de áreas florestais, em parcelas com dimensão compatível com a classe de perigosidade de incêndio (inferior a 50 hectares).
- Medidas de recuperação de galerias ripícolas e constituição de corredores ecológicos e de elevado valor ecológico (em consonância com as medidas de fomento dos serviços dos ecossistemas);
- Medidas de melhoria das condições de infiltração de água nos solos (limitação a mobilizações do solo em áreas de maiores declives ou medidas de incremento do teor de matéria orgânica nos solos) e também de acumulação de águas superficiais (pelo estímulo à abertura de pequenas charcas ou barragens de terra em locais de elevado risco e perigosidade de incêndio);

- Fomento da prática de silvopastorícia em espaços florestais e de matos, com vista à redução da carga de combustível vegetal presente nos estratos arbustivo e herbáceo;
- Fomento da divulgação e demonstração da utilização de proveniências florestais mais adaptadas e mais produtivas num cenário de alterações climáticas, ou de práticas de gestão florestal mais eficientes e económica e ambientalmente sustentáveis.

Neste contexto, deverão ser fomentados os povoamentos florestais de composição mista e estrutura irregular, numa ótica de constituição de áreas florestais mais biodiversas e geradoras de múltiplos produtos e serviços, capazes de garantir níveis de rentabilidade mais elevados e regulares ao longo dos anos. Com base na constatação da atual escassez de matéria-prima para as indústrias de base florestal, deverão igualmente ser salvaguardadas as opções de gestão afetas aos povoamentos de eucalipto e pinheiro-bravo existentes, com vista à obtenção de produtos lenhosos de maior qualidade, devendo ser promovidas operações de rearborização após corte final desde que sejam garantidas as práticas silvícolas mais adequadas e garantidas as melhores condições de produtividade desses povoamentos (através da utilização de espécies ou clones mais adaptados às estações, por exemplo).

Para a prossecução das orientações previstas neste cenário deverão ser constituídas medidas de apoio específicas para a realização dos investimentos necessários, que passarão por um lado pela abertura atempada e efetiva de concursos no âmbito do PEPAC ou de outros programas de apoio, disponíveis para todas as tipologias de produtores florestais (produtores individuais, sociedades, associações de produtores, etc.), mas por outro lado pela definição de estratégias de valorização e de remuneração dos vários serviços dos ecossistemas gerados pela floresta, nomeadamente, pelo sequestro de carbono, mas também pela retenção de água no solo ou pela melhoria das condições de fertilidade e de estrutura do solo resultantes da ocorrência de espaços florestais.

2.4. Identidade e qualidade da paisagem

O desenho da nova paisagem tem que garantir que o carácter e os elementos identitários que caracterizam cada unidade de paisagem continuarão a ser referências na paisagem futura, como testemunho e memória das gerações passadas, mas passíveis de transformação podendo adquirir novas expressões fruto da evolução de uma paisagem evolutiva e viva.

Neste contexto, no âmbito da transformação proposta devem ser observados um conjunto de princípios de ordenamento do território, os quais visam a sustentabilidade ambiental, económica e social e a valorização e manutenção do carácter e da qualidade da paisagem, devendo os planos territoriais, no âmbito regulamentar dos seus modelos de ordenamento e desenvolvimento, atender às seguintes orientações:

- Salvar o padrão de povoamento existente, nucleado e concentrado, bem como a manutenção da volumetria e dos materiais típicos da Região tendo como objetivo favorecer a continuidade da arquitetura local e a integração da construção na paisagem rural;
- Garantir a integração paisagística de novos usos territoriais com impactos na paisagem pela sua dimensão, nomeadamente de infraestruturas e de outros equipamentos, devendo a sua execução estar enquadrada por PMOT;
- Manter a linguagem de construção da paisagem rural, nomeadamente a presença dos mosaicos culturais e a utilização de muros de pedra seca na limitação das parcelas.
- Salvar as características das construções existentes, tendo em especial atenção o património arquitetónico, vernáculo e erudito.

3. MATRIZ DE TRANSIÇÃO E VALORIZAÇÃO

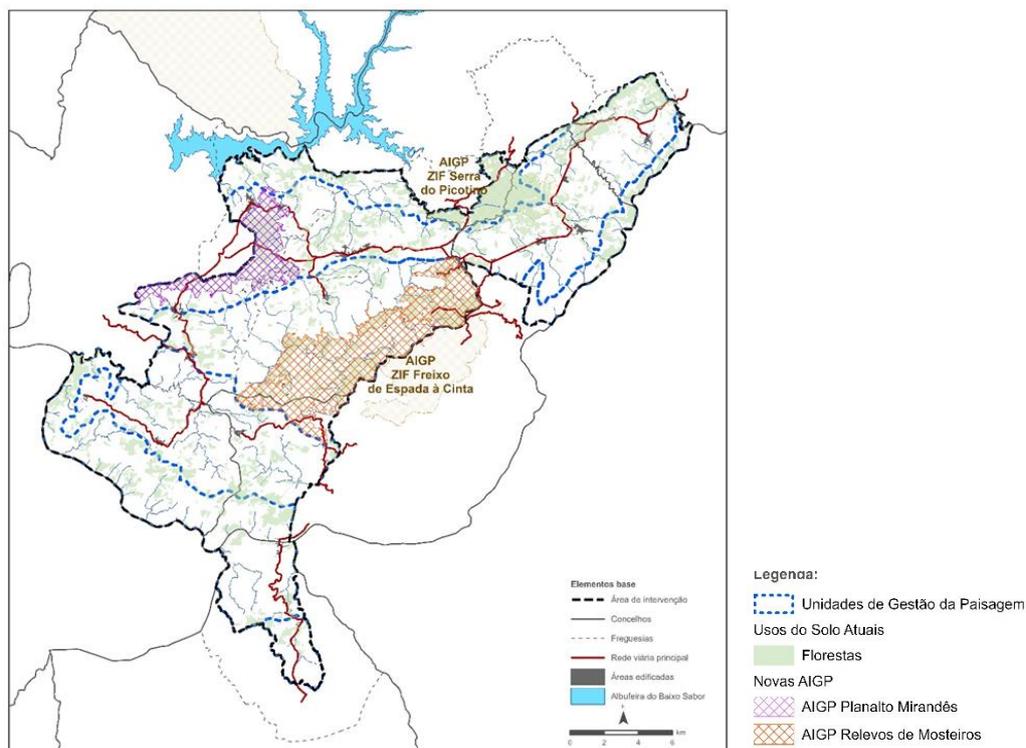
A matriz de transição e valorização identifica as medidas de base territorial associadas ao novo desenho da paisagem por UGP, destacando dentro destas as áreas e ações prioritárias que são estruturantes no âmbito do PRGP_ADBS e que integram o plano de ação, nomeadamente a execução de faixas de gestão de combustível, quer na paisagem quer em trono dos aglomerados urbanos, a manutenção e o restauro das galerias ripícolas, a conservação de áreas florestais relevantes e a preservação de solos com valor ecológico.

Na área de intervenção do PRGP ADBS encontra-se constituída a AIGP da ZIF Serra do Picotino, estabelecida pelo Despacho n.º 7109-A/2021 de 16 de julho. A AIGP da ZIF Serra do Picotino apresenta uma área total de 1 469,6 hectares e foi promovida pela Associação de Produtores Agrícolas Tradicionais e Ambientais (APATA), tendo por entidade gestora a EG da ZIF da Serra do Picotino. A ZIF da Serra do Picotino foi constituída em 2009 e engloba vários prédios rústicos das freguesias de Castelo Branco e Bruçó, do concelho de Mogadouro, e das freguesias de Fornos e Lagoaça, do concelho de Freixo de Espada à Cinta.

A AIGP da ZIF Serra do Picotino foi sujeita à ocorrência de vários incêndios florestais (em 2016 e 2017) o que motivou a implementação de vários projetos de apoio ao investimento florestal no âmbito do PDR2020, nomeadamente ao nível da estabilização das áreas ardidas e recuperação do seu potencial produtivo, assim como a constituição da própria AIGP.

As novas AIGP propostas visam promover o ordenamento e a gestão da paisagem e fomentar o aumento de área florestal gerida a uma escala que promova a resiliência aos incêndios, a valorização do capital natural e a promoção da economia rural. A criação de novas AIGP na área de intervenção do PRGP_ADBS promoverá também as condições necessárias para o desenvolvimento de Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP) a executar num modelo de gestão agrupada da responsabilidade por uma entidade gestora e suportada por um programa multifundos de longo prazo que disponibilizará apoios ao investimento inicial, às ações de manutenção e de gestão ao longo do tempo e também à remuneração dos serviços dos ecossistemas.

Figura 3.1_ Proposta de delimitação das novas AIGP



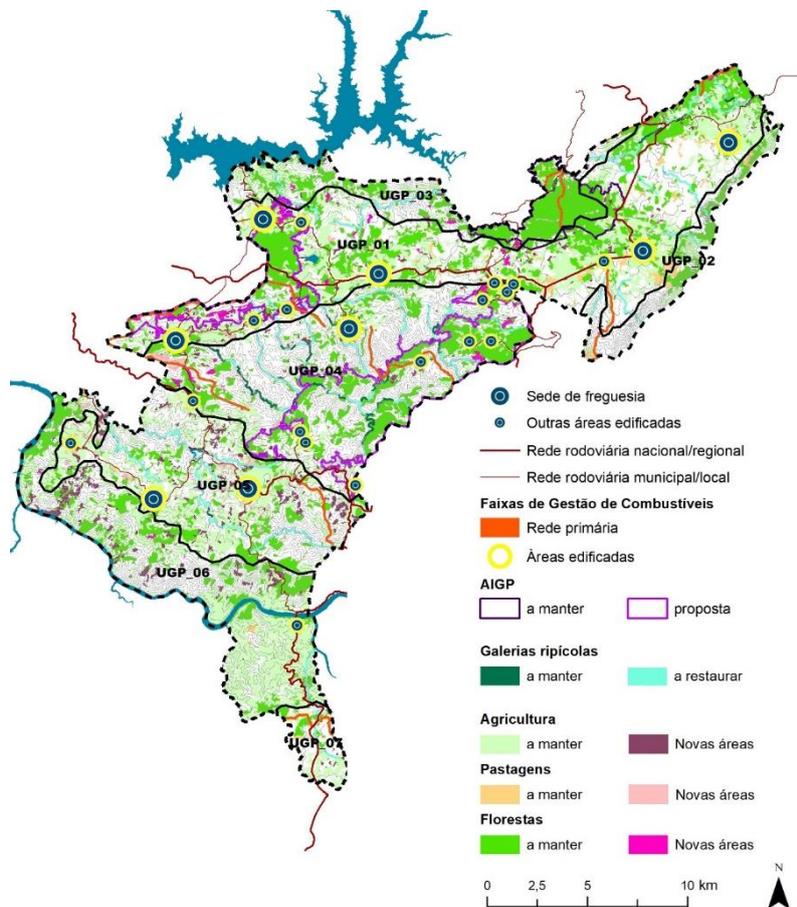
O desenho das novas AIGP propostas teve em consideração por um lado a maior continuidade de área de espaços florestais atualmente existentes no território, e aos quais se associa um maior risco de incêndio florestal, mas também a proximidade a outras AIGP já existentes (nomeadamente a AIGP proposta para a ZIF de Freixo de Espada à Cinta), garantindo assim uma continuidade nos esforços de manutenção e de gestão sustentável dos espaços florestais daqueles territórios. Do mesmo modo, a delimitação das novas AIGP teve em consideração as Unidades de Gestão da Paisagem com maior área florestal. Assim, foram delimitadas duas AIGP:

- AIGP do Planalto Mirandês, com uma área total de 1 490 hectares, dos quais 50,6% (754,6 hectares) correspondem atualmente a espaços florestais;
- AIGP de Relevos de Mosteiros, com uma área total de 1 470 hectares, dos quais 40% (1 874 hectares) correspondem atualmente a espaços florestais.

Nas duas AIGP propostas perspectiva-se, para além da manutenção e gestão sustentável dos povoamentos florestais existentes, a instalação de novos povoamentos florestais, de composição mista, resultantes da reflorestação de áreas de matos, na ordem de 11% da área da AIGP do Planalto Mirandês e de 6% da área da AIGP de Relevos de Mosteiros.

As medidas associadas à gestão do sistema produtivo visam criar as condições necessárias que permitam a médio/longo prazo a transformação da paisagem respondendo à visão e aos objetivos estratégicos definidos. Neste contexto, a manutenção dos sistemas produtivos, agrícola e florestal, é determinante sob o ponto da sustentabilidade económica, social e ambiental da área de intervenção os quais deverão evoluir conforme se propõe para conseguirem responder às dinâmicas e desafios que se colocam no futuro. Nesse sentido propõe-se a adaptação dos sistemas às novas práticas e tecnologia, bem como a reconhecimento e certificação de produtos de forma a valorizar os produtos específicos desta região no mercado. A alocação de subsídios de apoio à produção é um fator determinante a garantir. A proposta inclui, ainda, a possibilidade da expansão territorial destes sistemas embora não seja relevante.

Figura 3.2_Matriz de transição e valorização da nova paisagem



As tabelas seguintes sintetizam para a área de intervenção das áreas que se propõem intervir, bem como as intervenções por UGP, cuja descrição pormenorizada se apresenta nas fichas seguintes.

Tabela 3.1_Matriz de transição e valorização: áreas totais intervencionadas por uso do solo existente (ha)

PAISAGEM ATUAL		PAISAGEM PROPOSTA				
		Faixas de gestão de combustíveis	Galerias ripícolas a restaurar	Novas áreas agrícolas	Novas áreas pastagens	Novas áreas florestais
COS 2018	Agricultura	88,45	381,61	-	-	-
	Floresta	210,88	298,00	-	-	-
	Pastagens	15,95	10,27	-	-	-
	Matos	323,70	650,82	1093,35	333,56	400,56
	Outros	21,51	5,93	-	-	-
Total (ha)		660,49	1346,63	1093,35	333,56	400,56

Tabela 3.2_Ações do PRGP_ADBS: áreas intervencionadas por sistema e por UGP (ha)

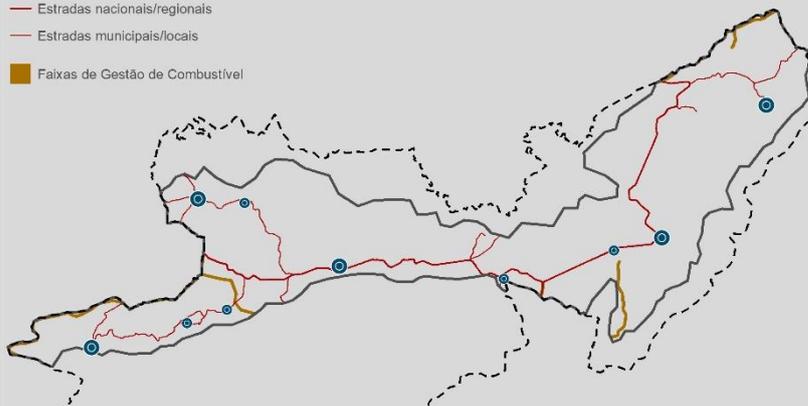
		UGP_01	UGP_02	UGP_03	UGP_04	UGP_05	UGP_06	UGP_07	PRGP (ha)	
Sistema social	Faixas de Gestão de Combustíveis	251,35	20,34	78,91	202,08	54,98	0,49	52,36	660,51	
	Número de aglomerados	10	-	-	10	4	1	-	25	
Sistema conservação	Galerias ripícolas	A manter	40,32	-	15,19	244,54	6,59	-	-	306,64
		A restaurar	322,67	50,36	113,51	433,73	326,2	57,56	42,6	1346,63
		Total	362,99	50,36	128,7	678,27	332,79	57,56	42,6	1653,27
	Florestas a manter*	597,19	359,46	180,49	434,01	153,53	954,84	94,7	2774,22	
Sistema produtivo	Agricultura	A manter	4416,35	284,49	604,02	1489,95	2674,24	2985,43	252,73	12707,21
		Novas áreas	221,91	2,93	33,44	168,64	309,71	344,96	11,76	1093,35
		Total	4638,26	287,42	637,46	1658,59	2983,95	3330,39	264,49	13800,56
	Pastagens	A manter	348,7	77,49	7,33	3,7	22,4	29	27,05	515,67
		Novas áreas	45,82	-	-	101,35	158,09	28,3	-	333,56
		Total	394,52	77,49	7,33	105,05	180,49	57,3	27,05	849,23
	Floresta	A manter	3164,7	366,22	1424,5	2380,35	767,89	1214,98	94,7	9413,34
		Novas áreas	221,73	-	45,34	117,21	3,14	13,14	-	400,56
		Total	3386,43	366,22	1469,84	2497,56	771,03	1228,12	94,7	9813,9
		AIGP Propostas	1473,57	-	14,64	4696,55	-	-	-	6184,76

(*) - as áreas de floresta a manter são contabilizadas nas áreas de floresta do sistema produtivo

UGP_01: Planalto Mirandês

Sistema social

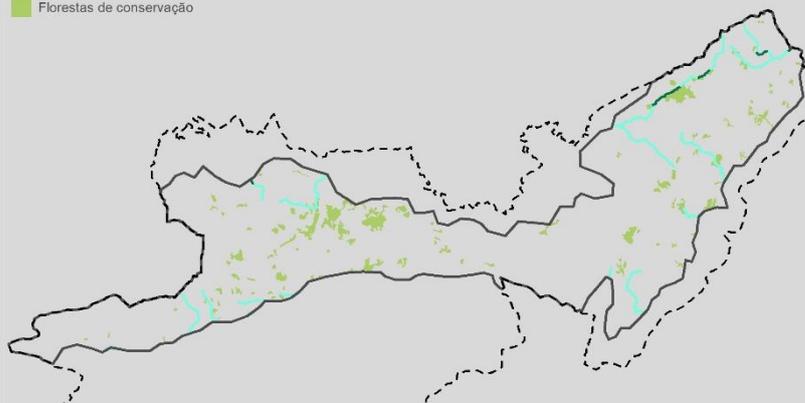
-  Sede de freguesia
-  Outros aglomerados
-  Estradas nacionais/regionais
-  Estradas municipais/locais
-  Faixas de Gestão de Combustível



Faixas de gestão de combustível:
a executar:
251,35 ha e em torno de 10
aglomerados

Sistema conservação

-  a manter
-  a restaurar
-  Florestas de conservação



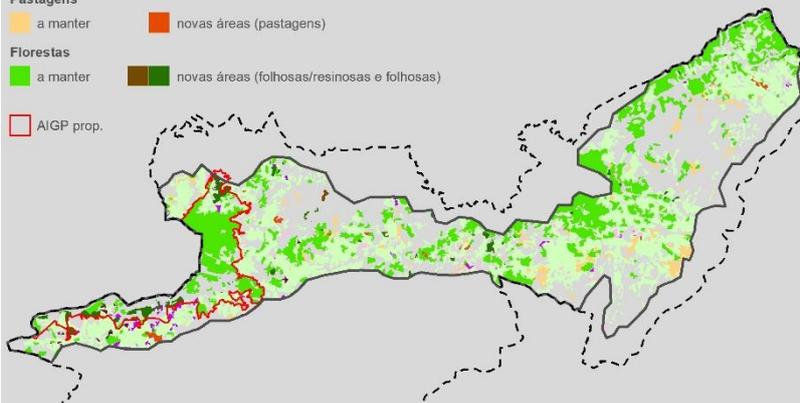
Galerias ripícolas: 362,99 ha

a manter: 40,32	a restaurar: 322,67 ha
--------------------	---------------------------

Florestas de conservação:
597,19 ha

Sistema produtivo

- Agricultura**
 -  a manter
 -  novas áreas (permanentes/diversas/temporárias)
- Pastagens**
 -  a manter
 -  novas áreas (pastagens)
- Florestas**
 -  a manter
 -  novas áreas (folhosas/resinosas e folhosas)
-  AIGP prop.



Áreas agrícolas: 4.638,26 ha

a manter: 4.416,35 ha	novas áreas: 221,91 ha
--------------------------	---------------------------

Pastagens: 394,52 ha

a manter: 348,7 ha	novas áreas: 45,82 ha
-----------------------	--------------------------

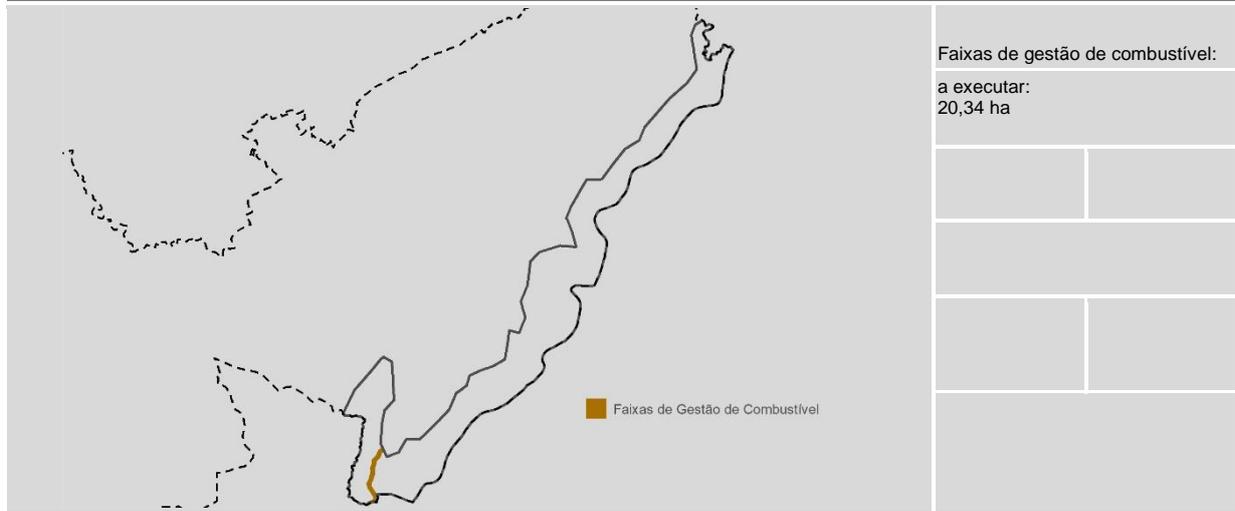
Áreas florestais: 3.386,43 ha

a manter: 3.164,7 ha	novas áreas: 221,73 ha
-------------------------	---------------------------

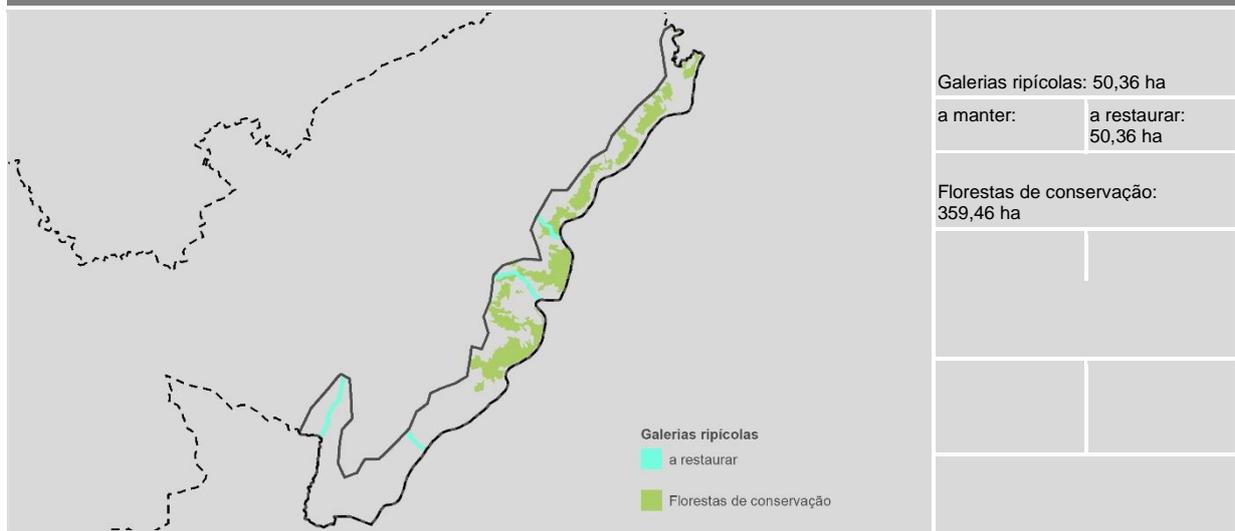
AIGP – 1.473,57 ha (dos quais
14,64 extravasam para a UGP03
Vertentes do Sabor)

UGP_02: Douro Internacional

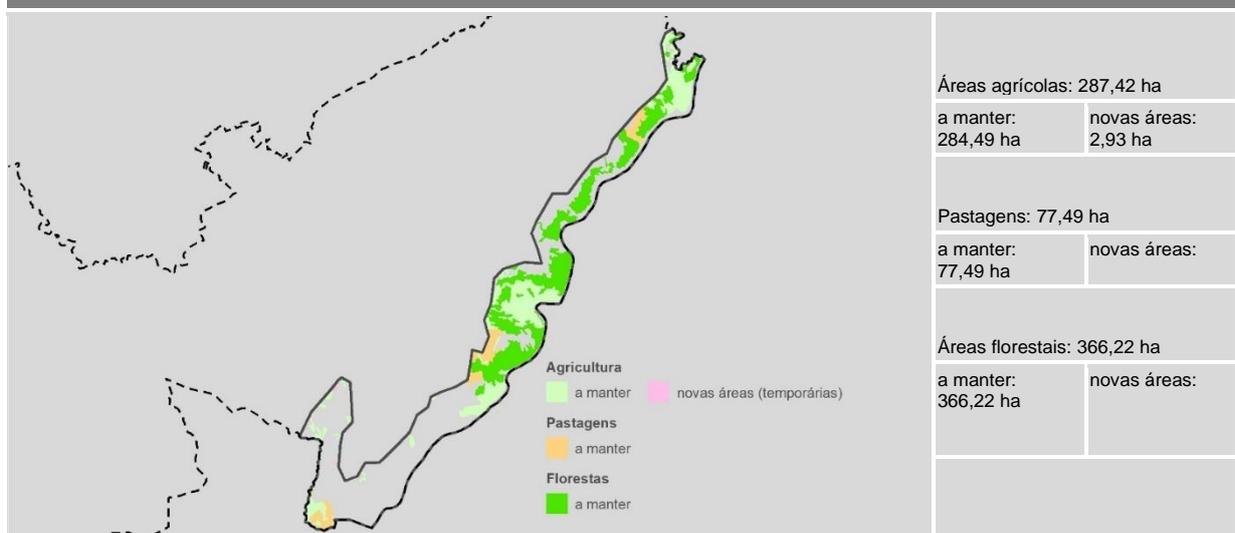
Sistema social



Sistema conservação



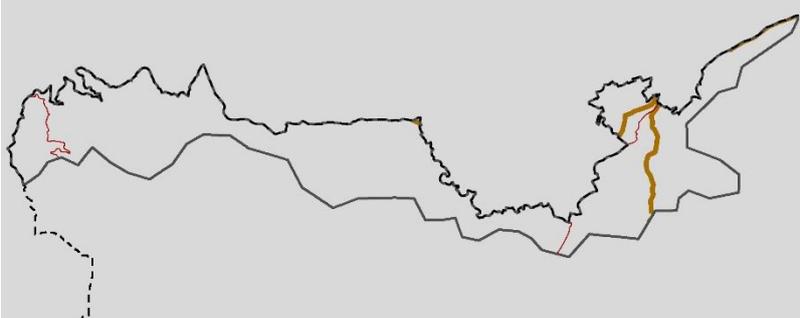
Sistema produtivo



UGP_03: Vertentes do Sabor

Sistema social

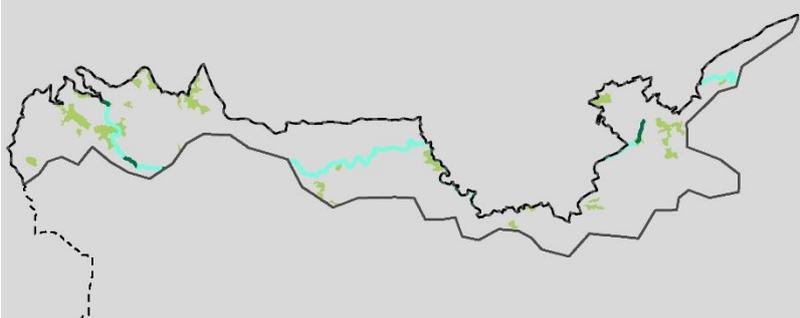
- Estradas municipais/locais
- Faixas de Gestão de Combustível



Faixas de gestão de combustível:
a executar:
78,91 ha

Sistema conservação

- Galerias ripícolas
 - a manter
 - a restaurar
- Florestas de conservação



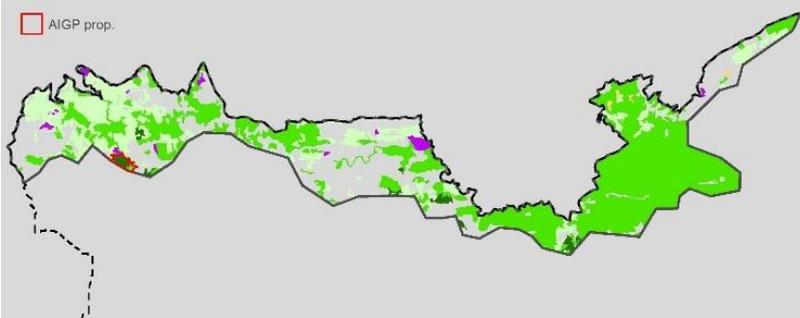
Galerias ripícolas: 128,7 ha

a manter: 15,19 ha	a restaurar: 113,51 ha
-----------------------	---------------------------

Florestas de conservação:
180,49 ha

Sistema produtivo

- Agricultura
 - a manter
 - novas áreas (permanentes/temporárias)
- Pastagens
 - a manter
- Florestas
 - a manter
 - novas áreas (folhosas/resinosas e folhosas)
- AIGP prop.



Áreas agrícolas: 637,46 ha

a manter: 604,02 ha	novas áreas: 33,44 ha
------------------------	--------------------------

Pastagens: 7,33 ha

a manter: 7,33 ha	novas áreas:
----------------------	--------------

Áreas florestais: 1 469,84 ha

a manter: 1 424,5 ha	novas áreas: 45,34
-------------------------	-----------------------

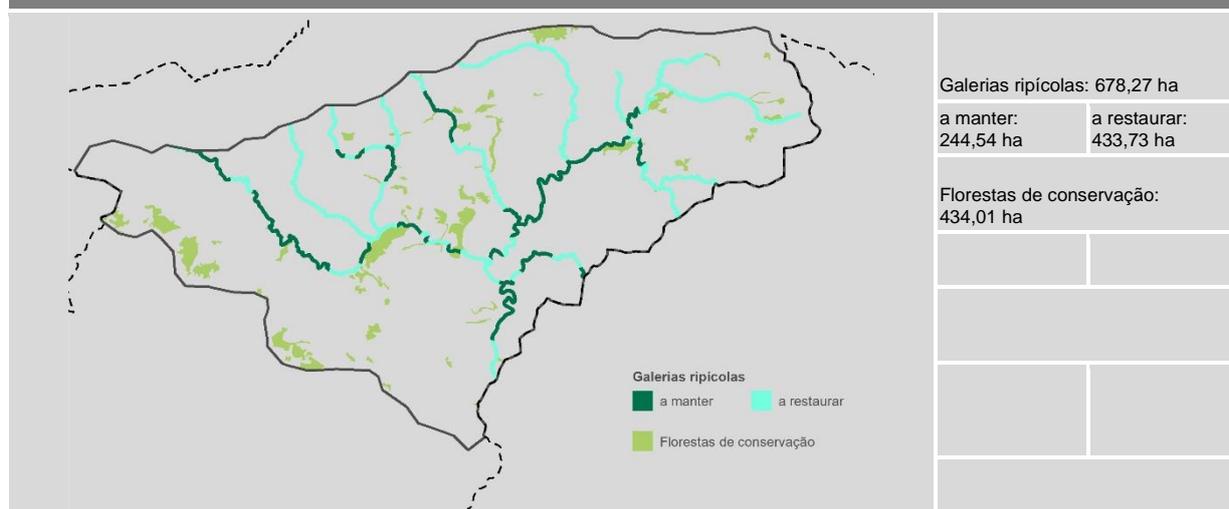
AIGP –14,64ha (a restante área localiza-se na UGP_01 Planalto Mirandês – área total – 1 473,57ha))

UGP_04: Relevos de Mosteiros

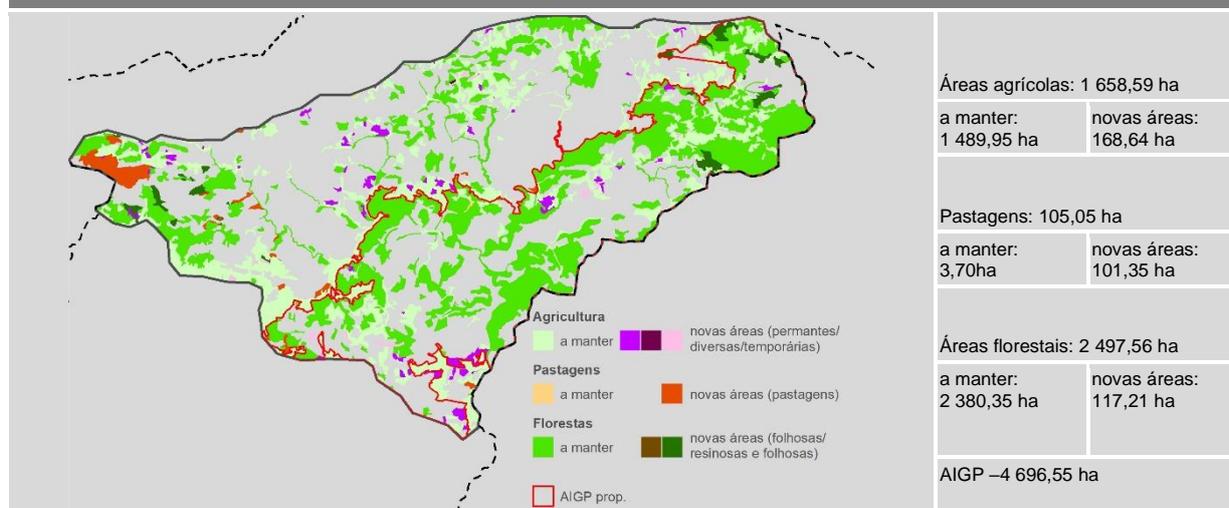
Sistema social



Sistema conservação



Sistema produtivo



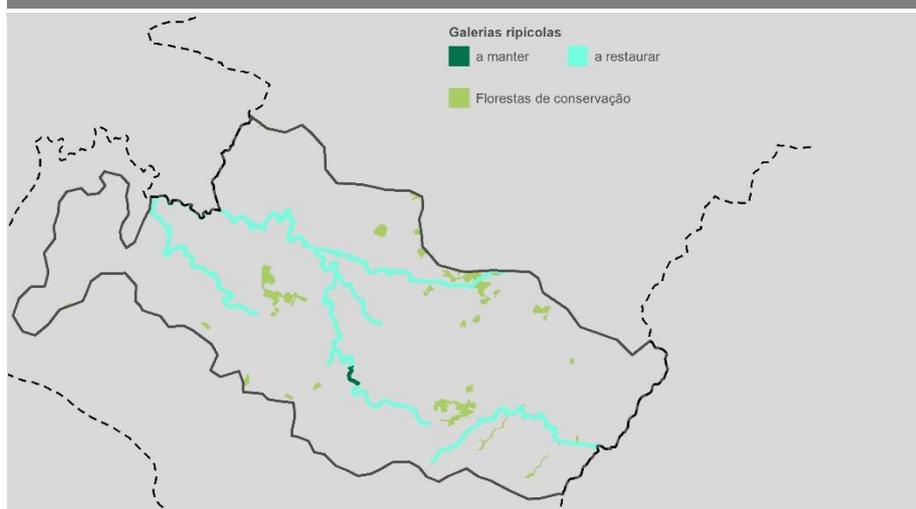
UGP_05: Planalto de Moncorvo

Sistema social



Faixas de gestão de combustível:
a executar: 54,98 ha e em torno de
4 aglomerados

Sistema conservação

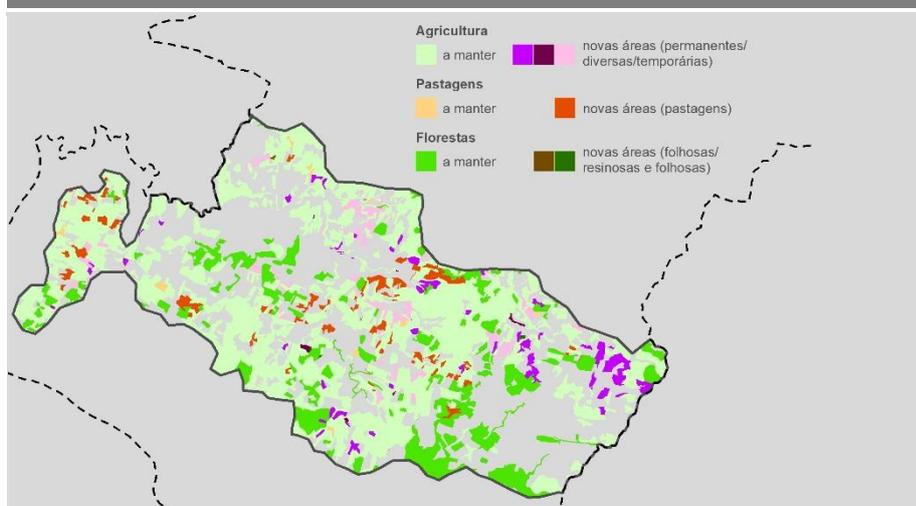


Galerias ripícolas: 332,79 ha

a manter: 6,59 ha	a restaurar: 326,20 ha
----------------------	---------------------------

Florestas de conservação:
153,53 ha

Sistema produtivo



Áreas agrícolas: 2 983,95 ha

a manter: 2 674,24 ha	novas áreas: 309,71 ha
--------------------------	---------------------------

Pastagens: 180,49 ha

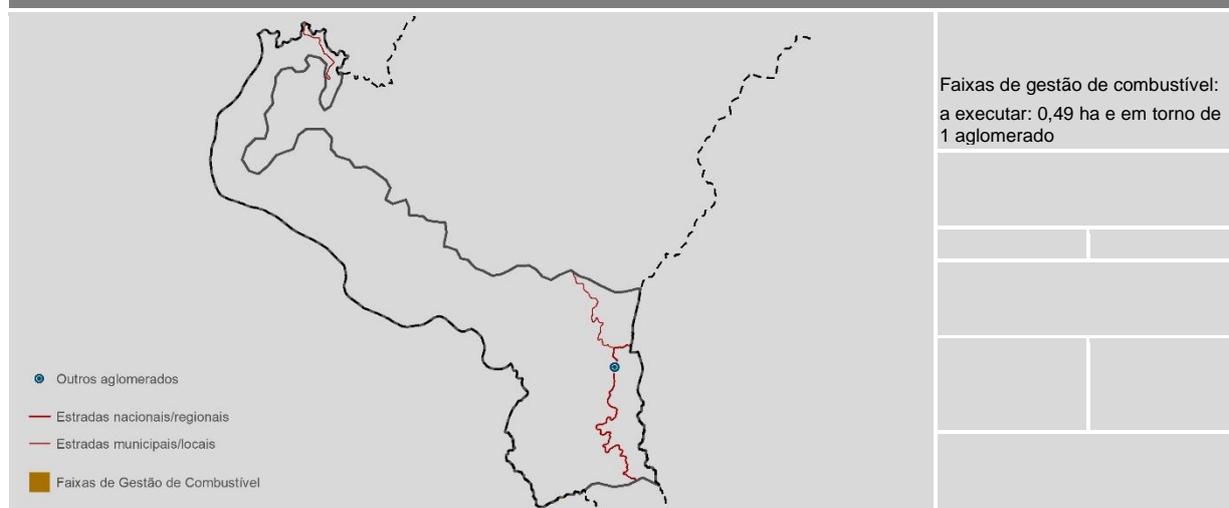
a manter: 22,40 ha	novas áreas: 158,09 ha
-----------------------	---------------------------

Áreas florestais: 771,03 ha

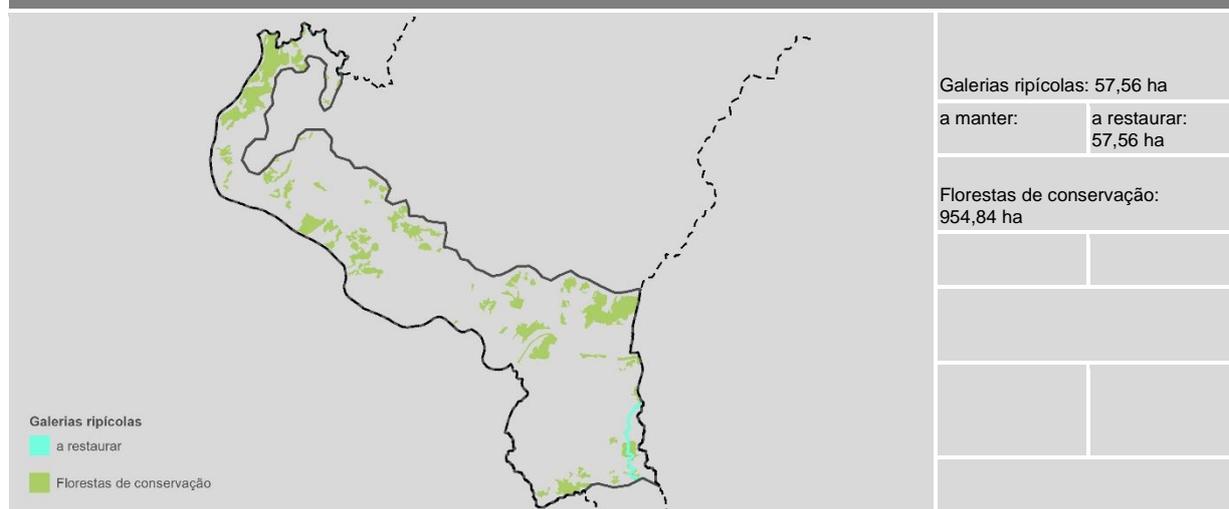
a manter: 767,89 ha	novas áreas: 3,14 ha
------------------------	-------------------------

UGP_06: Douro Vinhateiro

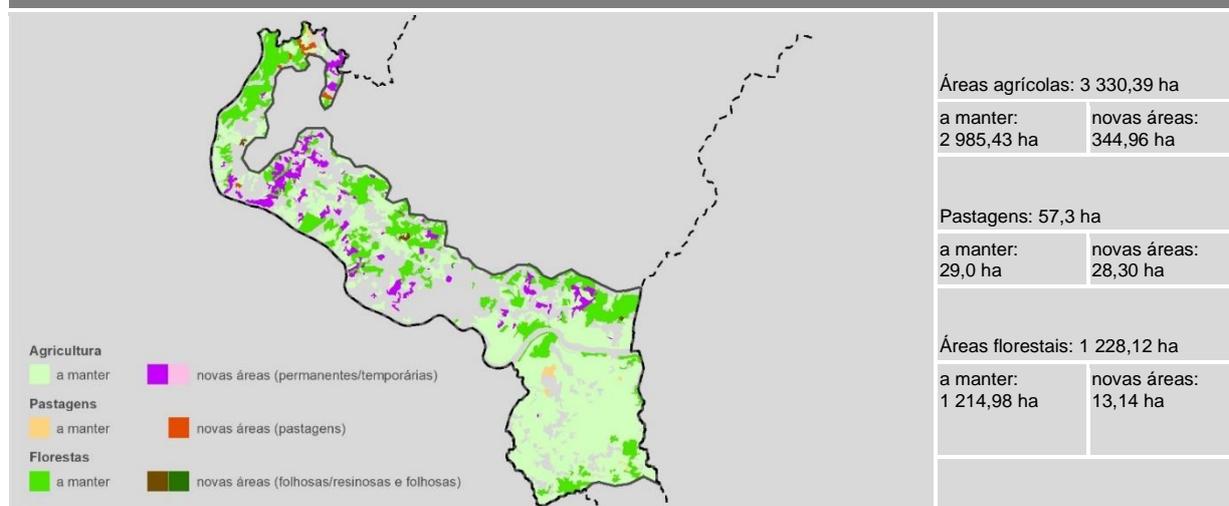
Sistema social



Sistema conservação

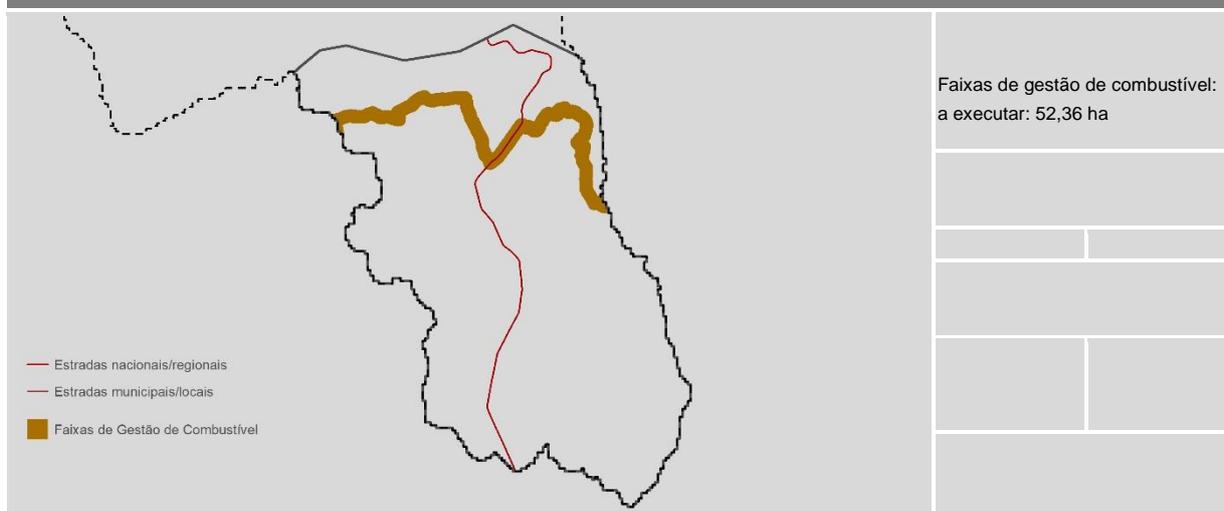


Sistema produtivo

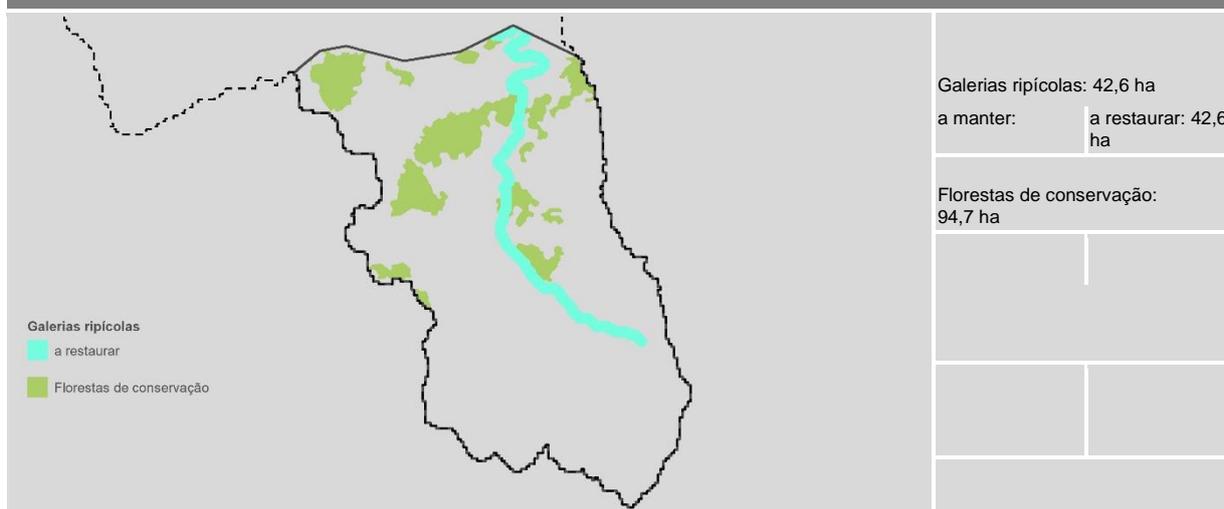


UGP_07: Planalto da Beira

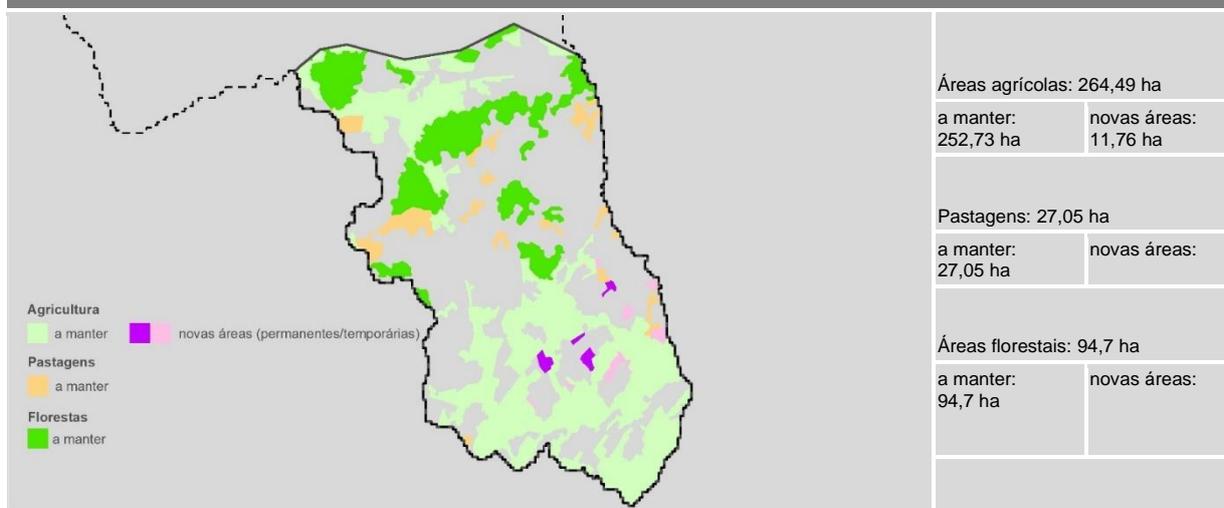
Sistema social



Sistema conservação



Sistema produtivo



Página propositadamente deixada em branco

4. DIRETRIZES DE PLANEAMENTO E GESTÃO

O PRGP_ADBS é constituído por um conjunto de diretrizes de planeamento e gestão que visam a concretização da Visão e dos objetivos estratégicos preconizados para a nova paisagem.

As diretrizes de planeamento e gestão são sistematizadas em função da sua natureza de acordo com as seguintes tipologias:

- a) **Diretrizes de base territorial a incorporar nos planos diretores municipais (PDM)**, que correspondem à incorporação dos sistemas estruturantes ou macroestruturas da paisagem definidas no âmbito do PRGP nos planos territoriais, que devem observá-las no âmbito da sua atuação e do planeamento, e traduzem as macroestruturas da paisagem futura e respetivos regime de usos do solo;
- b) **Diretrizes setoriais**, que correspondem a orientações de integração setorial que devem ser asseguradas para garantir a concretização do PRGP, nomeadamente entre o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) e os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) ou o Regime Jurídico para a arborização e rearboreção com recurso a espécies florestais (RJAAR);
- c) **Diretrizes operacionais**, que correspondem a orientações de financiamento que os principais instrumentos devem acautelar para criar as condições necessárias de apoio às transformações proposta para a nova paisagem;

Na tabela seguinte sintetizam-se as diretrizes a incorporar nos PDM, bem como a de gestão conforme descritas anteriormente em função das opções definidas para o PRGP_ADSB.

Tabela 4.1_Diretrizes de planeamento e gestão

PDM	
D1	As macroestruturas da paisagem definidas no desenho da paisagem do PRGP devem ser consideradas na planta de ordenamento dos PDM, atribuindo-lhe uma qualificação do solo compatível com as funções de conectividade ecológica e/ou de resiliência ao fogo, conforme definido no PRGP. As áreas e corredores de conectividade ecológica devem também ser integradas na EEM.
D2	Os macro sistemas definidos no desenho e na matriz de transição do PRGP devem ser considerados nas diferentes categorias de espaço do solo rústico do PDM, adaptados à escala do planeamento municipal com base em critérios técnicos de maior detalhe (salvaguardando nomeadamente a presença de sistemas culturais extensivos, utilização de muros de pedra seca ou sebes na limitação das parcelas, a recuperação e valorização de socalcos/canteiros como áreas de produção agrícola e estruturas de valorização da paisagem e de descontinuidade à propagação do fogo, o património arquitetónico, vernáculo e erudito).
D3	Os PDM devem prever a regulamentação adequada à revitalização dos aglomerados urbanos como estruturas organizadoras da paisagem dando resposta à ponderação do seu papel no sistema urbano municipal e à salvaguarda dos seus elementos singulares como fatores diferenciadores da paisagem.
D4	Os PDM devem acautelar a regulamentação de atividades admitidas em solo rústico de suporte à economia rural permitindo a instalação de estruturas necessárias à recreação de mosaicos de atividade agrícola, agrossilvopastoril e florestal, como abertura de pontos de água para acumulação de águas à superfície, a instalação de pequenas centrais de compostagem para aproveitamento dos resíduos florestais e produção de composto.
D5	Os PDM devem interditar o depósito de madeiras e outros produtos resultantes de exploração florestal ou agrícola, de outros materiais de origem vegetal e de produtos altamente inflamáveis, no interior ou nos 20 m contíguos das faixas de gestão de combustível.
D6	Os PDM devem incluir regulamentação para o desenvolvimento de atividades recreativas, rede de trilhos e de observação da natureza, sinalizados e devidamente identificados para a aprendizagem e inspiração associadas às áreas de valor natural.
D7	Os PDM devem garantir a articulação com as orientações normativas da Zona Especial de Proteção do Alto Douro Vinhateiro (ZEPADV).
SGIFR e PROF	
D8	O PRGP orienta as Câmaras Municipais na transposição do(s) PROF para o(s) PDM, devendo a qualificação do solo rústico identificar e salvaguardar mosaicos de usos.

D9	O desenho da rede primária de faixas de gestão de combustível no que se refere à sua evolução ou afinamento concretiza-se no âmbito do SGIFR atendendo aos objetivos do PRGP, designadamente ao desempenho de resiliência ao fogo e de funções ecológicas da macroestrutura da paisagem.
D10	A área de intervenção dos mosaicos estratégicos associados aos pontos de abertura de incêndios pode ser ajustada com fundamento na respetiva adaptação ao terreno em função dos instrumentos do SGIFR.
RJAAR	
D11	Nas ações de arborização, rearborização e reconversão florestal, independentemente da dimensão da área de intervenção da ação e tendo em conta a arborização envolvente, deve garantir-se a descontinuidade nos povoamentos monoespecíficos e equiênicos, através da gestão dos cortes e de redes (faixas de gestão de combustível, rede divisional, usos do solo com baixa perigosidade de incêndio rural, linhas de água temporárias ou permanentes e respetivas faixas de proteção, entre outros).
D12	Nas ações de arborização, rearborização e reconversão florestal, deve igualmente garantir-se a identificação e intervenção adequada nos pontos de abertura de incêndio: <ul style="list-style-type: none"> a) Quando localizados exclusivamente em vales com habitats ripícolas, as intervenções a realizar incidem sobre a estrutura vertical dos combustíveis e no aumento da superfície com vegetação herbácea. b) Quando localizados em zonas de encosta a intervenção visa a obtenção de um mosaico com as seguintes características: <ul style="list-style-type: none"> i) mais de 30 % da superfície com vegetação herbácea; ii) máximo de 30 % da superfície ocupada por matagal; iii) máximo de 60 % da superfície ocupada com a soma das superfícies de matagal e povoamentos florestais deduzidos dos povoamentos de espécies ripícolas; iv) no mínimo 50 % das orlas devem incluir zonas abertas.
D13	Nas áreas com declive superior a 25 % qualquer projeto de arborização ou rearborização deve assegurar a manutenção de zonas abertas, em mosaico, em pelo menos 15 % da superfície e a existência de um sistema de gestão de combustível nas seguintes condições: <ul style="list-style-type: none"> a) Baseado em atividades como a silvopastorícia e/ou gestão cinegética desde que garantindo encabeçamentos eficazes para a gestão de combustível; b) Baseado em técnicas de gestão de combustível como o fogo controlado ou a remoção da vegetação; c) Uma combinação das alíneas anteriores.
D14	Incentivar a constituição de povoamentos florestais de composição mista e estrutura irregular (várias idades), promovendo uma florestal multifuncional, mais biodiversa e gerida de forma a originar vários produtos ao longo dos anos, garantindo assim uma maior sustentabilidade económica e ambiental das áreas florestais, em particular nas AIGP
INSTRUMENTOS FINANCIAMENTO	
D15	O PEPAC deve atribuir coeficientes de majoração nas áreas abrangidas por PRGP incentivando as ações relativas ao aumento atividade agrícola, às boas práticas agrícolas e florestais, ao aumento da silvopastorícia e da fileira agropecuária associada e às áreas de prados e pastagens permanentes.
D16	Os PO Regionais devem atribuir coeficientes de majoração à valorização ambiental e gestão polivalente e certificada das áreas florestais, e às intervenções nos aglomerados urbanos que contribuam para a valorização do património cultural como fator de desenvolvimento e dinamização económica.
D17	Os financiamentos quando em solos da REN, devem prever-se a discriminação de incentivos a conceder aos proprietários que promovam uma gestão ativa para a sua conservação e continuidade do desempenho das funções ecológicas.
D18	O PDR deve criar incentivos e benefícios para o aproveitamento e a gestão da biomassa residual
D19	O PDR deve majorar as práticas agrícolas sustentáveis sempre que forem implementadas medidas promotoras da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas ou aplicáveis a zonas de especial proteção
D20	Os financiamentos a atribuir às AIGP podem considerar eventuais ajustamentos à área e aos usos identificada no PRGP com fundamento na respetiva adaptação ao terreno e nas condições efetivas de implementação

As diretrizes definidas devem ser replicáveis sempre possível à totalidade das unidades homogéneas idênticas às características das unidades de gestão da paisagem ou da área de intervenção do PRGP_ADBS.

5. ENQUADRAMENTO NOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

No presente capítulo é feita uma abordagem à conformidade dos instrumentos de gestão territorial com o PRGP_ADBS. Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do RJIGT “a elaboração dos programas sectoriais (..) obriga a identificar e a ponderar os planos, os programas e os projetos da iniciativa da Administração Pública, com incidência na área a que respeitam (...) considerando os que já existem e os que se encontrem em preparação, por forma a assegurar as necessárias compatibilizações”.

Durante a elaboração do PRGP_ADBS foram consultados os diversos programas e planos aprovados com incidência na área de intervenção, no sentido de articular as opções entre instrumentos. Da análise efetuada aos diversos instrumentos de gestão territorial com incidência na área de intervenção não se verificam incompatibilidades relativamente ao PNOT e aos planos setoriais vigentes verificando-se, contudo, que os PDM em vigor deverão incorporar alterações nas suas propostas de ordenamento de forma a incorporarem nas suas opções de ordenamento do território a proposta do PRGP_ADBS.

O PRGP vincula as entidades públicas, estabelece o quadro de transformação e valorização da paisagem e explicita as formas, modelos e procedimentos com vista à implementação das orientações desta proposta com os planos territoriais, em particular com os Planos Diretores Municipais (PDM) e ainda os particulares relativamente às normas sobre a ocupação e utilização dos espaços florestais, identificando Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP), dirigido a contextos microterritoriais.

Neste contexto, os PDM terão que adequar-se ao PRGP_ADBS mediante procedimento de alteração por adaptação, ou de alteração ou revisão, consoante envolva ou não uma decisão autónoma de planeamento, sem prejuízo da eficácia real das normas do presente programa, imediatamente após a sua entrada em vigor.

Os processos de elaboração e revisão dos PMOT têm de incluir as disposições previstas no PRGP_ADBS, nos termos do número 7 do artigo 44.º e do número 4.º do artigo 46.º da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPPSOTU) sendo a adequação aplicada através da transposição para os seus modelos de ordenamento, planta de ordenamento e respetivos regulamento, as opções de transformação e valorização da paisagem proposta.

Assim, no âmbito do acompanhamento da elaboração, revisão e alteração dos PMOT, as entidades da administração pública com competências em matéria de ordenamento do território, conservação da natureza e florestas, agricultura e competências de coordenação e gestão d fogo rural assegurarão a necessária compatibilização com as orientações e medidas contidas neste Programa.

Neste contexto, analisa-se a articulação do PRGP_ADBS com os outros instrumentos de gestão territorial em vigor na área de intervenção, identificando-se:

- a) A conformidade da proposta do PRGP_ADBS com o programa nacional da política de ordenamento do território, os programas setoriais e os especiais em vigor, identificando-se as eventuais normas com necessidade de articulação, em especial com os programas vinculativos para os particulares, incluindo os de ordenamento florestal;
- b) As disposições incompatíveis porque não integram ou por omissão das diretrizes propostas pelo PRGP_ADSB integradas nos PDM.

Na tabela seguinte identificam-se os diferentes instrumentos em vigor na área de intervenção, verificando-se que o PNOT, os programas setoriais e o especial não apresentam disposições incompatíveis com a proposta do PRGP_ADBS, atendendo a que na elaboração do PRGP_ADBS foram incorporadas as orientações destes instrumentos.

Já em relação aos PDM assinalam-se situações distintas, verificando-se um conjunto de disposições regulamentares associadas ao uso e transformação do solo que tem que ser compatibilizadas com a proposta pelo PRGP_ADBS ou novas disposições a consagrar no âmbito da alteração ou revisão daqueles instrumentos.

Assim na tabela seguinte identificam-se os instrumentos de gestão territorial em vigor na área de intervenção.

Tabela 5.1_Enquadramento nos instrumentos de gestão territorial em vigor

INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL EM VIGOR NA ÁREA DE INTERVENÇÃO	
<i>Programa nacional da política de ordenamento do território</i>	
Alteração do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (Alteração PNPOT)	✓
<i>Programas setoriais e especiais</i>	
Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Douro (2016-2021) (PGRH-Douro)	✓
Plano Setorial da Rede Natura 2000 (PSR2000)	✓
Plano Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro (PROF Trás-os-Montes e Alto Douro) e Plano Regional de Ordenamento Florestal Centro Interior (PROF Centro Interior)	✓
Plano de Ordenamento do Parque Natural do Douro Internacional (POPNDI) Resolução do Conselho de Ministros n.º 120/2005 de 28 de julho	✓
<i>Planos territoriais</i>	
PDM Figueira de Castelo Rodrigo (RCM n.º 33/95, 10 de abril, Alterado pelo Aviso n.º 17396/2021, 14 de setembro)	✓
PDM Freixo de Espada à Cinta (RCM n.º 110/95, 20 de outubro alterado pelo Aviso n.º 3058/2022, de 14 de fevereiro)	✓
PDM Mogadouro (RCM n.º 96/95, 2 de outubro, Alterado pela Declaração 148/2021, 20 outubro)	✓
PDM Torre de Moncorvo (Aviso 10665/2012, 8 agosto)	✓

✓ - Sem desconformidades ou incompatibilidades regulamentares com a proposta de PRGP_ADBS,

✓ - Com disposições incompatíveis ou com necessidade de integrar novas orientações para a concretização do PRGP_ADBS

Na tabela seguinte identificam-se as disposições regulamentares dos PDM em vigor que apresentam disposições não compatíveis com a proposta do PRGP_ADBS, que é preciso compatibilizar, bem como outras diretrizes que devem ser integradas na alteração ou revisão destes instrumentos, conforme referido.

Tabela 5.2 – Compatibilização entre as disposições regulamentares dos PDM e as diretrizes do PRGP_ADBS

Artigo	Conteúdo regulamentar	Diretrizes do PRGP	Ação
PDM Freixo de Espada à Cinta (RCM n.º 110/95, 20 de outubro alterado pelo Aviso n.º 3058/2022, de 14 de fevereiro)			
Artigo 5.º Objetivos	Constituem os objectivos do PDM de Freixo de Espada à Cinta, além dos enunciados nos artigos anteriores, o dotar o concelho de um instrumento orientador de todo o seu desenvolvimento sócio-económico e a possibilidade de disciplinar e gerir o desenvolvimento dos seus núcleos urbanos e das infra-estruturas gerais	D3: Os PDM devem prever a regulamentação adequada à revitalização dos aglomerados urbanos como estruturas organizadoras da paisagem dando resposta à ponderação do seu papel no sistema urbano municipal e à salvaguarda dos seus elementos singulares como fatores diferenciadores da paisagem D4: Os PDM devem acautelar a regulamentação de atividades admitidas em solo rústico de suporte à economia rural permitindo a instalação de estruturas necessárias à recreação de mosaicos de atividade agrícola, agrossilvopastoril e florestal, como abertura de pontos de água para acumulação de águas à superfície, a instalação de pequenas centrais de compostagem para aproveitamento dos resíduos florestais e produção de composto	Integrar

<p>Artigo 22.º Caracterização do espaço agrícolas</p>		<p>D1: As macroestruturas da paisagem definidas no desenho da paisagem do PRGP devem ser consideradas na planta de ordenamento dos PDM, atribuindo-lhe uma qualificação do solo compatível com as funções de conectividade ecológica e/ou de resiliência ao fogo, conforme definido no PRGP. As áreas e corredores de conectividade ecológica devem também ser integradas na EEM</p>	
<p>Artigo 23.º - Caracterização do espaço florestal</p>		<p>D2: Os macro sistemas definidos no desenho e na matriz de transição do PRGP devem ser considerados nas diferentes categorias de espaço do solo rústico do PDM, adaptados à escala do planeamento municipal com base em critérios técnicos de maior detalhe (salvaguardando nomeadamente a presença de sistemas culturais extensivos, utilização de muros de pedra seca ou sebes na limitação das parcelas, a recuperação e valorização de socalcos/canteiros como áreas de produção agrícola e estruturas de valorização da paisagem e de descontinuidade à propagação do fogo, o património arquitetónico, vernáculo e erudito).</p>	<p>Compatibilizar</p>
<p>Artigo 24.º Caracterização do espaço natural</p>		<p>D6: Os PDM devem incluir regulamentação para o desenvolvimento de atividades recreativas, rede de trilhos e de observação da natureza, sinalizados e devidamente identificados para a aprendizagem e inspiração associadas às áreas de valor natural</p> <p>D7: Os PDM devem garantir a articulação com as orientações normativas da Zona Especial de Proteção do Alto Douro Vinhateiro (ZEPADV)</p>	<p>Compatibilizar</p>
<p>Capítulo IV Disposições complementares</p>	<p>Novo artigo 32º. A</p>	<p>D8: O PRGP orienta as Câmaras Municipais na transposição do(s) PROF para o(s) PDM, devendo a qualificação do solo rústico identificar e salvaguardar mosaicos de usos.</p> <p>D9: O desenho da rede primária de faixas de gestão de combustível no que se refere à sua evolução ou afinamento concretiza-se no âmbito do SGIFR atendendo aos objetivos do PRGP, designadamente ao desempenho de resiliência ao fogo e de funções ecológicas da macroestrutura da paisagem.</p> <p>D10: A área de intervenção dos mosaicos estratégicos associados aos pontos de abertura de incêndios pode ser ajustada com fundamento na respetiva adaptação ao terreno em função dos instrumentos do SGIFR.</p> <p>D5: Os PDM devem interditar o depósito de madeiras e outros produtos resultantes de exploração florestal ou agrícola, de outros materiais de origem vegetal e de produtos altamente inflamáveis, no interior ou nos 20 m contíguos das faixas de gestão de combustível.</p>	<p>Integrar</p>

PDM Mogadouro (RCM n.º 96/95, 2 de outubro, Alterado pela Declaração 148/2021, 20 outubro)

<p>Artigo 2.º Objetivos do plano</p>	<p>São objetivos do Plano:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Racionalizar e programar a expansão urbana; b) Proporcionar a oferta de solo adequada à cobertura das necessidades de habitação e equipamento social indispensáveis à população e à instalação das atividades económicas do concelho; c) Proteger e ordenar a estrutura verde territorial e urbana; d) Preservar, recuperar e proteger o património cultural; e) Estabelecer as bases para a melhoria das ligações do concelho ao exterior e das ligações internas; f) Fornecer indicadores para o planeamento, designadamente para a elaboração de outros planos municipais de nível inferior ou de planos de natureza sub-regional, regional ou nacional; g) Servir de enquadramento à elaboração de planos de actividade do município. 	<p>D3: Os PDM devem prever a regulamentação adequada à revitalização dos aglomerados urbanos como estruturas organizadoras da paisagem dando resposta à ponderação do seu papel no sistema urbano municipal e à salvaguarda dos seus elementos singulares como fatores diferenciadores da paisagem</p> <p>D4: Os PDM devem acautelar a regulamentação de atividades admitidas em solo rústico de suporte à economia rural permitindo a instalação de estruturas necessárias à recreação de mosaicos de atividade agrícola, agrossilvopastoril e florestal, como abertura de pontos de água para acumulação de águas à superfície, a instalação de pequenas centrais de compostagem para aproveitamento dos resíduos florestais e produção de composto</p>	<p>Integrar</p>
---	---	---	-----------------

<p>Sessão I Disposições gerais</p>	<p>Novo artigo 15.A</p>	<p>D1: As macroestruturas da paisagem definidas no desenho da paisagem do PRGP devem ser consideradas na planta de ordenamento dos PDM, atribuindo-lhe uma qualificação do solo compatível com as funções de conectividade ecológica e/ou de resiliência ao fogo, conforme definido no PRGP. As áreas e corredores de conectividade ecológica devem também ser integradas na EEM</p> <p>D2: Os macro sistemas definidos no desenho e na matriz de transição do PRGP devem ser considerados nas diferentes categorias de espaço do solo rústico do PDM, adaptados à escala do planeamento municipal com base em critérios técnicos de maior detalhe (salvaguardando nomeadamente a presença de sistemas culturais extensivos, utilização de muros de pedra seca ou sebes na limitação das parcelas, a recuperação e valorização de socacos/canteiros como áreas de produção agrícola e estruturas de valorização da paisagem e de descontinuidade à propagação do fogo, o património arquitetónico, vernáculo e erudito).</p> <p>D5: Os PDM devem interditar o depósito de madeiras e outros produtos resultantes de exploração florestal ou agrícola, de outros materiais de origem vegetal e de produtos altamente inflamáveis, no interior ou nos 20 m contíguos das faixas de gestão de combustível.</p> <p>D6: Os PDM devem incluir regulamentação para o desenvolvimento de atividades recreativas, rede de trilhos e de observação da natureza, sinalizados e devidamente identificados para a aprendizagem e inspiração associadas às áreas de valor natural</p> <p>D7: Os PDM devem garantir a articulação com as orientações normativas da Zona Especial de Proteção do Alto Douro Vinhateiro (ZEPADV)</p>	<p>Integrar</p>
<p>PDM Torre de Moncorvo (Aviso 10665/2012, 8 agosto)</p>			
<p>Artigo 2.º Objetivos e estratégia</p>	<p>1 - O presente Plano resulta da revisão do Plano Diretor Municipal ratificado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 24/95, de 23 de março de 1995, e decorre da necessidade da sua adequação às disposições do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aos diversos planos setoriais e regionais publicados e em curso e à evolução das condições económicas, sociais, culturais e ambientais entretanto ocorridas.</p> <p>2 - O modelo de ordenamento consignado no Plano assenta nos seguintes objetivos estratégicos:</p> <p>a) Reforço da coesão territorial, através da melhoria das acessibilidades externas e internas e da consolidação da rede de aglomerados;</p> <p>b) Modernização e diversificação dos setores económicos, através da reestruturação e potenciação dos recursos endógenos existentes, da promoção industrial e empresarial e da dinamização turística;</p> <p>c) Valorização do património através da preservação dos valores naturais, paisagísticos e culturais.</p>	<p>D3: Os PDM devem prever a regulamentação adequada à revitalização dos aglomerados urbanos como estruturas organizadoras da paisagem dando resposta à ponderação do seu papel no sistema urbano municipal e à salvaguarda dos seus elementos singulares como fatores diferenciadores da paisagem</p> <p>D4: Os PDM devem acautelar a regulamentação de atividades admitidas em solo rústico de suporte à economia rural permitindo a instalação de estruturas necessárias à recriação de mosaicos de atividade agrícola, agrossilvopastoril e florestal, como abertura de pontos de água para acumulação de águas à superfície, a instalação de pequenas centrais de compostagem para aproveitamento dos resíduos florestais e produção de composto.</p> <p>D6: Os PDM devem incluir regulamentação para o desenvolvimento de atividades recreativas, rede de trilhos e de observação da natureza, sinalizados e devidamente identificados para a aprendizagem e inspiração associadas às áreas de valor natural</p> <p>D7: Os PDM devem garantir a articulação com as orientações normativas da Zona Especial de Proteção do Alto Douro Vinhateiro (ZEPADV)</p>	<p>Integrar</p>
<p>Artigo 18.º Medidas de defesa da floresta contra incêndios</p>	<p>Novo número</p>	<p>D8: O PRGP orienta as Câmaras Municipais na transposição do(s) PROF para o(s) PDM, devendo a qualificação do solo rústico identificar e salvaguardar mosaicos de usos.</p> <p>D9: O desenho da rede primária de faixas de gestão de combustível no que se refere à sua evolução ou afinamento concretiza-se no âmbito do SGIFR atendendo aos objetivos do PRGP, designadamente ao desempenho de resiliência ao fogo e de funções ecológicas da macroestrutura da paisagem.</p> <p>D10: A área de intervenção dos mosaicos estratégicos associados aos pontos de abertura de incêndios pode ser ajustada com fundamento na respetiva adaptação ao terreno em função dos instrumentos do SGIFR.</p>	<p>Integrar</p>

		D5: Os PDM devem interditar o depósito de madeiras e outros produtos resultantes de exploração florestal ou agrícola, de outros materiais de origem vegetal e de produtos altamente inflamáveis, no interior ou nos 20 m contíguos das faixas de gestão de combustível.	
Artigo 20.º Categorias de espaços		<p>D1: As macroestruturas da paisagem definidas no desenho da paisagem do PRGP devem ser consideradas na planta de ordenamento dos PDM, atribuindo-lhe uma qualificação do solo compatível com as funções de conectividade ecológica e/ou de resiliência ao fogo, conforme definido no PRGP. As áreas e corredores de conectividade ecológica devem também ser integradas na EEM</p> <p>D2: Os macro sistemas definidos no desenho e na matriz de transição do PRGP devem ser considerados nas diferentes categorias de espaço do solo rústico do PDM, adaptados à escala do planeamento municipal com base em critérios técnicos de maior detalhe (salvaguardando nomeadamente a presença de sistemas culturais extensivos, utilização de muros de pedra seca ou sebes na limitação das parcelas, a recuperação e valorização de socacos/canteiros como áreas de produção agrícola e estruturas de valorização da paisagem e de descontinuidade à propagação do fogo, o património arquitetónico, vernáculo e erudito).</p>	Compatibilização
Artigo 24.º Princípios	Novo número	<p>D9: Nas ações de arborização, rearborização e reconversão florestal, independentemente da dimensão da área de intervenção da ação e tendo em conta a arborização envolvente, deve garantir-se a descontinuidade nos povoamentos monoespecíficos e equiênicos, através da gestão dos cortes e de redes (faixas de gestão de combustível, rede divisional, usos do solo com baixa perigosidade de incêndio rural, linhas de água temporárias ou permanentes e respetivas faixas de proteção, entre outros).</p> <p>D10: Nas ações de arborização, rearborização e reconversão florestal, deve igualmente garantir-se a identificação e intervenção adequada nos pontos de abertura de incêndio:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Quando localizados exclusivamente em vales com habitats ripícolas, as intervenções a realizar incidem sobre a estrutura vertical dos combustíveis e no aumento da superfície com vegetação herbácea. - Quando localizados em zonas de encosta a intervenção visa a obtenção de um mosaico com as seguintes características: <ul style="list-style-type: none"> - mais de 30 % da superfície com vegetação herbácea; - máximo de 30 % da superfície ocupada por matagal; - máximo de 60 % da superfície ocupada com a soma das superfícies de matagal e povoamentos florestais deduzidos dos povoamentos de espécies ripícolas; - no mínimo 50 % das orlas devem incluir zonas abertas. <p>D11: Nas áreas com declive superior a 25 % qualquer projeto de arborização ou rearborização deve assegurar a manutenção de zonas abertas, em mosaico, em pelo menos 15 % da superfície e a existência de um sistema de gestão de combustível nas seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Baseado em atividades como a silvopastorícia e/ou gestão cinegética desde que garantindo encabeçamentos eficazes para a gestão de combustível; - Baseado em técnicas de gestão de combustível como o fogo controlado ou a remoção da vegetação; - Uma combinação das alíneas anteriores. <p>D12: Incentivar a constituição de povoamentos florestais de composição mista e estrutura irregular (várias idades), promovendo uma florestal multifuncional, mais biodiversa e gerida de forma a originar vários produtos ao longo dos anos, garantindo assim uma maior sustentabilidade económica e ambiental das áreas florestais, em particular nas AIGP.</p>	Integrar

Página propositadamente deixada em branco

6. ÁREAS E AÇÕES PRIORITÁRIAS. PLANO DE AÇÃO

O plano de ação apresenta de forma sistematizada o conjunto de ações prioritárias e complementares que decorrem da proposta da nova paisagem. A partir das opções estratégicas associadas à matriz de transformação, identificam-se as ações e especificam-se as suas atuações, sistematizadas por ficha conforme se apresenta seguidamente.

Neste âmbito inscrevem-se as ações que dada a sua natureza são transversais à área de intervenção e cuja concretização é estruturante para sustentabilidade e viabilidade da nova paisagem. A estimativa apresentada é para os primeiros 10 anos, sem prejuízo de que muitos destes investimentos terão que continuar para além deste período. Estão neste contexto o conjunto de ações descritas que se descrevem seguidamente agregadas por tipologia de ação, todas elas consideradas ações prioritárias com a exceção da “Beneficiação e gestão dos povoamentos florestais existentes” (A^{Er}_04) e de 90% da área considerada na ação “Remuneração dos serviços dos ecossistemas” (A^{vC}_03).

Ações de reforço da resiliência (A^r):

- A^r_01: Execução de faixas de gestão combustível da rede primária e da complementar do PRGP_ADBS;
- A^r_02: Execução das faixas de gestão de combustível em torno das áreas edificadas.

Ações de valorização do capital natural e cultural (A^{vC})

- A^{vC}_01: Valorização e manutenção de galerias ripícolas;
- A^{vC}_02: Restauro de galerias ripícolas;
- A^{vC}_03: Remuneração por serviços de ecossistema;
- A^{vC}_04: Conservação do solo - enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes, e agricultura em patamares com sementeira direta;
- A^{vC}_05: Uso eficiente da água e elaboração de um projeto específico de gestão da água para gestão de secas e escassez e aumento das disponibilidades de água.

Ações de promoção da nova economia rural (A^{Er})

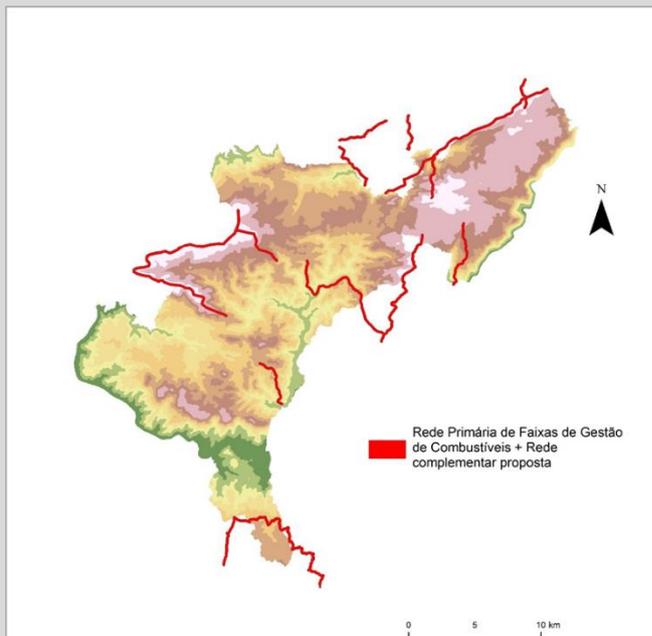
- A^{Er}_01: Instalação de pastagens permanentes melhoradas;
- A^{Er}_02: Reconversão das áreas de mato para agricultura em modo produção biológico;
- A^{Er}_03: Beneficiação e gestão dos povoamentos florestais existentes;
- A^{Er}_04: Instalação de novos povoamentos florestais;
- A^{Er}_05: Acompanhar a implementação da AIGP da ZIF Serra do Picotino
- A^{Er}_06: Incentivo à constituição da AIGP do Planalto Mirandês;
- A^{Er}_07: Incentivo à constituição da AIGP de Relevos de Mosteiros.

A^{FR}_01: Execução de faixas de gestão combustível da rede primária e da complementar do PRGP_ADBS

Tipologia de ação: prioritária

Contributos para os objetivos do PRGP_ADBS:

- **Promover as atividades agrícolas, agropastoris e as pastagens naturais**, valorizando a agricultura sustentável, de produção biológica e de conservação e incentivando a produção e consumo de pequena agricultura de proximidade, contribuindo para a constituição de espaços de descontinuidade que reduzam a progressão de incêndios e contribuam para promover o uso produtivo e regenerativo do capital natural
- **Promover o ordenamento e a multifuncionalidade da floresta**, instalando povoamentos ordenados, biodiversos e resilientes, conjugados com mosaicos agrícolas, silvopastoris e de áreas abertas, capazes de sustentar a exploração e gestão das atividades económicas associadas, de prestar serviços ambientais diversos e de reduzir significativamente o risco de incêndios e a severidade da área ardida, assegurando a acumulação duradoura do carbono
- **Promover a valorização do capital natural e cultural**, garantindo o incremento da biodiversidade, a proteção e regeneração dos recursos solo e água e a remuneração dos serviços dos ecossistemas insuficientemente valorizados pelo mercado e fomentando a criação de valor a partir dos recursos e valores disponíveis para atividades agrícolas, silvícolas, silvopastoris, cinegéticas e turísticas
- **Promover uma nova economia para territórios rurais**, que valorize os ativos territoriais locais e providencie maiores rendimentos e qualidade de vida às populações, respeitando a aptidão dos solos, incrementando a resiliência e valorizando o território através da gestão da paisagem.



Descrição da ação

Execução da rede primária de faixas de gestão de combustível (ICNF) e da rede complementar de gestão de combustível (PRGP), assumindo uma largura de 125 metros.

estimativa de custos	curto prazo	médio/longo prazo
Implementação: 890€/ha Estrutura dedicada: 470,35€/ha Pagamento de servidões: 178,75€/ha/ano	1 210 176€	Pagamento de servidões: 825 825€
entidade promotora		
ICNF, I.P.		
prioridade do investimento	a iniciar em	a terminar em
1	2023	2032

Impactos da intervenção

Área a intervencionar: 660 ha
FGC (ICNF): 520 ha
FGC (PRGP proposta): 140 ha

- Contribui diretamente para o objetivo estratégico
- Contribui indiretamente para o objetivo estratégico

A^{FR} 02: Execução das faixas de gestão de combustível em torno das áreas edificadas Tipologia de ação: prioritária

Contributos para os objetivos do PRGP_ADBS:

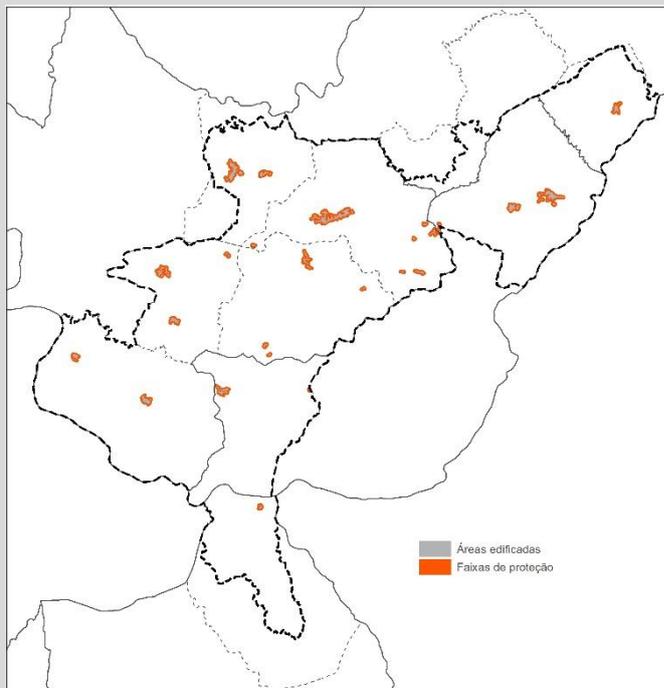
- 

Promover as atividades agrícolas, agropastoris e as pastagens naturais, valorizando a agricultura sustentável, de produção biológica e de conservação e incentivando a produção e consumo de pequena agricultura de proximidade, contribuindo para a constituição de espaços de descontinuidade que reduzam a progressão de incêndios e contribuam para promover o uso produtivo e regenerativo do capital natural
- 

Promover o ordenamento e a multifuncionalidade da floresta, instalando povoamentos ordenados, biodiversos e resilientes, conjugados com mosaicos agrícolas, silvopastoris e de áreas abertas, capazes de sustentar a exploração e gestão das atividades económicas associadas, de prestar serviços ambientais diversos e de reduzir significativamente o risco de incêndios e a severidade da área ardida, assegurando a acumulação duradoura do carbono
- 

Promover a valorização do capital natural e cultural, garantindo o incremento da biodiversidade, a proteção e regeneração dos recursos solo e água e a remuneração dos serviços dos ecossistemas insuficientemente valorizados pelo mercado e fomentando a criação de valor a partir dos recursos e valores disponíveis para atividades agrícolas, silvícolas, silvopastoris, cinegéticas e turísticas
- 

Promover uma nova economia para territórios rurais, que valorize os ativos territoriais locais e providencie maiores rendimentos e qualidade de vida às populações, respeitando a aptidão dos solos, incrementando a resiliência e valorizando o território através da gestão da paisagem.



Descrição da ação

Execução e/ou manutenção das faixas de gestão de combustível em torno das áreas edificadas, de acordo com as normas legais estabelecidas (faixas de 100 metros)

estimativa de custos	curto prazo	médio/longo prazo
Implementação: 890€/ha	600 750€	*
entidade promotora		
Municípios, privados		
prioridade do investimento	a iniciar em	a terminar em
1	2023	2025
Impactos da intervenção		
Área a intervir: 675 ha		

* A médio/longo prazo os custos de manutenção das faixas de gestão de combustível consideram-se da responsabilidade dos proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, detenham os terrenos na interface de áreas edificadas.

-  Contribui diretamente para o objetivo estratégico
-  Contribui indiretamente para o objetivo estratégico

A^{vc}_01: Valorização e manutenção de galerias ripícolas

Tipologia de ação: prioritária

Contributos para os objetivos do PRGP_ADBS:

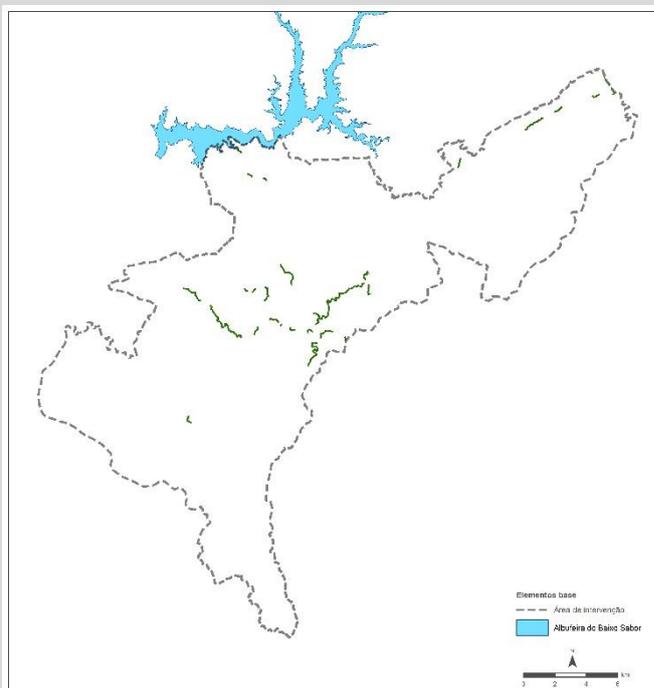
- 

Promover as atividades agrícolas, agropastoris e as pastagens naturais, valorizando a agricultura sustentável, de produção biológica e de conservação e incentivando a produção e consumo de pequena agricultura de proximidade, contribuindo para a constituição de espaços de descontinuidade que reduzam a progressão de incêndios e contribuam para promover o uso produtivo e regenerativo do capital natural.
- 

Promover o ordenamento e a multifuncionalidade da floresta, instalando povoamentos ordenados, biodiversos e resilientes, conjugados com mosaicos agrícolas, silvopastoris e de áreas abertas, capazes de sustentar a exploração e gestão das atividades económicas associadas, de prestar serviços ambientais diversos e de reduzir significativamente o risco de incêndios e a severidade da área ardida, assegurando a acumulação duradoura do carbono.
- 

Promover a valorização do capital natural e cultural, garantindo o incremento da biodiversidade, a proteção e regeneração dos recursos solo e água e a remuneração dos serviços dos ecossistemas insuficientemente valorizados pelo mercado e fomentando a criação de valor a partir dos recursos e valores disponíveis para atividades agrícolas, silvícolas, silvopastoris, cinegéticas e turísticas
- 

Promover uma nova economia para territórios rurais, que valorize os ativos territoriais locais e providencie maiores rendimentos e qualidade de vida às populações, respeitando a aptidão dos solos, incrementando a resiliência e valorizando o território através da gestão da paisagem.



Legenda:
Ação
Galerias a conservar

Descrição da ação

Esta ação tem como objetivos a) Preservação da biodiversidade; b) Promoção da provisão de serviços dos ecossistemas; c) Aumento da resiliência do território ao fogo e alterações climáticas; d) Regulação dos ciclos hidrológicos e da qualidade da água; e) Preservação do património natural e cultural, através:

- Manutenção das áreas de alto valor de conservação;
- Preservar as galerias ripícolas e linhas de água associadas, como elementos fundamentais para a preservação da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas;
- Investir no restauro das galerias ripícolas, promovendo a sua continuidade ao longo dos cursos de água adjacentes, admitindo-se que em 20% da área haverá a necessidade de efetuar o reforço de plantação com folhosas;
- Promover a criação/aplicação de apoios financeiros pela promoção da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas.

estimativa de custos	curto prazo	médio/longo prazo
Manutenção: 200€/ha/ano Valorização: 1 245€/ha	Manutenção: 186 000€ Valorização: 231 570€	Manutenção: 434 000€ Valorização: -
entidade promotora		
DRAPN em articulação com organizações de produtores agrícolas e florestais; Entidades gestoras de ZIF, AIGP, Proprietários agrícolas e florestais		
prioridade do investimento	a iniciar em	a terminar em
1	2023	2032
Impactos da intervenção		
Área a intervencionar: 310 ha		

* A médio/longo prazo para as operações de manutenção considera-se a área total a intervencionar



Contribui diretamente para o objetivo estratégico



Contribui indiretamente para o objetivo estratégico

A^{vc}_02: Restauro de galerias ripícolas Tipologia de ação: prioritária

Contributos para os objetivos do PRGP_ADBS:

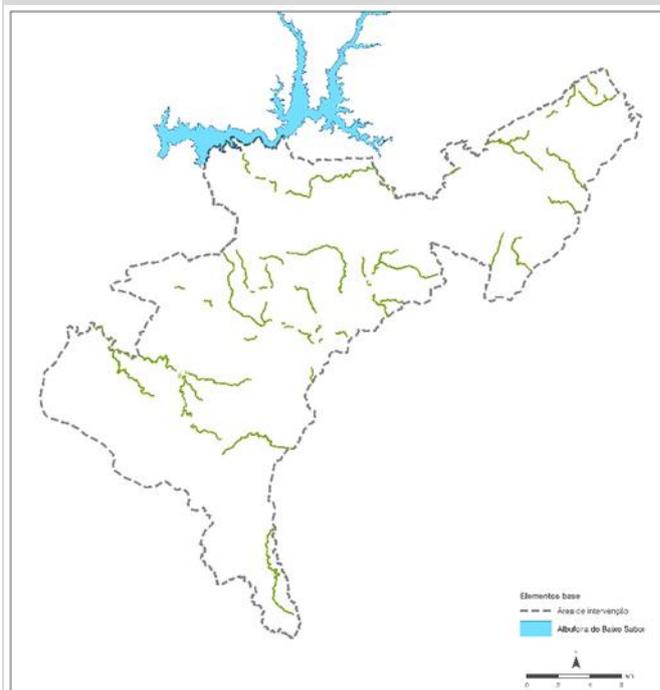
- 

Promover as atividades agrícolas, agropastoris e as pastagens naturais, valorizando a agricultura sustentável, de produção biológica e de conservação e incentivando a produção e consumo de pequena agricultura de proximidade, contribuindo para a constituição de espaços de descontinuidade que reduzam a progressão de incêndios e contribuam para promover o uso produtivo e regenerativo do capital natural
- 

Promover o ordenamento e a multifuncionalidade da floresta, instalando povoamentos ordenados, biodiversos e resilientes, conjugados com mosaicos agrícolas, silvopastoris e de áreas abertas, capazes de sustentar a exploração e gestão das atividades económicas associadas, de prestar serviços ambientais diversos e de reduzir significativamente o risco de incêndios e a severidade da área ardida, assegurando a acumulação duradoura do carbono
- 

Promover a valorização do capital natural e cultural, garantindo o incremento da biodiversidade, a proteção e regeneração dos recursos solo e água e a remuneração dos serviços dos ecossistemas insuficientemente valorizados pelo mercado e fomentando a criação de valor a partir dos recursos e valores disponíveis para atividades agrícolas, silvícolas, silvopastoris, cinegéticas e turísticas
- 

Promover uma nova economia para territórios rurais, que valorize os ativos territoriais locais e providencie maiores rendimentos e qualidade de vida às populações, respeitando a aptidão dos solos, incrementando a resiliência e valorizando o território através da gestão da paisagem.



Legenda:
Ação
Galerias a restaurar

Descrição da ação

Esta ação tem como objetivos a) Preservação da biodiversidade; b) Promoção da provisão de serviços dos ecossistemas; c) Aumento da resiliência do território ao fogo e alterações climáticas; d) Regulação dos ciclos hidrológicos e da qualidade da água; e) Preservação do património natural e cultural, através:

- Investir no restauro das galerias ripícolas, promovendo a sua continuidade ao longo dos cursos de água adjacentes;
- Apostar na criação de galerias ripícolas que constituam manchas de descontinuidade de áreas contínuas de matos, promovendo o restauro destas em todas as linhas de água com potencial para o seu desenvolvimento e manutenção.

estimativa de custos	curto prazo	médio/longo prazo
Instalação: 1.835€/ha Manutenção: 200€/ha/ano	Instalação: 2 477 250€ Manutenção: 810.000€	Instalação: - Manutenção: 1.890 000€*

entidade promotora

DRAPN em articulação com organizações de produtores agrícolas e florestais; Entidades gestoras de ZIF, AIGP, Proprietários agrícolas e florestais

prioridade do investimento	a iniciar em	a terminar em
1	2023	2032

Impactos da intervenção

Área a intervencionar: 1 350 ha

* A médio/longo prazo para as operações de manutenção considera-se a área total a intervencionar



Contribui diretamente para o objetivo estratégico



Contribui indiretamente para o objetivo estratégico

A^{vc}_03: Remuneração por serviços de ecossistema

Tipologia de ação: prioritária

Contributos para os objetivos do PRGP_ADBS:

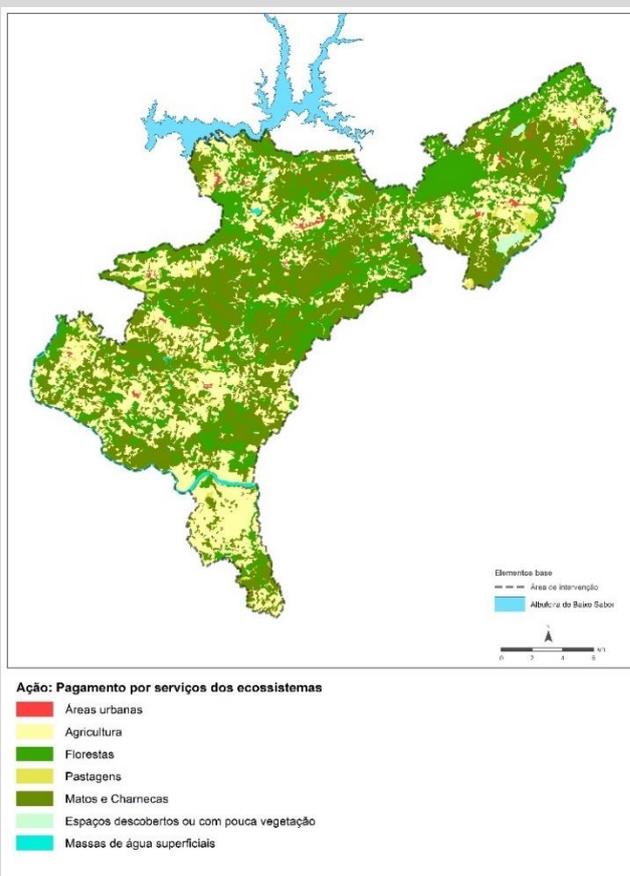
- 

Promover as atividades agrícolas, agropastoris e as pastagens naturais, valorizando a agricultura sustentável, de produção biológica e de conservação e incentivando a produção e consumo de pequena agricultura de proximidade, contribuindo para a constituição de espaços de descontinuidade que reduzam a progressão de incêndios e contribuam para promover o uso produtivo e regenerativo do capital natural
- 

Promover o ordenamento e a multifuncionalidade da floresta, instalando povoamentos ordenados, biodiversos e resilientes, conjugados com mosaicos agrícolas, silvopastoris e de áreas abertas, capazes de sustentar a exploração e gestão das atividades económicas associadas, de prestar serviços ambientais diversos e de reduzir significativamente o risco de incêndios e a severidade da área ardida, assegurando a acumulação duradoura do carbono
- 

Promover a valorização do capital natural e cultural, garantindo o incremento da biodiversidade, a proteção e regeneração dos recursos solo e água e a remuneração dos serviços dos ecossistemas insuficientemente valorizados pelo mercado e fomentando a criação de valor a partir dos recursos e valores disponíveis para atividades agrícolas, silvícolas, silvopastoris, cinegéticas e turísticas
- 

Promover uma nova economia para territórios rurais, que valorize os ativos territoriais locais e providencie maiores rendimentos e qualidade de vida às populações, respeitando a aptidão dos solos, incrementando a resiliência e valorizando o território através da gestão da paisagem.



Descrição da ação

Esta ação tem como objetivo o pagamento por serviços dos ecossistemas da futura paisagem, considerando cerca de 10% da área total potencial, o que permite apostar, desde o início da concretização do PRGP, na remuneração dos SE associados às propostas das ações prioritárias, nomeadamente relacionadas com as galerias ripícolas, as novas áreas de pastagens, de agricultura e de povoamentos florestais, de forma a:

- Promover práticas agrícolas e florestais sustentáveis, permitindo a majoração dos apoios sempre que forem implementadas medidas promotoras da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas;
- Investir na plantação de florestas multifuncionais e biodiversas, com espécies resilientes ao fogo e compatíveis com os cenários de alterações climáticas, criando financiamentos específicos (compensar as perdas aquando da reconversão de florestas de produção)
- Compensar os proprietários pela provisão de SE não valorizados pelos mercados em valor coincidente com as práticas implementadas, valorizando as áreas de pequena dimensão como forma de promover a sua implementação num território maioritariamente de minifúndio.

estimativa de custos	curto prazo	médio/longo prazo
2 218 500€	A distribuição anual será gerida em função das candidaturas e das disponibilidades orçamentais	
entidade promotora		
Organizações de produtores agrícolas e florestais; Entidades gestoras de ZIF, AIGP, Proprietários agrícolas e florestais		
prioridade do investimento	a iniciar em	a terminar em
1	2023	2032
Impactos da intervenção		
Área a intervir: 44.370 ha		



Contribui diretamente para o objetivo estratégico



Contribui indiretamente para o objetivo estratégico

A^{vc}_04: Conservação do solo - enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes, e agricultura em patamares com sementeira direta

Tipologia de ação: prioritária

Contributos para os objetivos do PRGP_ADBS:

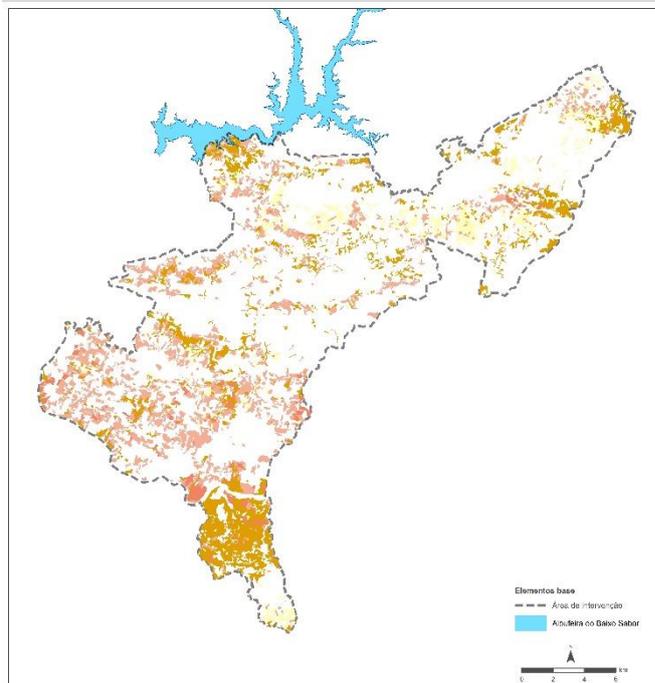
- 

Promover as atividades agrícolas, agropastoris e as pastagens naturais, valorizando a agricultura sustentável, de produção biológica e de conservação e incentivando a produção e consumo de pequena agricultura de proximidade, contribuindo para a constituição de espaços de descontinuidade que reduzam a progressão de incêndios e contribuam para promover o uso produtivo e regenerativo do capital natural
- 

Promover o ordenamento e a multifuncionalidade da floresta, instalando povoamentos ordenados, biodiversos e resilientes, conjugados com mosaicos agrícolas, silvopastoris e de áreas abertas, capazes de sustentar a exploração e gestão das atividades económicas associadas, de prestar serviços ambientais diversos e de reduzir significativamente o risco de incêndios e a severidade da área ardida, assegurando a acumulação duradoura do carbono
- 

Promover a valorização do capital natural e cultural, garantindo o incremento da biodiversidade, a proteção e regeneração dos recursos solo e água e a remuneração dos serviços dos ecossistemas insuficientemente valorizados pelo mercado e fomentando a criação de valor a partir dos recursos e valores disponíveis para atividades agrícolas, silvícolas, silvopastoris, cinegéticas e turísticas
- 

Promover uma nova economia para territórios rurais, que valorize os ativos territoriais locais e providencie maiores rendimentos e qualidade de vida às populações, respeitando a aptidão dos solos, incrementando a resiliência e valorizando o território através da gestão da paisagem.



Legenda:
Ação: Conservação do solo
 Culturas temporárias de sequeiro e regadio
 Vinhas
 Pomares
 Olivais

Descrição da ação

Esta ação visa a) Promover a adoção de práticas benéficas ambientais; b) Prevenir a erosão e melhorar os solos; c) Promover a conservação e o sequestro de carbono na agricultura, d) Prevenir e melhorar a gestão dos solos; e) Promover a biodiversidade, recorrendo-se:

- Promoção de práticas de gestão promotoras da biodiversidade, como o enrelvamento (e.g. misturas florais) ou intercropping em culturas permanentes com espécies adaptadas às secas e em regime de sequeiro, majorando os subsídios pela promoção da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas
- Promoção da sementeira direta preferencialmente em patamares (i.e manutenção dos existentes) nas culturas temporárias, para retenção do solo e da água;
- Promover o uso eficiente da água e do solo (e.g. agricultura em patamares para retenção).

estimativa de custos	curto prazo	médio/longo prazo
Culturas temporárias: 95€/ha/ano Culturas permanentes: 105€/ha/ano	1 346 800€	-
entidade promotora		
Organizações de produtores; Juntas de Freguesia, Autarquias		
prioridade do investimento	a iniciar em	a terminar em
1	2023	2025

Impactos da intervenção

Área a intervencionar: 13.020.0 ha:
 - Culturas temporárias: 2.030 ha;
 - Culturas permanentes: 10.990 ha



Contribui diretamente para o objetivo estratégico



Contribui indiretamente para o objetivo estratégico

A^{vc} 05: Uso eficiente da água e elaboração de um projeto específico de gestão da água para gestão de secas e escassez e aumento das disponibilidades de água Tipologia de ação: prioritária

Contributos para os objetivos do PRGP_ADBS:	
●	Promover as atividades agrícolas, agropastoris e as pastagens naturais , valorizando a agricultura sustentável, de produção biológica e de conservação e incentivando a produção e consumo de pequena agricultura de proximidade, contribuindo para a constituição de espaços de descontinuidade que reduzam a progressão de incêndios e contribuam para promover o uso produtivo e regenerativo do capital natural
●	Promover o ordenamento e a multifuncionalidade da floresta , instalando povoamentos ordenados, biodiversos e resilientes, conjugados com mosaicos agrícolas, silvopastoris e de áreas abertas, capazes de sustentar a exploração e gestão das atividades económicas associadas, de prestar serviços ambientais diversos e de reduzir significativamente o risco de incêndios e a severidade da área ardida, assegurando a acumulação duradoura do carbono
●	Promover a valorização do capital natural e cultural , garantindo o incremento da biodiversidade, a proteção e regeneração dos recursos solo e água e a remuneração dos serviços dos ecossistemas insuficientemente valorizados pelo mercado e fomentando a criação de valor a partir dos recursos e valores disponíveis para atividades agrícolas, silvícolas, silvopastoris, cinegéticas e turísticas
●	Promover uma nova economia para territórios rurais , que valorize os ativos territoriais locais e providencie maiores rendimentos e qualidade de vida às populações, respeitando a aptidão dos solos, incrementando a resiliência e valorizando o território através da gestão da paisagem.

Elementos base
 - - - Área de intervenção
 - - - - - Concelhos
 - - - - - Freguesias
 - - - - - UGP
 - - - - - Rede viária principal
 - - - - - Albufeira do Baxio Sabor

0 2 4 6 km

Descrição da ação

Esta ação visa a) Promover a adoção de práticas ambientais benéficas; b) Melhorar a gestão da água, dos adubos e dos pesticidas; c) Melhorar a eficiência na utilização da água pelo sector agrícola, através:

- Promoção de práticas agrícolas tradicionais, não intensivas, sem recurso ao regadio ou com recurso apenas a regadio tradicional bem gerido e controlado, e com a criação de estruturas de acumulação de água da chuva para utilização agrícola. As medidas de conservação do solo referidas no ponto acima, contribuem igualmente para o uso mais eficiente da água e melhoria dos ciclos hidrológicos (sessões de sensibilização e manuais de Boas Práticas)
- Elaboração de um estudo específico de gestão da água para gestão de secas e escassez e aumento das disponibilidades de água, em consonância com as especificidades da área de intervenção e restantes medidas adotadas, podendo deste estudo decorrer uma medida de bonificação para a aplicação de práticas tradicionais de uso de água.

estimativa de custos	curto prazo	médio/longo prazo
vg	270 000€	-
entidade promotora		
Organizações de produtores; Juntas de Freguesia, Autarquias; Serviços da Direção Regional de Agricultura		
prioridade do investimento	a iniciar em	a terminar em
1	2023	2025
Impactos da intervenção		
-		

● Contribui diretamente para o objetivo estratégico ● Contribui indiretamente para o objetivo estratégico

A^{Er}_01: Instalação de pastagens permanentes melhoradas

Tipologia de ação: prioritária

Contributos para os objetivos do PRGP_ADBS:

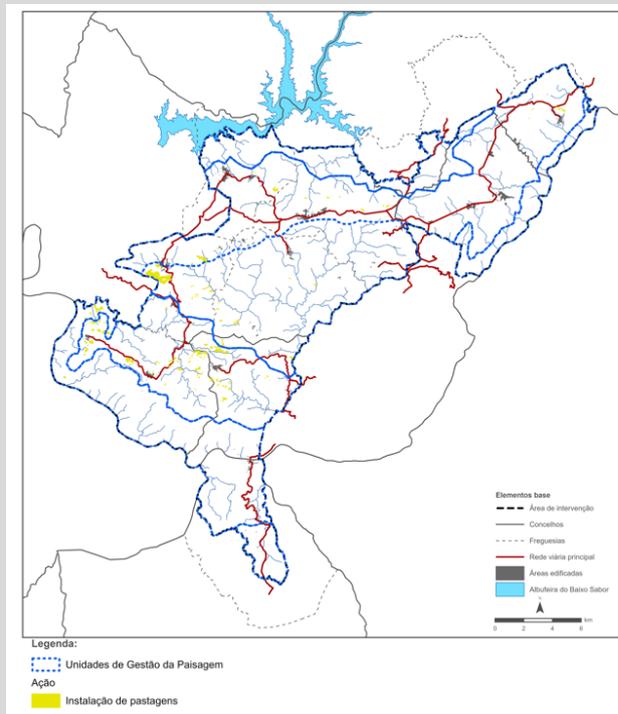
- 

Promover as atividades agrícolas, agropastoris e as pastagens naturais, valorizando a agricultura sustentável, de produção biológica e de conservação e incentivando a produção e consumo de pequena agricultura de proximidade, contribuindo para a constituição de espaços de descontinuidade que reduzam a progressão de incêndios e contribuam para promover o uso produtivo e regenerativo do capital natural
- 

Promover o ordenamento e a multifuncionalidade da floresta, instalando povoamentos ordenados, biodiversos e resilientes, conjugados com mosaicos agrícolas, silvopastoris e de áreas abertas, capazes de sustentar a exploração e gestão das atividades económicas associadas, de prestar serviços ambientais diversos e de reduzir significativamente o risco de incêndios e a severidade da área ardida, assegurando a acumulação duradoura do carbono
- 

Promover a valorização do capital natural e cultural, garantindo o incremento da biodiversidade, a proteção e regeneração dos recursos solo e água e a remuneração dos serviços dos ecossistemas insuficientemente valorizados pelo mercado e fomentando a criação de valor a partir dos recursos e valores disponíveis para atividades agrícolas, silvícolas, silvopastoris, cinegéticas e turísticas
- 

Promover uma nova economia para territórios rurais, que valorize os ativos territoriais locais e providencie maiores rendimentos e qualidade de vida às populações, respeitando a aptidão dos solos, incrementando a resiliência e valorizando o território através da gestão da paisagem.



Descrição da ação

- Implementação de novas áreas de pastagens permanentes melhoradas, que resultaram do abandono ou degradação de áreas com pastagens permanentes e que atualmente estão com matos;
- Fomentar a instalação de pastagens permanentes melhoradas, ou seja, com a sementeira de consociações de gramíneas e leguminosas, com um plano de gestão de pastoreio e fertilização, com cadernos de campo e encabeçamentos mínimos e máximos;
- Fomentar a implementação de práticas de gestão dos solos, através da limitação às operações de mobilização do solo, limitando a mobilização do mesmo em caso de resesementeiras;
- Fomento do desenvolvimento de ações de divulgação da medida, bem como dos respetivos apoios ao investimento e ajudas, no âmbito dos eco-regimes, do 1º Pilar do PEPAC.

estimativa de custos	curto prazo	médio/longo prazo
Reconversão: 3 000 €/ha Manutenção: 200€/ha/ano	Reconversão: 2 550 000€ Manutenção: 510 000€	Reconversão: - Manutenção: 1 190 000€
entidade promotora		
Organizações de produtores; Juntas de Freguesia, Autarquias; Serviços da Direção Regional de Agricultura		
prioridade do investimento	a iniciar em	a terminar em
1	2023	2032
Impactos da intervenção		
Área a intervir: 850 ha		

 Contribui diretamente para o objetivo estratégico

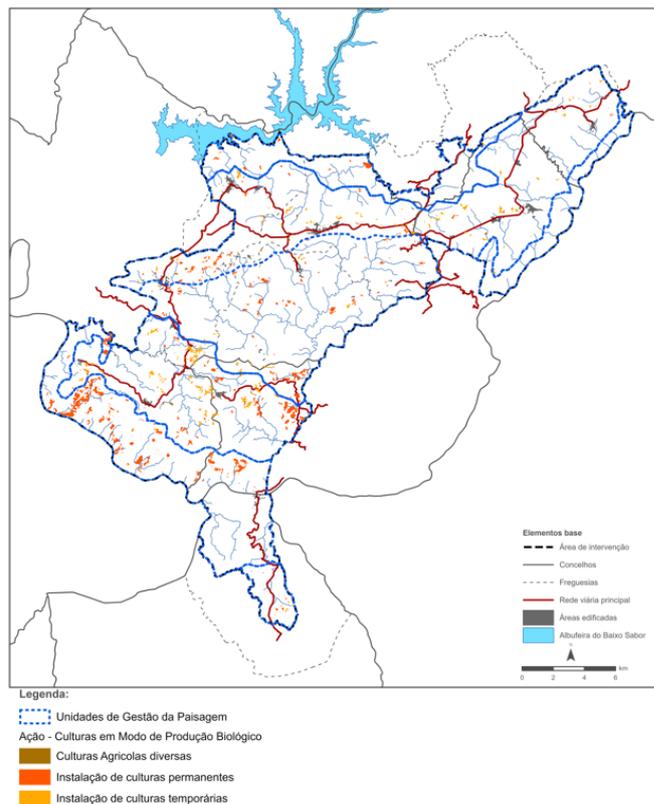
 Contribui indiretamente para o objetivo estratégico

A^{Er}_02: Reconversão de áreas de mato para agricultura em modo de produção biológico

Tipologia de ação: prioritária

Contributos para os objetivos do PRGP_ADBS:

- Promover as atividades agrícolas, agropastoris e as pastagens naturais**, valorizando a agricultura sustentável, de produção biológica e de conservação e incentivando a produção e consumo de pequena agricultura de proximidade, contribuindo para a constituição de espaços de descontinuidade que reduzam a progressão de incêndios e contribuam para promover o uso produtivo e regenerativo do capital natural
- Promover o ordenamento e a multifuncionalidade da floresta**, instalando povoamentos ordenados, biodiversos e resilientes, conjugados com mosaicos agrícolas, silvopastoris e de áreas abertas, capazes de sustentar a exploração e gestão das atividades económicas associadas, de prestar serviços ambientais diversos e de reduzir significativamente o risco de incêndios e a severidade da área ardida, assegurando a acumulação duradoura do carbono
- Promover a valorização do capital natural e cultural**, garantindo o incremento da biodiversidade, a proteção e regeneração dos recursos solo e água e a remuneração dos serviços dos ecossistemas insuficientemente valorizados pelo mercado e fomentando a criação de valor a partir dos recursos e valores disponíveis para atividades agrícolas, silvícolas, silvopastoris, cinegéticas e turísticas
- Promover uma nova economia para territórios rurais**, que valorize os ativos territoriais locais e providencie maiores rendimentos e qualidade de vida às populações, respeitando a aptidão dos solos, incrementando a resiliência e valorizando o território através da gestão da paisagem.



Descrição da ação

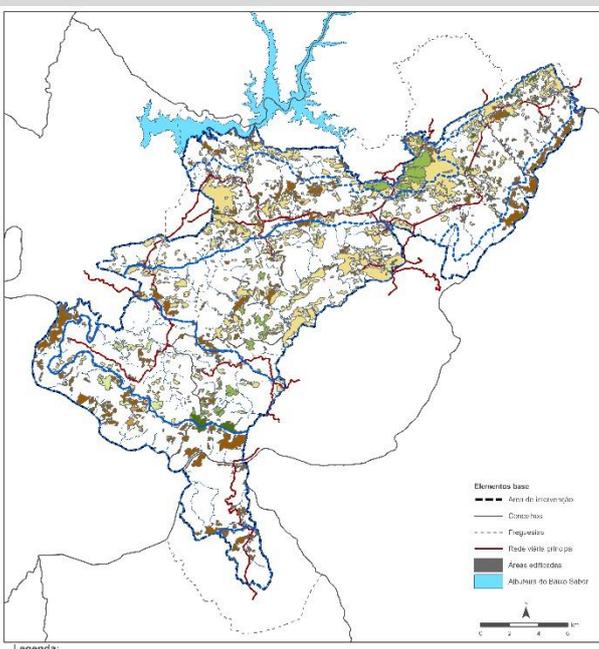
- Reconversão de áreas de mato para agricultura, em modo de produção biológico, que servirão de áreas piloto para a divulgação e extensão às restantes áreas agrícolas;
- Fomentar a conversão de outros sistemas de produção em Modo Produção Biológico;
- Fomento do desenvolvimento de ações de divulgação da medida, bem como dos respetivos apoios no âmbito dos eco-regimes, do 1º Pilar do PEPAC.

estimativa de custos	curto prazo	médio/longo prazo
Reconversão: 3 000 €/ha	3 270 000€	-
entidade promotora		
Organizações de produtores; Juntas de Freguesia, Autarquias; Serviços da Direção Regional de Agricultura		
prioridade do investimento	a iniciar em	a terminar em
1	2023	2025

Impactos da intervenção

Área a intervir: 1 090 ha

- Contribui diretamente para o objetivo estratégico
- Contribui indiretamente para o objetivo estratégico

A ^{Er} _03: Beneficiação e gestão dos povoamentos florestais existentes		Tipologia de ação: complementar
Contributos para os objetivos do PRGP_ADBS:		
	Promover as atividades agrícolas, agropastoris e as pastagens naturais , valorizando a agricultura sustentável, de produção biológica e de conservação e incentivando a produção e consumo de pequena agricultura de proximidade, contribuindo para a constituição de espaços de descontinuidade que reduzam a progressão de incêndios e contribuam para promover o uso produtivo e regenerativo do capital natural	
	Promover o ordenamento e a multifuncionalidade da floresta , instalando povoamentos ordenados, biodiversos e resilientes, conjugados com mosaicos agrícolas, silvopastoris e de áreas abertas, capazes de sustentar a exploração e gestão das atividades económicas associadas, de prestar serviços ambientais diversos e de reduzir significativamente o risco de incêndios e a severidade da área ardida, assegurando a acumulação duradoura do carbono	
	Promover a valorização do capital natural e cultural , garantindo o incremento da biodiversidade, a proteção e regeneração dos recursos solo e água e a remuneração dos serviços dos ecossistemas insuficientemente valorizados pelo mercado e fomentando a criação de valor a partir dos recursos e valores disponíveis para atividades agrícolas, silvícolas, silvopastoris, cinegéticas e turísticas	
	Promover uma nova economia para territórios rurais , que valorize os ativos territoriais locais e providencie maiores rendimentos e qualidade de vida às populações, respeitando a aptidão dos solos, incrementando a resiliência e valorizando o território através da gestão da paisagem.	
Descrição da ação		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aposta em medidas de gestão ativa dos povoamentos florestais existentes com vista ao aumento dos níveis de produtividade, através de ações de beneficiação florestal (podas, desramações, redução de densidades excessivas, controlo de vegetação arbustiva, aproveitamento de regeneração natural); ▪ Fomento do desenvolvimento de povoamentos florestais de composição mista e estrutura irregular nas áreas de floresta atualmente existentes, promovendo o desenvolvimento de regeneração natural existente no subcoberto de espécies florestais com interesse para o desenvolvimento das atividades produtivas; ▪ Fomento do associativismo florestal e do agrupamento dos produtores em Zonas de Intervenção Florestal, potenciadoras de uma gestão conjunta dos territórios com ganhos de escala e de rentabilidade; ▪ Divulgação e fomento à adesão a sistemas de certificação da gestão florestal, enquanto mecanismo para a diferenciação e valorização dos produtos florestais; ▪ Fomento de outras práticas de gestão nas áreas florestais para obtenção de outros produtos além da produção lenhosa, como a prática de resinagem em pinhais existentes, ou a cinegética, a apicultura e a silvopastorícia. 		
estimativa de custos	curto prazo	médio/longo prazo
-	-	-
entidade promotora		
Organizações de produtores florestais; Entidades gestoras de ZIF, AIGP, Proprietários florestais		
prioridade do investimento	a iniciar em	a terminar em
2	-	-
Impactos da intervenção		
Área a beneficiar: 9 410 ha		



Contribui diretamente para o objetivo estratégico



Contribui indiretamente para o objetivo estratégico

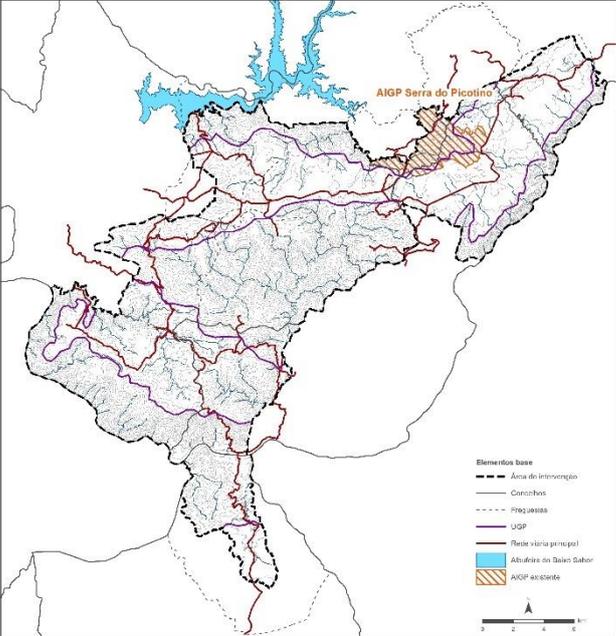
A ^{Er} _04: Instalação de novos povoamentos florestais		Tipologia de ação: prioritária
Contributos para os objetivos do PRGP_ADBS:		
●	Promover as atividades agrícolas, agropastoris e as pastagens naturais , valorizando a agricultura sustentável, de produção biológica e de conservação e incentivando a produção e consumo de pequena agricultura de proximidade, contribuindo para a constituição de espaços de descontinuidade que reduzam a progressão de incêndios e contribuam para promover o uso produtivo e regenerativo do capital natural	
●	Promover o ordenamento e a multifuncionalidade da floresta , instalando povoamentos ordenados, biodiversos e resilientes, conjugados com mosaicos agrícolas, silvopastoris e de áreas abertas, capazes de sustentar a exploração e gestão das atividades económicas associadas, de prestar serviços ambientais diversos e de reduzir significativamente o risco de incêndios e a severidade da área ardida, assegurando a acumulação duradoura do carbono	
●	Promover a valorização do capital natural e cultural , garantindo o incremento da biodiversidade, a proteção e regeneração dos recursos solo e água e a remuneração dos serviços dos ecossistemas insuficientemente valorizados pelo mercado e fomentando a criação de valor a partir dos recursos e valores disponíveis para atividades agrícolas, silvícolas, silvopastoris, cinegéticas e turísticas	
●	Promover uma nova economia para territórios rurais , que valorize os ativos territoriais locais e providencie maiores rendimentos e qualidade de vida às populações, respeitando a aptidão dos solos, incrementando a resiliência e valorizando o território através da gestão da paisagem.	
Descrição da ação		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementação de novas áreas de floresta em áreas de matos que resultaram do abandono ou degradação de áreas florestais pela ocorrência de incêndios florestais; ▪ Deverá ser fomentada a instalação de povoamentos florestais de composição mista, numa ótica de constituição de áreas florestais mais biodiversas e geradoras de múltiplos produtos e serviços, capazes de garantir níveis de rentabilidade mais elevados e regulares ao longo dos anos; ▪ Incentivo à implementação de práticas de gestão dos solos, através da limitação às operações de mobilização do solo em declives acentuados (superiores a 25%) ou através da divulgação e demonstração de práticas de restauro dos solos (deposição de matéria orgânica, incorporação de biomassas vegetais residuais, operações de controlo de vegetação espontânea localizadas e com meios não lesivos para o solo, etc.); ▪ Fomento do desenvolvimento de ações de divulgação e de demonstração de novas práticas silvícolas, mais eficientes e sustentáveis, ou da utilização de proveniências mais adaptadas às condições edafoclimáticas resultantes das alterações climáticas. 		
estimativa de custos	curto prazo	médio/longo prazo
Reconversão: 3 000/ha	1 200 000€	-
entidade promotora		
Organizações de produtores florestais; Entidades gestoras de ZIF, AIGP, Proprietários florestais		
prioridade do investimento	a iniciar em	a terminar em
1	2023	2025
Impactos da intervenção		
Área a reconverter : 400 ha		



Contribui diretamente para o objetivo estratégico



Contribui indiretamente para o objetivo estratégico

A^{Er} 05: Acompanhar a implementação da AIGP da ZIF Serra do Picotino		Tipologia de ação: prioritária	
Contributos para os objetivos do PRGP_ADBS:			
	Promover as atividades agrícolas, agropastoris e as pastagens naturais , valorizando a agricultura sustentável, de produção biológica e de conservação e incentivando a produção e consumo de pequena agricultura de proximidade, contribuindo para a constituição de espaços de descontinuidade que reduzam a progressão de incêndios e contribuam para promover o uso produtivo e regenerativo do capital natural		
	Promover o ordenamento e a multifuncionalidade da floresta , instalando povoamentos ordenados, biodiversos e resilientes, conjugados com mosaicos agrícolas, silvopastoris e de áreas abertas, capazes de sustentar a exploração e gestão das atividades económicas associadas, de prestar serviços ambientais diversos e de reduzir significativamente o risco de incêndios e a severidade da área ardida, assegurando a acumulação duradoura do carbono		
	Promover a valorização do capital natural e cultural , garantindo o incremento da biodiversidade, a proteção e regeneração dos recursos solo e água e a remuneração dos serviços dos ecossistemas insuficientemente valorizados pelo mercado e fomentando a criação de valor a partir dos recursos e valores disponíveis para atividades agrícolas, silvícolas, silvopastoris, cinegéticas e turísticas		
	Promover uma nova economia para territórios rurais , que valorize os ativos territoriais locais e providencie maiores rendimentos e qualidade de vida às populações, respeitando a aptidão dos solos, incrementando a resiliência e valorizando o território através da gestão da paisagem.		
Descrição da ação			
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acompanhamento do processo de identificação e registo de prédios rústicos no Balcão Único do Prédio (BUPi), assim como das iniciativas de emparcelamento promovidas pela AIGP; ▪ Monitorização dos planos de pormenor previstos nas OIGP estabelecidas para a AIGP ZIF Serra do Picoto ▪ Acompanhamento da execução dos projetos de investimento submetidos e aprovados pelos vários programas de apoio. ▪ Monitorização da implementação das áreas de servidão de DFCI previstas na AIGP e dos mecanismos de compensação das servidões instituídas previstas na AIGP ▪ Divulgação dos progressos obtidos e das metas alcançadas pela entidade gestora da AIGP 			
estimativa de custos		curto prazo	médio/longo prazo
-		-	-
entidade promotora			
DGT / ICNF / DRAP			
prioridade do investimento		a iniciar em	a terminar em
1		2023	2032
Impactos da intervenção			
Área a intervir total: 1 470 ha			



Contribui diretamente para o objetivo estratégico



Contribui indiretamente para o objetivo estratégico

A ^{Er} _06: Incentivo à constituição da AIGP do Planalto Mirandês		Tipologia de ação: prioritária
Contributos para os objetivos do PRGP_ADBS:		
●	Promover as atividades agrícolas, agropastoris e as pastagens naturais , valorizando a agricultura sustentável, de produção biológica e de conservação e incentivando a produção e consumo de pequena agricultura de proximidade, contribuindo para a constituição de espaços de descontinuidade que reduzam a progressão de incêndios e contribuam para promover o uso produtivo e regenerativo do capital natural	
●	Promover o ordenamento e a multifuncionalidade da floresta , instalando povoamentos ordenados, biodiversos e resilientes, conjugados com mosaicos agrícolas, silvopastoris e de áreas abertas, capazes de sustentar a exploração e gestão das atividades económicas associadas, de prestar serviços ambientais diversos e de reduzir significativamente o risco de incêndios e a severidade da área ardida, assegurando a acumulação duradoura do carbono	
●	Promover a valorização do capital natural e cultural , garantindo o incremento da biodiversidade, a proteção e regeneração dos recursos solo e água e a remuneração dos serviços dos ecossistemas insuficientemente valorizados pelo mercado e fomentando a criação de valor a partir dos recursos e valores disponíveis para atividades agrícolas, silvícolas, silvopastoris, cinegéticas e turísticas	
●	Promover uma nova economia para territórios rurais , que valorize os ativos territoriais locais e providencie maiores rendimentos e qualidade de vida às populações, respeitando a aptidão dos solos, incrementando a resiliência e valorizando o território através da gestão da paisagem.	
Descrição da ação		
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promoção de ações de divulgação junto dos atores locais (associações de produtores florestais, juntas de freguesia, autarquias) relativamente às vantagens e oportunidades decorrentes da constituição de uma AIGP; ▪ Incentivar o agrupamento de proprietários florestais para uma gestão conjunta dos espaços florestais, promovendo a elaboração de planos de gestão florestal e fomentando a adesão a sistemas de certificação da gestão florestal sustentável; ▪ Fomentar a execução das ações de beneficiação florestal dos povoamentos existentes, nomeadamente, podas, desramações, correções de densidades excessivas, controlo de vegetação arbustiva e aproveitamento de regeneração natural; ▪ Incentivar o incremento de área florestal gerida, através da reflorestação de áreas de matos com recurso a povoamentos de composição mista e estrutura irregular. 		
estimativa de custos	curto prazo	médio/longo prazo
Proposta: 10 000 € + 12 €/ha + 4 €/prédio Execução: 1 400 €/ha	2 381 800 €	-
entidade promotora		
Organizações de produtores florestais; Entidades gestoras de ZIF, AIGP; Juntas de Freguesia, Autarquias		
prioridade do investimento	a iniciar em	a terminar em
1	2023	2025
Impactos da intervenção		
Área a intervir: 1 490 ha		



Contribui diretamente para o objetivo estratégico



Contribui indiretamente para o objetivo estratégico

A^{Er}_07: Incentivo à constituição da AIGP de Relevos de Mosteiros Tipologia de ação: prioritária

Contributos para os objetivos do PRGP_ADBS:

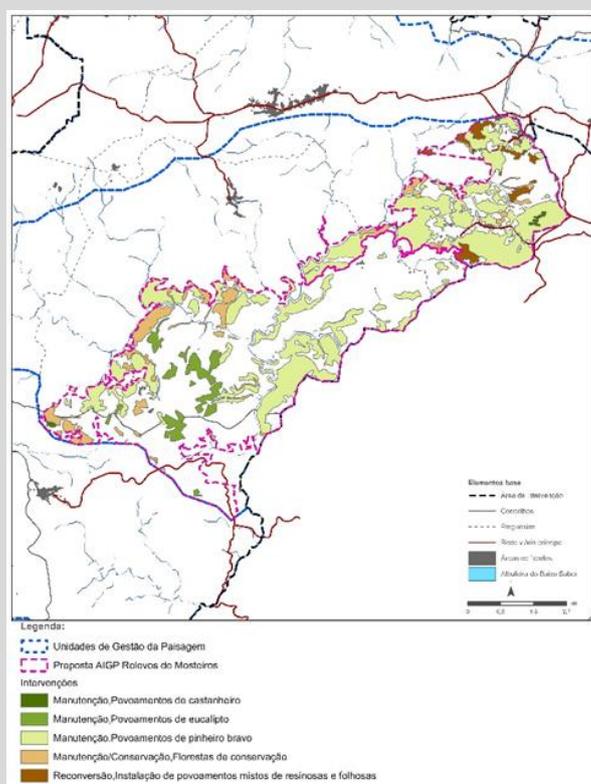
- 

Promover as atividades agrícolas, agropastoris e as pastagens naturais, valorizando a agricultura sustentável, de produção biológica e de conservação e incentivando a produção e consumo de pequena agricultura de proximidade, contribuindo para a constituição de espaços de descontinuidade que reduzam a progressão de incêndios e contribuam para promover o uso produtivo e regenerativo do capital natural
- 

Promover o ordenamento e a multifuncionalidade da floresta, instalando povoamentos ordenados, biodiversos e resilientes, conjugados com mosaicos agrícolas, silvopastoris e de áreas abertas, capazes de sustentar a exploração e gestão das atividades económicas associadas, de prestar serviços ambientais diversos e de reduzir significativamente o risco de incêndios e a severidade da área ardida, assegurando a acumulação duradoura do carbono
- 

Promover a valorização do capital natural e cultural, garantindo o incremento da biodiversidade, a proteção e regeneração dos recursos solo e água e a remuneração dos serviços dos ecossistemas insuficientemente valorizados pelo mercado e fomentando a criação de valor a partir dos recursos e valores disponíveis para atividades agrícolas, silvícolas, silvopastoris, cinegéticas e turísticas
- 

Promover uma nova economia para territórios rurais, que valorize os ativos territoriais locais e providencie maiores rendimentos e qualidade de vida às populações, respeitando a aptidão dos solos, incrementando a resiliência e valorizando o território através da gestão da paisagem.



Descrição da ação

- Promoção de ações de divulgação junto dos atores locais (associações de produtores florestais, juntas de freguesia, autarquias) relativamente às vantagens e oportunidades decorrentes da constituição de uma AIGP;
- Incentivar o agrupamento de proprietários florestais para uma gestão conjunta dos espaços florestais, promovendo a elaboração de planos de gestão florestal e fomentando a adesão a sistemas de certificação da gestão florestal sustentável;
- Fomentar a execução das ações de beneficiação florestal dos povoamentos existentes, nomeadamente, podas, desramações, correções de densidades excessivas, controlo de vegetação arbustiva e aproveitamento de regeneração natural;
- Incentivar o incremento de área florestal gerida, através da reflorestação de áreas de matos com recurso a povoamentos de composição mista e estrutura irregular.

estimativa de custos	curto prazo	médio/longo prazo
----------------------	-------------	-------------------

Proposta: 10 000 € + 12 €/ha + 4 €/prédio Execução: 1 400 €/ha	2 347 816 €	-
---	-------------	---

entidade promotora

Organizações de produtores florestais; Entidades gestoras de ZIF, AIGP, Juntas de Freguesia, Autarquias

prioridade do investimento	a iniciar em	a terminar em
----------------------------	--------------	---------------

1	2023	2025
---	------	------

Impactos da intervenção

Área a intervir : 4 670 ha

-  Contribui diretamente para o objetivo estratégico
-  Contribui indiretamente para o objetivo estratégico

Página propositadamente deixada em branco

7. PROGRAMA DE EXECUÇÃO E GOVERNANÇA

O horizonte temporal definido para programa de execução do PRGP_ADBS é de 10 anos, entre 2023 e 2032. O faseamento da operacionalização do programa tem por base os seguintes critérios:

- Os projetos de prioridade mais elevada (prioridade 1) correspondem às intervenções estruturantes, consideradas na programação prevista como essenciais ao cumprimento dos objetivos do programa, pelo que apresentam uma maior relevância estratégica para o PRGP_ADBS;
- O encadeamento temporal da execução dos projetos deve considerar as interdependências e complementaridade entre tipologias de ação.

A maioria das ações (11) tem prioridade 1, com uma execução prevista até ao horizonte final do programa, não inviabilizando, contudo, a sua continuidade para além deste. Tal situação justifica uma afetação de 73% do valor do investimento a afetar ao curto prazo, contra 23% no médio/ longo prazo, resultando numa aposta no horizonte de 3 anos de transformação efetiva da paisagem (média anual de cerca de 6.686.000 e contra os cerca de 842.000 milhões de euros para o médio/longo prazo).

Em termos de entidades promotoras é nítida a responsabilização das organizações de produtores agrícolas e florestais e das entidades gestoras das ZIF, das AIGP, dos baldios, a par das entidades municipais (autarquia e juntas de freguesia) e dos proprietários agrícolas e florestais.

Já no tocante ao cronograma de execução das ações que constituem o PRGP_ADBS, a tabela e figura seguintes apresentam o seu escalonamento, organizado por objetivo estratégico e medida, incluindo a distribuição dos investimentos no horizonte de 10 anos, com base no grau de prioridade definido.

Da sua leitura é possível destacar as ações dedicadas à reconversão de áreas de matos para pastagens, agricultura e florestas, são que consomem a grande maioria do investimento, representando 34% do montante total previsto, seguidas as ações associadas à valorização e restauro das galerias ripícolas que representam 23% da estimativa orçamental prevista.

É, igualmente, possível destacar que as duas ações dedicadas à execução de faixas de gestão de combustível apenas absorvem 10% do valor total de investimento.

Figura 7.1_ Distribuição do investimento por tipologia de ação

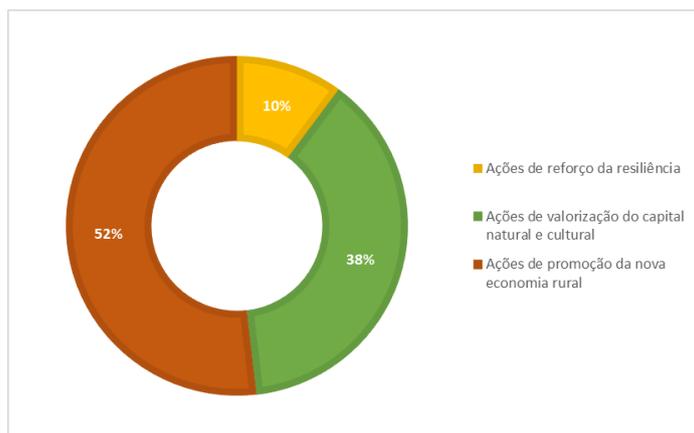
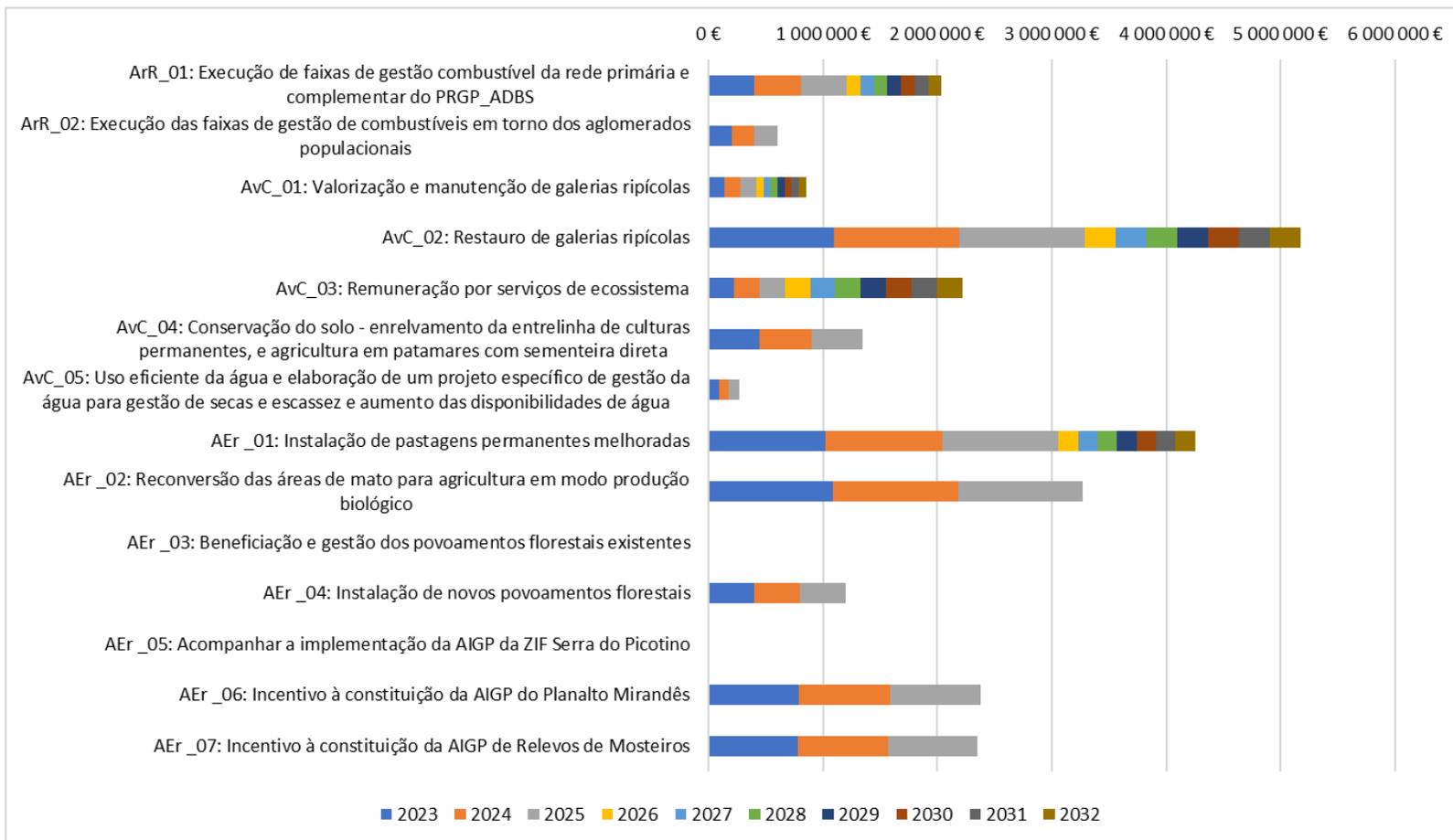


Tabela 7.1_Distribuição do investimento a curto e médio/ longo prazo

Ação	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	Total
A ^R _01	403 392 €	403 392 €	403 392 €	117 975 €	117 975 €	117 975 €	117 975 €	117 975 €	117 975 €	117 975 €	2 036 001 €
A ^R _02	200 250 €	200 250 €	200 250 €	-	-	-	-	-	-	-	600 750 €
A ^{VC} _01	139 190 €	139 190 €	139 190 €	62 000 €	62 000 €	62 000 €	62 000 €	62 000 €	62 000 €	62 000 €	851 570 €
A ^{VC} _02	1 095 750 €	1 095 750 €	1 095 750 €	270 000 €	270 000 €	270 000 €	270 000 €	270 000 €	270 000 €	270 000 €	5 177 250 €
A ^{VC} _03	Variável em função das candidaturas e da disponibilidade orçamental										2 218 500 €
A ^{VC} _04	448 933 €	448 933 €	448 933 €	-	-	-	-	-	-	-	1 346 800 €
A ^{VC} _05	90 000 €	90 000 €	90 000 €	-	-	-	-	-	-	-	270 000 €
A ^{Er} _01	1 020 000 €	1 020 000 €	1 020 000 €	170 000 €	170 000 €	170 000 €	170 000 €	170 000 €	170 000 €	170 000 €	4 250 000 €
A ^{Er} _02	1 090 000 €	1 090 000 €	1 090 000 €	-	-	-	-	-	-	-	3 270 000 €
A ^{Er} _03	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0 €
A ^{Er} _04	400 000 €	400 000 €	400 000 €	-	-	-	-	-	-	-	1 200 000 €
A ^{Er} _05	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0 €
A ^{Er} _06	793 933 €	793 933 €	793 933 €	-	-	-	-	-	-	-	2 381 800 €
A ^{Er} _07	782 605 €	782 605 €	782 605 €	-	-	-	-	-	-	-	2 347 816 €
Total	6 685 904 €	6 685 904 €	6 685 904 €	841 825 €	25 950 487 €						

Figura 7.2_ Distribuição do investimento ao longo dos 10 anos



A transformação da paisagem que se propõe, fundada numa visão de “tempos longos”, obriga a que sejam disponibilizados um conjunto de instrumentos operacionais que garantem a sua concretização, competitividade e eficiência do setor e dos operadores nesta evolução.

Esta perspetiva implica o envolvimento, o compromisso e a co-responsabilização das instituições, das organizações, da comunidade e dos cidadãos, em geral, na procura de soluções adaptadas que respondam aos objetivos da transformação que se propõe, incorporando a cada momento novos saberes, novas oportunidades e vontades.

A valoração dos serviços de ecossistema, como valor holístico da paisagem, emerge como fator decisivo (e condição) da equação da transformação do território que se propõe.

Esta mudança de paradigma na abordagem ao território, reconhecendo as características e aptidões específicas, a minimização dos níveis de riscos e perigosidade aos incêndios rurais, a adaptação às alterações climáticas, a valorização dos serviços de ecossistemas implicam uma estreita articulação das políticas com as comunidades e dinâmica económica envolvendo uma aprendizagem coletiva que se vai simultaneamente construindo.

Reconhecer a paisagem nas suas multifuncionalidades e privilegiar as complementaridades entre territórios são opções incontornáveis nos tempos atuais e constituem um desafio muito exigente porque assentam no reconhecimento dos ativos territoriais únicos e na sua integração e gestão partilhada. Como consequência deste processo, os territórios-rede serão intrinsecamente mais competitivos e coesos, face à espacialização inteligente que integram, mas exigem sistemas flexíveis, adaptáveis, multissetoriais e lideranças locais fortes, suportadas em estruturas social e politicamente ativas e aliadas. É neste conceito que a paisagem se afirma.

É assim imprescindível identificar os fatores decisivos sob o ponto de vista organizativo que devem ser assegurados para garantir a execução e a operacionalidade das medidas e ações estruturantes do novo desenho de paisagem.

A concretização da proposta do PRGP_ADBS envolve a cooperação e coordenação de políticas e de investimentos e iniciativas, suportadas através de um conjunto de ações que visam:

- a) A minimização de riscos naturais e uma transformação gradual da paisagem às alterações climáticas
- b) A aposta na segurança e continuidade dos apoios financeiros agrícolas disponibilizados reforçando o mecanismo de cooperação e articulação institucional;
- c) O reforço na capacitação dos recursos humanos que permita introduzir novas tecnologia e formas de exploração agrícola e florestais mais sustentáveis;
- d) A divulgação e sensibilização de boas práticas e o reforço da cooperação de forma a permitir a certificação de produtos e seu reconhecimento no mercado;
- e) A avaliação continua da evolução da paisagem, nomeadamente dos sistemas estruturantes do PRGP_ADBS;
- f) A melhoria da governação e governança da paisagem, que significa uma maior articulação institucional e de coordenação de políticas e de instrumentos através de mecanismos de monitorização.

A monitorização e a avaliação de resultados serão ferramentas essenciais no processo de transformação da paisagem que se propõe e de apoio ao modelo de governança e governação.

O modelo de governança deve assim assentar nas estruturas de decisão existentes propondo-se, exclusivamente, a constituição de uma plataforma de articulação e coordenação das medidas e políticas mais importantes para a transformação da paisagem que se propõe envolvendo, neste contexto, os principais *stakeholders* com responsabilidades por esta mudança. A assunção de uma destas entidades com presença local como líder seria muito vantajosa para a mobilização e envolvimento efetivo dos principais atores mesmo que seja apenas numa fase inicial de arranque desta transformação.

No quadro das intervenções propostas no âmbito do PRGP_ADBS as principais entidades com intervenção direta são as seguintes:

- Entidades da administração central:

- DGT
- ICNF
- Direção Regional da Agricultura
- Administração da Região Hidrográfica do Norte – APA IP
- Entidades da administração local:
 - Câmaras Municipais – Figueira de Castelo de Rodrigo, Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro e Torre de Moncorvo
 - Juntas de Freguesia – Escalhão (Figueira de Castelo Rodrigo), Ligares e União das freguesias de Lagoaça e Forno (Freixo de Espada à Cinta), Castelo Branco e Bruçó (Mogadouro) e Carviçais, União das freguesias de Urros e Peredo dos Castelhanos, União das freguesias de Felgueiras e Maçores, Mós e União das freguesias de Felgar e Souto da Velha (Torre de Moncorvo)
 - CIM
- Entidades e atores locais:
 - Gestoras das ZIF e AIGP
 - Organizações de produtores
 - Grupos de Ação Local
 - Proprietários

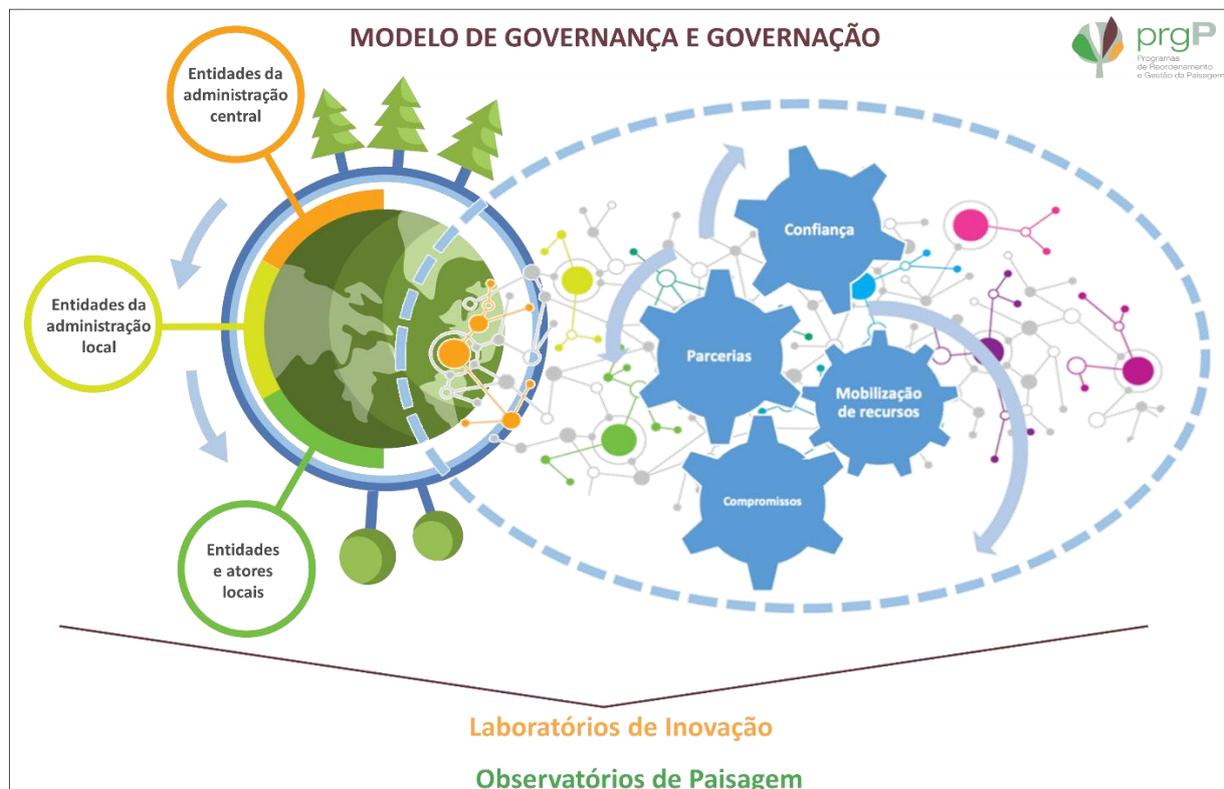
Um processo participativo pode ocorrer de várias formas de acordo com os objetivos pretendidos que vão, de acordo com a conhecida “Escada de Arnstein”¹⁰, desde um estado de mera informação a um estado de pleno “*empowerment*”. No caso do desenvolvimento de estratégias e planos para a paisagem cujo sucesso de implementação depende sobremaneira da vontade e disponibilidade dos “construtores da paisagem” este envolvimento é determinante. No meio rural as decisões dos proprietários revestem-se assim de um papel fundamental. O sucesso depende assim da adesão e dos compromissos assumidos, cuja construção por sua vez depende de um processo participativo mais exigentemente, essencialmente baseado na criação de uma relação de confiança entre todos os atores.

Na figura seguinte identificam-se as dimensões estruturantes no modelo de governação e governança o qual terá como missão fundamental criar as condições de confiança, parcerias, mobilização de parcerias de estabelecimento de compromissos capazes de promover a transformação preconizada-

A assunção deste modelo deverá ser acompanhada não só por indicadores de monitorização e avaliação dos respetivos resultados (veja-se capítulo 8) como por mecanismos de visibilidade e divulgação dos mesmos. Nesse contexto a ligação a estruturas de interpretação e de comunicação da paisagem, tais como laboratório de inovação e/ou observatório de paisagem, afirma-se como elementos agregador e fundamental neste processo de transformação.

¹⁰ Sherry R. Arnstein (1969) A Ladder of Citizen Participation, Journal of the American Planning Association, 35:4, 216-224.

Figura 7.3_Modelo de governança e governação



Acresce que os processos colaborativos que permitem evoluir neste sentido exigem tempo - para a formação de redes, criação de parcerias e mobilização conjunta de recursos (veja-se figura anterior). Por exemplo, trabalhos realizados na Dinamarca¹¹ neste domínio apontam para um horizonte temporal de 3 anos para a criação de instrumentos consensualizados e apropriados de forma responsável pelos atores.

Deste modo, e no tempo disponível para elaboração deste PRGP_ADBS, não permitiu ir para além de um nível muito básico de participação, sendo que se deverá prever a criação de mecanismos adequados, como a criação de Observatórios de Paisagem ou de Laboratórios de Inovação com base em modelos de governança adaptativos que permitam aferir a sua implementação no terreno, o que pressupõe que o próprio instrumento (PRGP) apresente um grau de flexibilidade que permita acomodar futuros desenvolvimento no envolvimento dos atores como é o caso.

¹¹ Lone Soderkvist Kristensen & Jorgen Primdahl (2020) Landscape strategy making as a pathway to policy integration and involvement of stakeholders: examples from a Danish action research programme, *Journal of Environmental Planning and Management*, 63:6,1114-1131, DOI: 10.1080/09640568.2019.1636531

8. PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

O processo de avaliação e acompanhamento da implementação do PRGP_ADBS tem como objetivo averiguar em que medida a sua implementação está em conformidade com as linhas de orientação e objetivos decorrentes da sua natureza de programa. Para este efeito, é necessário implementar um plano de acompanhamento e monitorização que permitirá medir e avaliar o grau de execução durante o seu período de aplicação, bem como os resultados obtidos.

Este instrumento deve também servir para desencadear os mecanismos de revisão do instrumento, caso a evolução verificada apresente uma trajetória que se afaste dos objetivos traçados.

De acordo com o disposto no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, a avaliação e acompanhamento da implementação do PRGP_ADBS será da Direção-Geral de Ordenamento do Território (DGT).

A monitorização do PRGP_ADBS incidirá a três níveis:

- Monitorização da execução e governança do Programa**, referente à verificação contínua da execução efetiva das ações definidas no Plano de Ação e identificação de possíveis causas de não execução, bem como da execução organizacional e territorial da ações e medidas propostas;
- Monitorização de resultados e impactes ao nível da resiliência do território**, nomeadamente da redução dos riscos de incêndios rurais, bem como na valorização dos serviços de ecossistema e biodiversidade particularmente no aumento da conectividade ecológica;
- Monitorização da adequação da estratégia de ordenamento**, nomeadamente a assunção da nova paisagem preconizada pelo PRGP_ADBS com impacto nas novas economias rurais e aumento de rendimento.

Para efeitos do acompanhamento, avaliação e monitorização do PRGP_ADBS, deverá realizar-se uma **monitorização anual dos indicadores** apresentados no quadro seguinte, estruturados pelos três níveis acima definidos.

Para além dos indicadores e respetivas unidades são também identificadas as entidades responsáveis pela recolha e registo dos dados de cada indicador, de acordo com as respetivas competências.

Uma dimensão complementar do sistema de indicadores proposto, articulada com a Avaliação Ambiental Estratégica desenvolvida, é a sua abordagem aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (Figura 11.1) que constituem a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, tendo sido aprovada em setembro de 2015 e subscrita por 193 membros, incluindo Portugal.

Figura 8.1_ Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS)



Fonte: <https://www.ods.pt/>

A Agenda 2030 organiza-se em cinco princípios enquadradores, os chamados “5P” - Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias – os quais fornecem também uma base para organização dos ODS. Esta Agenda preconiza uma visão do desenvolvimento com responsabilidade partilhada, em que é necessário o envolvimento dos vários atores e todos têm um papel a desempenhar (governos nacionais e locais, comunidades de base, organizações da sociedade civil, setor privado, universidades, entre outras.), estabelecendo assim a necessidade de estabelecer parcerias a todos os níveis de governação, todas as partes interessadas e todas as pessoas num esforço inclusivo e coletivo.

A Agenda 2030 é, assim, mensurável, colocando especial ênfase na necessidade de medir o desempenho e os resultados através de um conjunto de indicadores para avaliar o alcance dos ODS e extrair lições e recomendações, sendo que estes objetivos correspondem igualmente a uma visão integradora das várias dimensões do desenvolvimento sustentável – económica, social e ambiental, as quais se interligam entre si nos vários objetivos.

Estes são exatamente os princípios basilares do próprio PRGP_ADBS, considerando-se, por isso, fundamental que um Programa desta natureza internalize e avalie o respetivo contributo para o cumprimento dos ODS no âmbito dos quais terá capacidade de intervenção, e promova a articulação com a Agenda 2030. Assim, são também identificados os ODS aos quais os diversos indicadores de monitorização e avaliação do PRGP_ADBS estão associados (e para os quais a sua evolução contribui).

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO DO PRGP_ADBS				
Indicadores de Execução e Governança		Unidades	Contributo para os ODS	Entidade responsável
iEx_01	Execução de faixas de gestão combustível do PRGP_ADBS	ha; km	ODS13; ODS15	ICNF
iEx_02	Execução das faixas de gestão de combustível em torno dos aglomerados populacionais	ha; km	ODS13; ODS15	Municípios
iEx_03	Valorização e manutenção de galerias ripícolas	ha/ano (área intervencionada anual)	ODS13; ODS15	ICNF
iEx_04	Restauro de galerias ripícolas	ha/ano (área intervencionada anual)	ODS13; ODS15	ICNF
iEx_05	Remuneração por serviços de ecossistema	ha/ano (área intervencionada anual)	ODS13; ODS15	ICNF
iEx_06	Conservação do solo (enrelvamento da entrelinha de culturas permanentes, e agricultura em patamares com sementeira direta) – área de culturas permanentes e área de culturas temporárias intervencionada com	ha/ano culturas permanentes; ha/ano culturas temporárias (área intervencionada anual)	ODS13; ODS15	Direção Regional da Agricultura
iEx_07	Elaboração de estudo específico de gestão da água	Estudo elaborado	ODS13; ODS15	Direção Regional da Agricultura
iEx_08	Sessões de sensibilização e manuais de Boas Práticas para uso eficiente da água	n.º de sessões de sensibilização e de manuais de boas práticas	ODS13; ODS15	Direção Regional da Agricultura; Municípios
iEx_09	Pastagens permanentes melhoradas	ha/ano (área intervencionada anual)	ODS13; ODS15	Direção Regional da Agricultura; Municípios
iEx_10	Reconversão de áreas de produção integrada para produção biológica	ha/ano (área intervencionada anual)	ODS13; ODS15	Direção Regional da Agricultura
iEx_11	Beneficiação dos povoamentos florestais existentes	ha/ano beneficiados	ODS13; ODS15	ICNF; Direção Regional da Agricultura
iEx_12	Novos povoamentos florestais	ha/ano reconvertidos	ODS13; ODS15	ICNF; Direção Regional da Agricultura
iEx_13	AIGP do Planalto Mirandês	AIGP constituída; ha/ano (área intervencionada anual)	ODS13; ODS15	ICNF; DGT
iEx_14	AIGP de Relevos de Mosteiros	AIGP constituída; ha/ano (área intervencionada anual)	ODS13; ODS15	ICNF; DGT
iEx_15	Taxa de execução do quadro financeiro aprovado no âmbito do PRGP_ADBS	%	ODS17	DGT

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO DO PRGP_ADBS				
iEx_16	Volume de financiamento (por fundo e/ou mecanismo de financiamento) aplicado na AI do PRGP e respetivas atividades de transformação e manutenção da paisagem	n.º; ha abrangidos; Euro (€) 7 fonte de financiamento e tipo de ação	ODS17	DGT/ Direção Regional da Agricultura
iEx_18	Participantes em ações/eventos de capacitação técnica de acompanhamento e de sensibilização para atores locais	n.º de participantes / eventos/ano	ODS4	DGT
Indicadores de Resultados e Impactes		Unidades	Contributo para os ODS	Entidade responsável
iRI_01	Proporção da área ou extensão das massas de águas superficiais com classificação "Bom e Superior" do estado global	%	ODS6	ARH do Norte – APA, IP
iRI_02	Proporção da superfície florestal, por tipologia de floresta, e respetiva evolução	%	ODS15	ICNF
iRI_03	Proporção do território com solos degradados, e respetiva evolução	%	ODS15	ICNF; Direção Regional da Agricultura
iRI_04	Áreas ardidas	ha; % da área total do PRGP	ODS15	ICNF
iRI_05	Áreas ardida por incêndios rurais superiores a 500ha			
iRI_06	Área ardida por uso da COS	ha/uso	ODS15	ICNF
iRI_07	Reincidência de áreas ardidas	ha; %; n.º de reincidências em cada área	ODS15	ICNF
iRI_08	Evolução das áreas com perigosidade alta e muito alta de incêndio rural	ha	ODS15	ICNF
iRI_09	Número e área de Fogos de Gestão Classificados	n.º ; ha	ODS15	ICNF
iRI_10	Áreas degradadas reconvertidas para agricultura ou floresta, e respetiva evolução	ha	ODS15	ICNF; Direção Regional da Agricultura
iRI_11	Extensão das galerias ripícolas restauradas, e respetiva evolução	km	ODS15	ICNF
iRI_12	Ocorrência de eventos naturais extremos (Análise da tipologia, dos custos, número de pessoas ou área afetadas, por ano, resultantes da ocorrência de eventos naturais extremos, para um período dos últimos 10 anos)	n.º ocorrências/ano; €(euros)/ano; tipologia de ocorrências/ano; n.º de pessoas e/ou área afetada/ano	ODS13; ODS15	Municípios; ANEPC
iRI_13	Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) (Análise da ocupação do solo por tipologia de espécies)	ha por espécies	ODS15	ICNF
iRI_14	Ocupação das espécies florestais e matos (Identificação, número e/ou percentagem relativa da AI ocupada por áreas florestais, por tipologia de classificação)	ha	ODS15	ICNF
iRI_15	Ecossistemas e tipologias de serviços, e respetiva evolução	ha	ODS15	ICNF
iRI_16	Extensão de corredores ecológicos, e respetiva evolução	ha	ODS15	ICNF; Municípios
iRI_17	Disponibilidade hídricas de origem superficial	hm ³	ODS15	ARH Norte – APA, I.P.; Municípios
iRI_18	Índice de diversidade de Shannon	Índice de relaciona a diversidade de ocupação do solo	ODS15	DGT
iRI_19	Diversidade de manchas	Índice que relaciona a quantidade de manchas de ocupação do solo por unidade de área (100ha)	ODS15	DGT
Indicadores da Adequação da Estratégia de Ordenamento		Unidades	Contributo para os ODS	Entidade responsável

INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO DO PRGP_ADBS				
iEO_01	População residente nas freguesias por grupos etários	n.º hab. por freguesia; estrutura etária por freguesia		INE
iEO_02	Emprego por setor de atividade por freguesia	(n.º de postos de trabalho)		INE
iEO_03	Taxa de desemprego por freguesia	%	ODS8	INE; Municípios
iEO_04	Estabelecimentos de agentes de animação turística que promovam atividades no espaço rural	n.º; tipologia		Municípios; Turismo de Portugal
iEO_05	Estabelecimentos de Alojamento Turístico	n.º; tipologia		Municípios; Turismo de Portugal
iEO_06	Capacidade de Alojamento em Estabelecimentos de Alojamento Turístico	n.º de camas/tipologia de empreendimento		Municípios; Turismo de Portugal
iEO_07	Dormidas nos estabelecimentos de alojamento turístico	n.º de dormidas/tipologia		Municípios; Turismo de Portugal
iEO_08	Extensão de trilhos e percursos pedestres sinalizados	Km /ano		Municípios; Turismo de Portugal
iEO_09	Valor Acrescentado Bruto na agricultura e pecuária, floresta e caça por trabalhador	Euro (€) / trabalhador (N.º)	ODS2	Direção Regional da Agricultura
iEO_10	Nº de empresas do sector da agricultura, produção animal, caça, e floresta	n.º de empresas/ setor/ano	ODS2	INE
iEO_11	População com acesso à Internet -	n.º de habitantes/ano	ODS4; ODS12	INE
iEO_12	Evolução das áreas de uso agrícola com financiamento (COS e parcelário)	ha	ODS2; ODS12	DGT/IFAP
iEO_013	Superfície agrícola utilizada média por exploração	ha	ODS2; ODS12	DGT/IFAP
iEO_14	Número de novos projetos de instalação agrícola e florestal	n.º; ha; espécies/culturas		ICNF; Direção Regional da Agricultura
iEO_15	Evolução do efetivo pecuário por regime	(n.º)		Direção Regional da Agricultura
iEO_16	Evolução das áreas de uso florestal com financiamento por tipo	ha	ODS2; ODS12	ICNF
iEO_17	Área de floresta certificada	ha; %	ODS12	ICNF; Direção Regional da Agricultura
iEO_18	Incentivos para o aproveitamento e gestão da biomassa	Euro (€) /unidade	ODS12, ODS15	ICNF
iEO_19	Consumo de água nas atividades agrícolas	(m3/ha-SAU.ano)	ODS6	Direção Regional da Agricultura
iEO_20	Necessidades de água para atividades económicas (agrícolas, florestais, pecuárias, etc.)	Hm ³	ODS6	ICNF; Direção Regional da Agricultura
iEO_21	Captura do carbono ou carbono armazenado	t	ODS12	APA/ICNF

Esta monitorização deverá ser reportada em relatórios anuais, que serão posteriormente integrados no Relatório do Estado do Ordenamento da Paisagem (REOP), que deverá ser elaborado de quatro em quatro anos.

O REOP tem como objetivos diagnosticar o estado do ordenamento e gestão da paisagem da área de intervenção do PRGP_ADBS, de modo a avaliar qual a evolução dos resultados da implementação da matriz de transição e valorização proposta, devendo ser avaliado até que ponto o PRGP está a concretizar / cumprir com os objetivos definidos ao nível das três dimensões estruturantes do seu modelo:

- Resiliência e adaptação às alterações climáticas;
- Serviços dos ecossistemas e biodiversidade;
- Economia rural.

Esta monitorização, acompanhamento e evolução permitirá detetar de forma antecipada eventuais necessidades de ajustes ou falhas no cumprimento e execução do PRGP, e dos resultados esperados,

e corrigir e/ou reforçar prioridades, apostas, investimentos, áreas a intervencionar, etc., ao mesmo tempo que, ao analisar o cumprimento dos objetivos definidos nas dimensões estruturantes, caso se verifique um nível de incumprimento significativo, tal poderá fundamentar uma necessidade de alteração ou revisão do próprio PRGP.

A leitura e interpretação dos resultados desta monitorização deverá integrar igualmente os resultados da monitorização da Avaliação Ambiental Estratégia.

No contexto da avaliação dos resultados, propõe-se igualmente a realização de workshops (de dois em dois anos), seguidos de uma sessão pública de auscultação, onde devem ser discutidos os resultados dos relatórios anuais de reporte do sistema de indicadores, bem como dos REOP. Estes workshops devem envolver todas as entidades do quadro de governança e governação do PRGP_ADBS e têm como objetivo reforçar o envolvimento de todas as partes interessadas e intervenientes na concretização e sucesso do Programa, discutir resultados, analisar necessidades de ajustes e de reforço de estratégias para cumprimento dos objetivos, detetar lacunas, entre outros, para além de contribuírem para os desideratos e princípios do próprio Modelo de governança e governação do PRGP_ADBS.



Matosinhos

R. Tomás Ribeiro, nº412 – 2º
4450-295 Matosinhos Portugal

Tel (+351) 229 399 150

Fax (+351) 229 399 159

Lisboa

R. Duque de Palmela, nº25 – 2º
1250-097 Lisboa Portugal

Tel (+351) 213 513 200

Fax (+351) 213 513 201

geral@quaternaire.pt

www.quaternaire.pt